

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TESOURO NACIONAL

RELATÓRIO
DA
Diretoria do Domínio
da União

Referente ao exercício de 1937

APRESENTADO AO

Exmo. Sr. Dr. ARTHUR DE SOUZA COSTA
MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

PELO

Eng.º ULPIANO DE BARROS
Diretor do Domínio da União

RIO DE JANEIRO
1938

**RELATÓRIO DA DIRETORIA
DO
DOMÍNIO DA UNIÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TESOURO NACIONAL

RELATÓRIO
DA
Diretoria do Domínio
da União

Referente ao exercício de 1937

APRESENTADO AO

Exmo. Sr. Dr. ARTHUR DE SOUZA COSTA

MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

PELO

Eng.º **ULPIANO DE BARROS**

Diretor do Domínio da União

RIO DE JANEIRO

1938

ÍNDICE

RELATÓRIO DA DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

PRIMEIRA PARTE

TRABALHOS E INICIATIVAS DA DIRETORIA

I — *Organização administrativa*

1. — Serviços do Domínio da União	11
2. — Receita e despesa da Diretoria	12
3. — Instalação da Diretoria	14

II — *Próprios nacionais*

1. — Serviços de cadastro e registo	14
2. — Aquisições, transferencias e aforamentos	19
3. — Propriedades da União no Distrito Federal	20

III — *Rendas patrimoniais*

1. — Natureza e classificação das rendas patrimoniais	35
2. — Fiscalização e arrecadação no exercício de 1937	39

IV — *Serviços administrativos*

1. — Expediente	41
2. — Forma processual	42
3. — Pessoal técnico e administrativo	42

V — *Administrações do Domínio da União nos Estados*

1. — Fiscalização das rendas	43
2. — Arrolamento dos próprios nacionais	44

SEGUNDA PARTE

ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS POR QUE SE DISTRIBUEM OS SERVIÇOS DO
DOMÍNIO DA UNIÃO

I — <i>Secretaria</i>	49
II — <i>Assistente jurídico</i>	51
III — <i>Inspetores regionais</i>	53
IV — <i>Almoxarifado</i>	53
V — <i>Intendencia dos Palacios Presidenciais</i>	55
VI — <i>Superintendencia da Baixada Fluminense</i>	55
VII — <i>Subdiretoria dos Serv. Administrativos e do Registo</i>	62
VIII — <i>Subdiretoria dos Serviços de Engenharia</i>	64
IX — <i>Administração do Domínio da União no D. Federal</i>	66
X — <i>Administrações do Domínio da União nos Estados</i>	73

TERCEIRA PARTE

ANEXOS

I — <i>Relação provisória dos próprios nacionais, no Distrito Federal</i>	77
II — <i>Relação dos próprios incorporados ao domínio da União, em 1937</i>	105
III — <i>Relação dos próprios nacionais transferidos de Ministérios, em 1937</i>	107
IV — <i>Quadro demonstrativo das rendas patrimoniais, em 1937</i>	109
V — <i>Índice alfabético e remissivo dos atos dos Poderes Legislativo e Executivo, baixados em 1937, e que interessam à Diretoria do Domínio da União</i>	111
VI — <i>Índice alfabético e remissivo dos atos da Diretoria do Domínio da União, baixados em 1937</i>	133
VII — <i>Relação do pessoal do Ministério da Fazenda, com exercício na Diretoria do Domínio da União</i>	139
VIII — <i>Nomeações, exonerações, transferências, elogios, designações e adições do pessoal da Diretoria do Domínio da União, em 1937</i>	155
IX — <i>Licenças, dispensas e relação dos funcionários à disposição de outras repartições</i>	171

Exmo. sr. ministro,

Tenho a honra de encaminhar ao exame e apreciação de v. excia. o relatório circunstanciado dos trabalhos e iniciativas da Diretoria do Domínio da União, durante o ano de 1937.

Cumpre-me, entretanto, esclarecer v. excia. de que as deficiências e imperfeições do presente trabalho são oriundas, em grande parte, das dificuldades surgidas na organização dos elementos no mesmo consignados, os quais foram esparsamente coligidos no volumoso expediente da repartição que não possui, ainda, a sistematização que seria de desejar, e também em consequência do último relatório publicado ter sido o referente ao ano de 1900, apresentado ao ministro da Fazenda pelo chefe da Comissão de Tombamento dos Próprios Nacionais, engenheiro Teodósio Silveira da Mota.

Para maior facilidade de exposição, dividi o relatório que ora submeto á consideração de v. excia. em três partes: na primeira encontram-se, em linhas gerais, as principais iniciativas da Diretoria, durante o ano próximo passado; na segunda, são expostas, sucintamente, as atividades de cada órgão por que se distribuem os serviços da repartição e, finalmente, na terceira parte, e em anexo, a relação provisória dos próprios nacionais, no Distrito Federal, os

quadros pertinentes ás rendas patrimoniais e tudo quanto se relaciona com o pessoal da Diretoria.

Agradecendo o apoio de v. excia., nunca recusado ás iniciativas desta Diretoria, peço vênia para congratular-me com v. excia. pelo auspicioso aumento das rendas patrimoniais verificado, principalmente, no segundo semestre do exercício financeiro de 1937.

Aproveito a oportunidade para apresentar a v. excia. os meus protestos de elevado apreço e da mais alta consideração.

Rio de Janeiro, 1.º de março de 1938.

(a.) *ULPIANO DE BARROS.*
Diretor

Ao como. sr. dr. Arthur de Souza Costa
D.D. Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

PRIMEIRA PARTE

RELATÓRIO DA DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

Referente ao exercício de 1937

PRIMEIRA PARTE

Trabalhos e iniciativas da Diretoria

I — ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. — Serviços do Domínio da União

Repartição administrativa e arrecadadora de notória importância econômico-financeira tem por precípua finalidade a administração dos bens pertencentes ao domínio da União, cujo valor ascende a mais de uma dezena de milhões de contos de réis, e a fiscalização das rendas patrimoniais, em todo o território nacional.

Acham-se os seus trabalhos regulados pelo decreto n.º 22.250, de 23 de dezembro de 1932, que deu nova estrutura aos serviços do Patrimônio Nacional e alterou a sua denominação para a de Diretoria do Domínio da União.

Por esse decreto a Diretoria do Domínio da União ficou assim constituída:

- a) — Diretoria,
- b) — Secretaria,
- c) — Assistente Jurídico,
- d) — Inspetores Regionais,
- e) — Almojarifado,
- f) — Intendência dos Palácios Presidenciais,
- g) — Sub-diretoria dos Serviços Administrativos e do Registo,
- h) — Sub-diretoria dos Serviços de Engenharia,
- i) — Administração do Domínio da União no Distrito Federal,
- j) — Administrações do Domínio da União, junto ás Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados.

Além dos órgãos acima enumerados, existem ainda:

- a) — Arquivo,
- b) — Mapoteca,
- c) — Oficinas.

O organograma junto mostra claramente a interdependência dos diferentes serviços da Diretoria do Domínio da União e de suas administrações nos Estados.

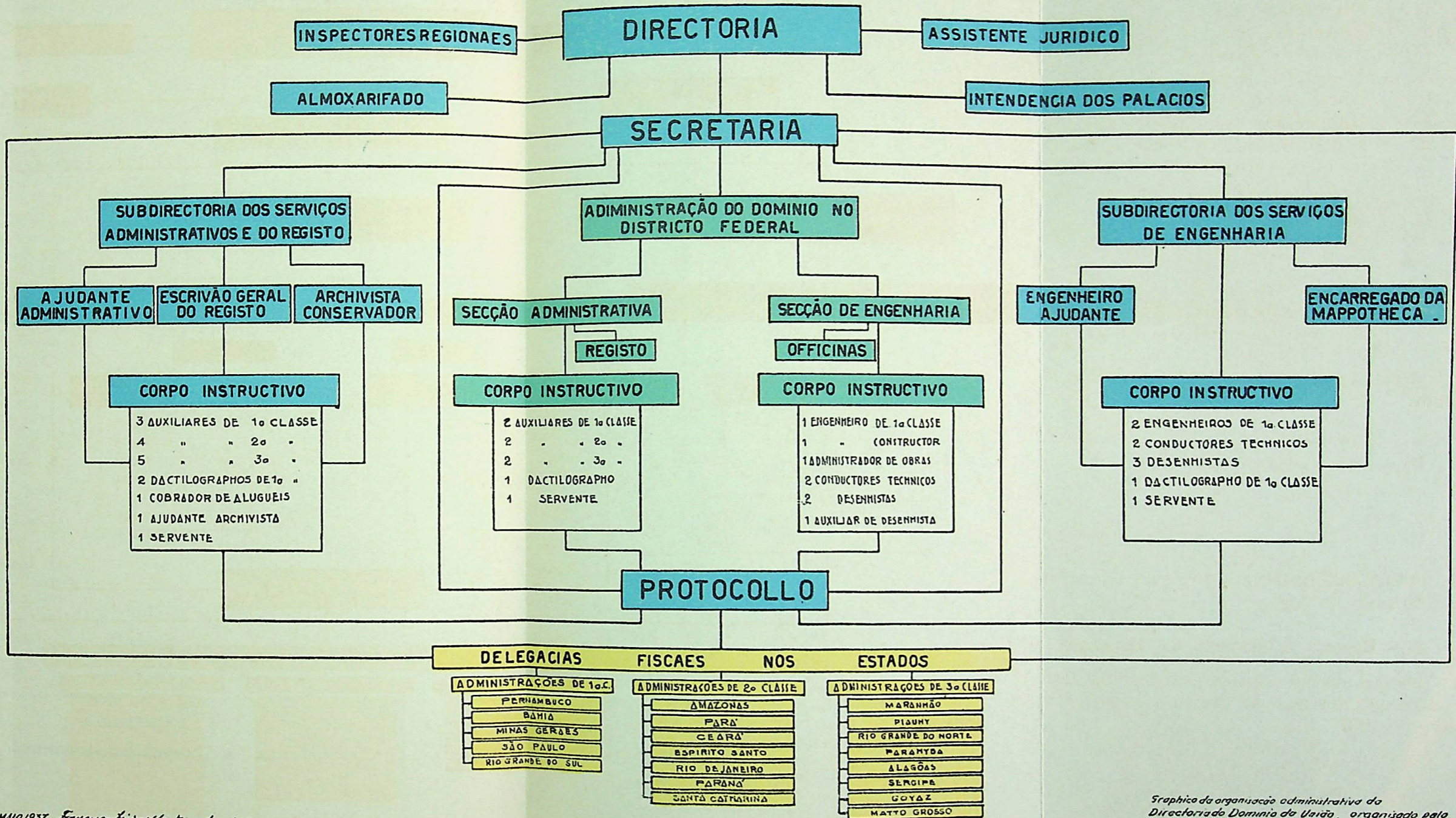
2. — Receita e despesa da Diretoria

Damos abaixo o quadro da despesa autorizada e da receita arrecadada, durante o exercício financeiro de 1937.

MINISTERIO DA FAZENDA

THE SOURO NACIONAL

DIRECTORIA DO DOMINIO DA UNIÃO



28 MAIO 1937 Francisco Xavier Fontes, desenhista.

Graphico da organização administrativa da
 Directoria do Dominio da União, organizado pelo
 Engenheiro Luiz Rogueira de Paula

Gráfico da organização administrativa da Diretoria do Domínio da União, mostrando a interdependência dos diversos serviços creados pelo decreto n. 22.250, de 23 de dezembro de 1932.

DESPESA AUTORIZADA PARA O EXERCÍCIO DE 1937	RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 1937
Vencimentos do pessoal da Diretoria do Domínio da União 1.080:792\$000	1. Aluguéis de próprios nacionais 3.347:335\$161
816 quotas de valor igual às abonadas ao pessoal da Recebedoria do Distrito Federal 244:800\$000	2. Fôros de terrenos de marinha e interiores 481:515\$120
Importancia necessaria para pagamento das quotas pelo excesso de arrecadação sobre a lotação official da Recebedoria do Distrito Federal. 303:552\$000	3. Laudemios por transferencias de terrenos aforados ou legalmente ocupados 862:933\$200
Diarias para o pessoal da Diretoria do Domínio da União, em serviço externo 10:000\$000	4. Taxas de ocupação de terrenos de marinha 511:312\$400
Pessoal contratado no Distrito Federal (Baixada Fluminense, trabalhadores de campo, rua do Aqueduto, e vigias) 319:800\$000	5. Taxas de arrendamento de terrenos de mangue —
Vencimentos do pessoal das administrações do Domínio da União nos Estados 1.384:800\$000	6. Produto de alienação de próprios nacionais —
Pessoal contratado das administrações do Domínio da União, nos Estados 226:800\$000	7. Renda extraordinaria 254:183\$000
Material de consumo 70:000\$000	
Diversas despesas 66:000\$000	
Total 3.706:544\$000	Total 5.457:278\$881

Como se verifica do quadro acima, apesar de seus multiplos encargos de ordem puramente administrativa, tais como cadastro dos proprios nacionais, aquisições e alienações de imoveis, é a Diretoria do Domínio da União uma repartição arrecadadora.

3. — Instalação da Diretoria

Ao assumir o exercício do cargo de diretor da Diretoria do Domínio da União, em 18 de maio de 1937, encontrei os seus diversos serviços instalados em predios diferentes, tendo sido minha primeira preocupação reuní-los em um só local, isto é, no quinto andar do Edifício do Instituto Nacional de Previdência, á rua Pedro Lessa, o que veio facilitar grandemente a fiscalização dos respectivos trabalhos.

E após tomar conhecimento da situação dos diversos encargos da repartição, procurei imprimir, dentro das possibilidades do sistema administrativo então vigente, completa reorganização material e funcional aos serviços afetos ao Domínio da União.

II — PRÓPRIOS NACIONAIS

1. — Serviços de cadastro e registo

No desempenho de uma de suas mais importantes atribuições, qual a de proceder ao tombamento e cadastro dos próprios nacionais, isto é, organizar o inventário e o registo dos bens pertencentes ao domínio da União, tem, de longo tempo, convergido esta Diretoria os seus esforços para a consecução daquele objetivo.

Ressentindo-se, porém, de pessoal técnico habilitado e de verba própria destinada a serviços dessa natureza não conseguiu, infelizmente esta repartição, até a presente data, concluir o tombamento e o cadastro dos próprios nacionais, nem mesmo o dos situados no Distrito Federal.

A esse respeito, com muita propriedade, assim se referiu o Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, D.D. Chefe do Governo Provisório, em seu memorável “Manifesto á Nação”, em 3 de outubro de 1931:

“Repartição administrativa e arrecadadora de notório valor funcional vinha até hoje vegetando sem programa e direção, apesar da extraordinária importância que tem, para o país, o conhecimento da sua riqueza patrimonial. Nesse sentido, nada sabemos. Tudo que ha feito se reduz a uma coleção, sem método, de títulos de vastas propriedades que, lentamente, vão fugindo ao domínio da União, visto como ainda não se executou nem mesmo o tombamento dos imóveis federais, na Capital da República.

Sendo inadiável uma solução radical a problema de tal magnitude, estuda-se, no momento, a realização de ampla reforma que crie, definitivamente, o Instituto Patrimonial do Brasil, como órgão cujo funcionamento venha, de modo completo, corrigir todas essas deficiências e enriquecer a Nação, dando-lhe pleno conhecimento do que possui.”

Realizada, a reforma consubstanciada no decreto n.º 22.250, de 23 de dezembro de 1932, gran-

de passo foi conseguido nesse sentido com a transformação das antigas circunscrições do Patrimônio Nacional nas atuais administrações do Domínio da União, junto às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, nos Estados.

Não obstante, a falta de dotação orçamentária destinada a diárias e transporte do pessoal técnico, quando em serviço externo, veio embaraçar, sobretudo, a intensidade com que se deveriam executar esses serviços.

Dessa forma, não puderam ser coroados de êxito absoluto os prognósticos do ministro Oswaldo Aranha, ao se referir aos trabalhos da Diretoria do Domínio da União, em seu relatório de 1933:

“Dotada esta última Diretoria de pessoal técnico, distribuído por todos os Estados, é de esperar que ela consiga realizar agora o seu objetivo principal de cadastrar os bens patrimoniais do país, reivindicando para o domínio nacional os que dele se acharem desviados e administrando-os de modo que produzam renda compensadora.”

E', porém, intenção desta Diretoria resolver, por partes, o problema do tombamento e cadastro dos próprios nacionais.

Aparelhada de materiais apropriados, tais como: ficharios, livros e demais pertences; existindo em seu arquivo e mapoteca copioso acervo do cadastro já executado e tendo verificado que até a data de minha investidura no cargo de diretor não se havia dado início ao serviço de registro dos próprios nacionais, fiz baixar a portaria n. 48, de 21 de maio de 1937, que determinou se desse

cumprimento imediato ao disposto na alínea *d* do art. 5.º do dec. n. 22.250, de 23 de dezembro de 1932, afim de ser começado o registo geral dos bens do domínio da União, a principiar pelo Distrito Federal.

Pela mesma portaria mandei que se pusessem á disposição do escrivão geral do registo todos os elementos necessarios á realização daquelle ob-
jetivo.

Com essa providencia os resultados não se fizeram esperar. De 21 de maio a 31 de dezembro de 1937, foram registados em fichas especiais 2.747 próprios nacionais.

E', ainda, intuito desta Diretoria prosseguir com intensidade os serviços técnicos de campo. Para isso já se encontra organizada, (anexo n.º 1), a relação provisoria dos próprios nacionais no Distrito Federal.

Dessa relação acham-se registados aqueles cujo tombamento pôde ser concluido e se providencia, no momento, sobre o tombamento dos demais.

Na medida do possivel e dentro das dotações orçamentarias consignadas, procede-se, igualmente, nos Estados, a serviços identicos aos executados na Capital da Republica.

Já foram remetidas pelas administrações nos Estados, em 1937, afim de serem incorporadas á Mapoteca, as seguintes plantas cadastrais de imoveis pertencentes ao domínio da União:

Acre	3
Pará	10
Maranhão	4
Piauí	1
Ceará	1
Rio Grande do Norte	1

Paraíba	16
Pernambuco	19
Sergipe	1
Baía	77
Espírito Santo	2
Rio de Janeiro	29
Distrito Federal	141
São Paulo	69
Paraná	2
Santa Catarina	17
Rio Grande do Sul	13
Mato Grosso	1
Goiás	2
	<hr/>
	409

Assim, espera esta Diretoria com a intensificação de seus serviços de escritorio e de campo concluir, em dois ou tres anos, o cadastro dos bens imóveis de propriedade da União, em todo o territorio nacional.

Completado este e lançados os seus valores (que se elevam aproximadamente a cerca de 16 milhões de contos de réis), nos livros da Contadoria Central da Republica, v. excia. terá satisfação de assistir á inversão da atual situação do balanço do ativo e passivo da União.

Esse balanço acusando *Passivo Descoberto* contra o país de cerca de 6 milhões de contos de réis, apresenta-o como Nação economicamente insolvente, em vista de só alguns de seus bens patrimoniais estarem lançados e, ainda, pela terça parte do justo valor.

Concluido o cadastro dos bens do domínio da União, o mesmo balanço acusará, por certo, *Ativo Real* do mesmo valor absoluto — mostrando

de fato, que do ponto de vista economico, o Brasil possui, no momento, quase o dobro daquilo que deve.

2. — Aquisições, transferências e aforamentos

Durante o ano de 1937 foram incorporados ao domínio da União, conforme fichas organizadas no registo da Diretoria 24 imoveis situados em diversos pontos do país e especificados na relação anexa elaborada pelo escrivão geral do registo.

Alem desses, outros imoveis foram ainda adquiridos por compra, permuta, doação, desapropriação ou dação em pagamento e os respectivos processos encontram-se em vias de conclusão.

Foram registadas, igualmente, 3 transferências de imoveis que passaram á jurisdição de ministerios diferentes.

Foram, ainda, anotadas no mesmo serviço 162 concessões de aforamentos, com a área total de 2.568.905,m²00, assim discriminadas:

DISTRITO FEDERAL — 33 concessões, com área total de 1.701.581,m²13.

ESTADO DO RIO — 10 concessões, com área total de 3.317,m²61.

PERNAMBUCO — 15 concessões, com área total de 75.137,m²73.

BAÍA — 65 concessões, com área total de ... 370.886,m²12.

SANTA CATARINA — 12 concessões, com área total de 3.774,m²39.

SÃO PAULO — 11 concessões, com área total de 36.885,m²35.

PARÁ — 4 concessões, com área total de ...
781,m²25.

PARAÍBA — 7 concessões, com área total de
366.157,m²75.

MARANHÃO — 3 concessões, com área total
de 846,m²73.

PARANÁ — 1 concessão, com área total de
9.284,m²24.

3. — Propriedades da União no Distrito Federal

No Distrito Federal, onde o valor da propriedade imobiliária é relativamente elevado, cinco problemas principais de administração patrimonial têm preocupado, sobremodo, a atenção desta Diretoria, que não poupou esforços para resolvê-los satisfatoriamente.

São eles constituídos pelos conjuntos de prédios e terrenos conhecidos sob os nomes de "*Concessão da Urca*", "*Terrenos do Cais do Porto*", "*Imoveis da Baixada Fluminense*", "*Fazenda Nacional de Santa Cruz*" e "*Morro de São Carlos*".

CONCESSÃO DA URCA

Os terrenos de marinha e acrescidos situados na Práia Vermelha e Urca, com a área aproximada de 208.970,m²00, foram aforados á S. A. Empresa da Urca por contrato de 23 de maio de 1922, assinado na então Diretoria do Patrimônio Nacional.

Em virtude desse contrato a concessionaria, entre outras condições, obrigou-se ás seguintes:

- 1) Dividir em lotes a área aforada, dentro do prazo de 6 anos, e efetuar a venda dos mesmos;
- 2) Recolher aos cofres publicos o laudemio de 5 % sobre o valor de cada lote vendido, o qual ficava sujeito ao foro de \$150 por metro quadrado.

De 1931 até meados de 1933 ficaram paralizadas todas as transações da referida Empresa, em face de denúncias feitas ao Governo Provisório, sobre irregularidades verificadas na concessão aludida.

Determinando o Governo Provisório que se fizesse a revisão do contrato, a questão só ficou resolvida por despacho de 22 de junho de 1933, exarado no processo n.º 64.886/32.

Nesse despacho foi determinado que se dividisse a área aforada á S.A. Empresa da Urca em 3 zonas, fixando-se os fóros de \$550, \$450 e \$300, por metro quadrado, respetivamente para a 1.ª, 2.ª e 3.ª zonas.

Da data desse despacho foram reiniciadas as transações da S.A. Empresa da Urca.

Entretanto, grande parte de foreiros não se conformando com essa decisão, procurou depositar em juizo os fóros pela taxa antiga e bem assim os laudemios pelas transações nessa época efetuadas.

Nessa fase tumultuaria poucos foram os processos de aforamentos concluidos.

Só em 1934 foi possível iniciar a regularização dos aforamentos desses terrenos.

Atualmente existem 630 cartas de aforamento

relativas a esses terrenos, sendo que em 1937 foram expedidas 57 cartas.

Foram também concluídos 52 processos de transferência em 1937.

Ha inumeros processos em andamento nesta Diretoria, quer de transferencias, quer de aforamentos e comisso, estes motivados pela paralização aludida.

A situação geral, tende, pois, a normalizar-se, de vez que os foreiros se conformaram, afinal, com a decisão do Governo, e estão regularizando os seus titulos.

A renda de fóros alcançou 89:115\$400 e a de laudemios atingiu 142:970\$500, em 1937.

TERRENOS DO CÁIS DO PÔRTO

Os valiosos terrenos de marinha e seus acrescidos pertencentes ao dominio da União e situados na zona portuaria desta Capital tiveram origem nos decretos legislativos ns. 4.859 e 6.786, respetivamente, de 18 de setembro de 1903 e de 19 de dezembro de 1907, e no decreto do Poder Executivo n.º 14.906, de 12 de julho de 1921, relativos á construção do novo cáis do pôrto do Rio de Janeiro e seu prolongamento.

Esses decretos não só determinaram a execução das obras portuarias como também a desapropriação do domínio util dos terrenos de marinha e seus acrescidos situados dentro do perimetro descrito nos decretos citados.

Uma vez construido o cáis e os grandes armazens de ns. 1 a 18, os terrenos desapropriados ficaram sob a jurisdição da Caixa Especial de Pôrto que dèles passou a auferir a respetiva renda.

Em virtude do disposto no art. 10 da lei numero 3.070-A, de 31 de dezembro de 1915, esses terrenos foram transferidos do patrimônio da Caixa Especial de Pórtos para a antiga Diretoria do Patrimônio Nacional do Ministerio da Fazenda, inclusive os terrenos do Morro do Senado e outros adquiridos e desapropriados para o serviço do Pôrto o Rio de Janeiro.

Os terrenos do Cáis do Pôrto acham-se divididos em quadras numeradas de 1 a 51 e estas, em lotes de 10 por 50 metros aproximadamente, também numerados de 1 a 627. Outras quadras existem sem numeração e não loteadas.

Alguns lotes foram alienados a particulares, em concorrência pública, e produzem 29:068\$952 de fóros anuais; outros foram doados ou entregues a instituições particulares de beneficência ou caridade; outros foram transferidos á jurisdição do Ministerio da Guerra; outros á do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio; outros á do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores; outros á do Ministerio da Educação e Saúde, etc., e alguns encontram-se na posse da Prefeitura do Distrito Federal.

A lei n. 452, de 5 de julho do ano p. passado, que organizou a Universidade do Brasil, determinou a alienação dos lotes de terrenos existentes nas quadras ns. 1, 4, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 25, 29, 32, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 49 e 51.

Segundo ficou decidido por despacho do exmo. sr. Ministro da Fazenda, proferido no processo n. 58.910/37, originado pelo officio n. 280, de 4 de agosto de 1937, desta Diretoria ao sr. Diretor Geral da Fazenda Nacional, as alienações de que trata a lei n. 452, de 5 de julho de 1937, com-

preendem somente o domínio util de tais terrenos que continuarão foreiros á União.

Pela seguinte portaria n. 119, de 20 de setembro de 1937, foi designado para superintender os serviços do Cáis do Pôrto o sr. Inspetor Regional Alexandre Plemont:

“O diretor do Domínio da União, considerando a necessidade de promover o incremento da arrecadação relativa a taxas de fóros, alugueis e arrendamento de terrenos federais no Cáis do Pôrto, nesta Capital, cuja fiscalização outrosim, recomenda se faça sistematicamente, de modo que se possa, em qualquer tempo, conhecer a exata situação juridico-administrativa de cada um dos imóveis em questão, resolve designar o inspetor regional sr. Alexandre Plemont, para sem prejuizo das atribuições que lhe são proprias, superintender esses mesmos serviços, que ficarão diretamente subordinados a seu gabinete.”

Atualmente estão arrendados, com prazo fixo, 30 lotes que produzem 32:400\$000 de arrendamento por âno e estão alugados, a título precário, 166 lotes que produzem 409:290\$000 de alugueis por âno.

Em virtude de decisão do sr. ministro da Fazenda, os terrenos aforados no Cáis do Pôrto pagam a taxa de \$300 por metro quadrado.

As taxas de locação a título precário são de \$300 e \$400 por metro quadrado, conforme o terreno estiver situado no antigo ou no novo cáis.

A renda total de fóros, no cais do Porto, atingiu 29:068\$952 e a de laudemios alcançou 231:668\$900, em 1937.

RELAÇÃO DOS TERRENOS DO CAÍS DO PORTO DO RIO DE
JANEIRO AFORADOS A PARTICULARES

<i>Relação dos forçiros</i>	<i>Área aforada em m.²</i>	<i>Fôro anual</i>
S.A. Ind. Reunidas F. Matarazzo	535,00	160\$000
" " " " "	1.605,00	481\$500
Wilson Sons & Cia. Ltd.	842,94	252\$900
" " " " "	3.055,00	916\$500
Cia. Carioca Industrial S/A	317,82	95\$400
" " " " "	357,21	107\$200
Anglo Mexican Co. Ltd.	11.851,25	3:555\$450
" " " " "	674,91	202\$473
Alfredo Sinner	774,65	232\$400
Pedro Luiz C. e Castro	108,93	32\$681
The Lancashire Co. Ltd.	13.555,50	8:121\$300
Empr. Ind. Melhoram. do Brasil . .	124,84	37\$500
Lucinda Rocha Toledo Lisbôa . . .	1.080,42	181\$600
José Esteves Franco	52,00	15\$600
J. Martim & Cia. Ltd.	3.719,28	1:115\$800
Ven. Ord. S. Francisco da Penitencia	2.145,00	643\$500
Ven. Arch. O.T.N.S. do Carmo . .	1.656,00	496\$800
S.A. Ind. Reunidas F. Matarazzo	210,27	63\$300
Moinho Fluminense S/A	8.494,77	2:548\$500
" " " " "	3.000,00	900\$000
M. H. Marvin	2.410,36	723\$200
Cia. Armazens Gerais S. Paulo . .	5.442,20	1:632\$600
Braga S. Wolmena	518,60	155\$600
Minetti & Cia. Ltd. do Brasil . . .	9.792,00	2:937\$600
Antonio Pinto Soares Junior	450,00	135\$000
F. Passos & Cia.	4.455,00	396\$900
Vicente Santos Caneco & Cia. . . .	10.586,00	890\$848
Alfredo F. Siqueira	6.871,50	1:374\$300
Ind. Químicas Brasil Duperial S/A	1.728,00	518\$400
Julieta A. do Espírito Santo	4.218,62	48\$700
Companhia Carioca Industrial	317,82	95\$400
Total	100.950,89	29:068\$952

IMÓVEIS DA BAIXADA FLUMINENSE

Em virtude do disposto no decreto n. 19.653, de 2 de fevereiro de 1931 e da sentença, em juízo arbitral, proferido pelo ministro Eduardo Espinola, em 23 de julho de 1932 e, finalmente, da escritura lavrada em 12 de outubro de 1932, no Tabelião do 4.º Ofício desta Capital e cuja minuta se encontra publicada a pgs. 6.417 a 6.431 do *Diário Oficial* de 31 de março de 1933, foram incorporados ao patrimônio federal 382 imóveis, que compreendem terrenos, prédios, sítios e fazendas situadas no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, com a área aproximada de 121.061.000, m² 00, os quais pertenciam ao acervo da extinta Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense.

Esses imóveis estiveram primeiramente entregues á administração do Ministerio da Viação e Obras Públicas que os administrou até a lavratura da escritura de compra e venda definitiva, data em que passaram á jurisdição da Diretoria do Domínio da União.

Alguns deles foram entregues ao Ministerio da Agricultura; outros ao da Educação e Saúde; outros ao da Guerra; outros ao do Trabalho, Industria e Comercio, em virtude do decreto numero 23.247, de 18 de outubro de 1933 e das escrituras publicas de 29-9-31, de 6-10-934 e de 7-1-935 lavradas no Tabelião do 1.º officio desta capital, e alguns foram dados a instituições particulares, em face da lei n. 315, de 23 de novembro de 1396 e do decreto-lei n. 57, de 14 de dezembro do âno proximo passado.

Tendo encontrado os bens federais que per-

tenceram ao acervo da extinta Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense produzindo renda diminuta em relação ao seu valor e sem que houvesse na Repartição a relação sequer dos ditos bens, designei, pela portaria 92, de 18 de junho de 1937, o inspetor regional — Alexandre Plemont, para exercer as funções de superintendente dos referidos serviços, ficando os mesmos diretamente subordinados ao meu gabinete.

Os resultados foram favoráveis a essa nova providência, tendo sido arrecadada a importância de Rs. 373:898\$000, em 1937.

As leis 452, de 5 de julho de 1937 e 461, de 19 do mesmo mês e ano, determinaram a alienação dos bens que pertenceram ao antigo acervo da extinta Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense para, com o respectivo produto, ser constituído o fundo destinado á construção da Cidade Universitária.

A renda desses imóveis tem sido a seguinte:

RENDA DA BAIXADA FLUMINENSE

<i>Anos</i>	<i>Importancia arrecadada</i>
Ano de 1934	25:790\$200
” ” 1935	87:112\$300
” ” 1936	233:642\$300
” ” 1937	373:898\$000
Total	720:442\$800

FAZENDA NACIONAL DE SANTA CRUZ

A Fazenda de Santa Cruz foi incorporada aos proprios reais em virtude da Lei de 3 de setembro de 1759, que determinou a expulsão dos padres da Companhia de Jesus e o confisco de seus bens.

Entretanto, a incorporação dessa Fazenda aos proprios nacionais só se verificou em 1824 quando foi promulgada a Constituição de 25 de março, que em seu art. 115, determinou que os palacios e terrenos nacionais possuidos pelo Imperador D. Pedro I, ficariam sempre pertencendo a seus sucessores.

Pela Lei de 25 de novembro de 1830, ficou estabelecido que a Fazenda de Santa Cruz compreenderia sómente os terrenos em cuja efetiva e legitima posse se achava D. Pedro I, no dia 25 de março de 1824, quando foi promulgada a Constituição do extinto Imperio, ficando pela mesma lei pertencendo os terrenos áqueles que, naquela data, os possuíam legitimamente ou a seus sucessores.

Proclamada a Republica, consolidou a Nação o domínio util da Fazenda de Santa Cruz com o diréto.

Deste proprio nacional tem sido desmembrada grande parte de terras, em virtude de vendas e remissões.

Pelo art. 14, da lei 126-B, de 21 de novembro de 1892, foi o Poder Executivo autorizado a conceder remissão aos foreiros de terras desta Fazenda situadas no Estado do Rio de Janeiro, e a transformar os arrendatarios em enfiteutas e, bem assim, a revalidar os aforamentos concedidos depois da lei de 25 de novembro de 1830.

Pelo art. 10, da lei 360, de 30 de novembro de 1895, foram declarados foreiros os arrendatários de terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, ficando o Governo autorizado a conceder-lhes a remissão do fôro mediante o pagamento de 20 vezes o valor da anuidade, a que estivessem sujeitos.

Em virtude dessa autorização foram remidos cerca de 9.408 hectares de terras foreiras.

Aos posseiros de terras desta Fazenda que não foram beneficiados pelo art. 10, da lei 360, de 30 de novembro de 1895, ou que só ocuparam essas terras em data posterior á promulgação daquela mesma lei, a administração patrimonial concede o aforamento das terras de que estejam de posse, desde que nelas tenham bemfeitorias, de conformidade com o art. 3.º, letra *b*, da lei 741, de 26 de dezembro de 1900.

Essas concessões, entretanto, foram interrompidas, durante algum tempo, isto em virtude dos decretos ns. 21.115, de 2 de março de 1932 e 24.606, de 6 de julho de 1934, que destinaram as terras desta Fazenda ao Serviço de Saneamento e Colonização do Ministerio da Agricultura.

De acordo com o art. 4.º, do decreto n. 24.606, citado, esta Diretoria transferiu ao Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministerio da Agricultura, todo o arquivo, documentação, e processos em andamento referentes ás terras desta Fazenda, devolutas, aforadas, em comisso ou arrendadas.

Só em 1936 foram reiniciados os aforamentos das terras pertencentes a esta Fazenda, que não foram aproveitadas na Colonização, depois de o Ministerio da Agricultura propôr o aforamento das

mesmas e encaminhar a esta repartição os processos respectivos.

Esta Diretoria, então, desaparelhada de material e pessoal pouco pôde fazer relativamente á regularização das posses das terras desta Fazenda.

O seguinte officio, dirigido a v. excia. em data de 22 de junho de 1937, dá uma ideia perfeita da situação em que se encontravam os bens federais pertencentes á Fazenda Nacional de Santa Cruz:

“Tendo procedido á inspecção local á Fazenda Nacional de Santa Cruz, pude verificar, pessoalmente, o estado lastimavel em que se encontram os serviços desta Diretoria relativos aos bens da fazenda, em apreço.

A maioria dos foreiros, arrendatários e ocupantes das terras daquele valioso proprio nacional não pagam as respectivas taxas de fóros ou arrendamento desde longa data, não sómente pela falta absoluta de fiscalização, como ainda, e principalmente, pela completa desorganização em que encontrei os referidos serviços.

Agrava a situação acima exposta a morosidade com que transitam, nesta Diretoria, os processos referentes aos terrenos da Fazenda Nacional de Santa Cruz, e quase que exclusivamente atribuida á falta de pessoal habilitado, com exercicio na séde da Superintendência da aludida fazenda e residência obrigatória no proprio Curato de Santa Cruz.

Verifica-se, ainda, por outro lado, que os empregados mensalistas desta Diretoria na maior parte são de pequena categoria e sem habilitações proprias para os serviços a que me refiro.

No quadro do pessoal contratado desta Direc-

toria existem, entretanto, vagas perfazendo importancia capaz de remunerar um assistente técnico de 3.^a classe, para executar os serviços de engenharia da Fazenda de Santa Cruz.

Julgo, pois, que a extinção de 3 lugares de auxiliares mensalistas de 3.^a classe (vencimentos de 350\$000) e mais 2 lugares de trabalhadores mensalistas de 2.^a classe (vencimentos de 300\$000), no pessoal contratado da Baixada Fluminense com a consequente admissão de um engenheiro com a denominação de assistente técnico de 3.^a classe (vencimentos de 1:500\$000), poderia normalizar imediatamente a situação aludida.

Com essa providencia que julgo indispensavel no interesse dos serviços desta Diretoria referente ás terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, cuja situação não pôde mais permanecer no estado de abandono e desorganização em que, presentemente, se encontra e com a designação de alguns empregados desta Diretoria para terem exercicio na Superintendência da aludida Fazenda, penso que outra feição tomarão os serviços em apreço, e incalculavel será o acrescimo das rendas patrimoniais da União.

Assim, pois, solicito de v. excia. a necessaria autorização para proceder na forma proposta."

A' vista da situação exposta designei, imediatamente, pela portaria n. 107, de 15 de julho de 1937, o funcionario desta repartição — Bartolomeu Carvalho, para superintender os aludidos serviços.

E aceita que foi por v. excia. a sugestão desta Diretoria, consubstanciada no expediente acima transcrito e autorizada a admissão do técnico solicitado, designei pela portaria n. 139, de 22 de novembro de 1937 o engenheiro civil José Bonifacio

de Andrade para chefiar, em comissão, os serviços de cadastro da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

As providencias tomadas redundaram em sensível acrescimo das rendas patrimoniais.

Apesar da deficiencia de elementos de ordem material e pessoal, pois nos ultimos orçamentos não tem sido consignadas verbas para o cadastro e outros serviços de engenharia, e bem assim ter sido extinta pelo decreto n. 22.250, de 23 de dezembro de 1932, a Superintendência da Fazenda e reduzido o seu pessoal a um Encarregado do Expediente apenas, esta Diretoria expediu 20 cartas de aforamento durante o ano de 1937.

Foram, tambem, estudados e concluidos 24 processos de transferencias de aforamento, no mesmo ano.

A renda da Fazenda Nacional de Santa Cruz, em 1937, foi a seguinte: fóros 23:177\$600, laudemios 15:739\$200, alugueis 21:424\$500, extraordinaria 682\$568.

MORRO DE SÃO CARLOS

Por sentença do Juizo da 1.^a Vara Cível, proferida em 8 de abril de 1934, foi, a pedido do Procurador da Fazenda Nacional, decretada a incorporação aos proprios nacionais de uma chacara com casas e bemfeitorias, adquiridas pela mesma Fazenda a Manoel dos Passos Corrêa, e situada no logar denominado Catumbí, com frente para a rua do Conde e Ladeira do Barro Vermelho.

Destinava-se essa chacara a servir de séde á Casa de Correção do Rio de Janeiro.

Posteriormente, o Governo adquiriu tambem naquele local outros terrenos para o mesmo fim,

ampliando, assim, a área ocupada pela Casa de Correção.

Em 1923 a Comissão do Cadastro e Tombamento dos Proprios Nacionais, ao proceder a demarcação desse imóvel federal, verificou a invasão do mesmo por intrusos.

Em 1926, por iniciativa deste Ministerio foi nomeada uma comissão mixta, composta de um funcionario desta Diretoria e de outro do Ministerio da Justiça, para proceder á demarcação do imóvel em apreço.

Em 7 de março de 1928, esta Diretoria executou o levantamento de toda a zona compreendida pelas ruas Frei Caneca, São Carlos, São Diniz, Laurindo Rabelo, Major Freitas e pelas vertentes do morro até a rua do Itapirú, abrangendo todas as bemfeitorias nela existentes, quer de particulares, quer da Fazenda Nacional e solicitou, ao mesmo tempo, de todos os confrontantes os respectivos titulos de propriedade, os quais foram estudados e copiados nesta repartição. Em seguida, procedeu a buscas, nos arquivos publicos, de documentos, plantas e processos os quais foram examinados minuciosamente.

Com esse trabalho puderam ser, afinal, reconstituídos os limites primitivos do proprio nacional e verificados os limites atuais.

Terminado o levantamento foi feito o calculo analítico de toda a área pertencente ao Governo Federal.

Embora esse proprio nacional esteja sob a jurisdição do Ministerio da Justiça, este Ministerio já tomou as providencias necessarias para acautelar os interesses da Fazenda Nacional.

Assim, foi solicitado da Procuradoria da Re-

publica a homologação judicial das medições e demarcações mandadas proceder por esta Diretoria naquele proprio nacional.

Além da área ocupada pela Casa de Correção, Detenção, Manicomio Judiciario, Hospital e linha de tiro da Policia Militar existe, ainda, uma área de cerca de 22.717m²,58, situada, em grande parte, no alto do Morro de São Carlos.

Essa área, remanescente dos terrenos adquiridos pelo Governo para a Casa de Detenção, está ocupada por intrusos, que nela construíram barracões e casebres de madeira.

Alguns confrontantes desse proprio nacional invadiram-no tambem.

Essas invasões foram feitas principalmente, pelos proprietarios dos prédios das ruas Major Freitas, Laurindo Rabelo, Frei Caneca, Emilia Guimarães, e na faixa ocupada pelas linhas de transmissão da Light and Power Company.

Encontra-se, atualmente, em estudos e diligencias solicitadas pela Procuradoria da Republica, o processo administrativo referente á demarcação e medição daquele proprio nacional, bem como estão sendo estudadas as invasões então verificadas.

RENDA TOTAL

<i>Propriedades</i>	1936	1937
Urca	189 :336\$900	232 :085\$900
Cáis do Porto	355 :528\$100	702 :427\$852
Baixada Fluminense	233 :642\$300	373 :898\$000
Fazenda Santa Cruz	48 :751\$550	61 :023\$768
Morro de São Carlos	—	—
Total	827 :258\$850	1.370 :435\$520

III — RENDAS PATRIMONIAIS

1. — Natureza e classificação das rendas patrimoniais

As rendas patrimoniais propriamente ditas, isto é, aquelas cuja arrecadação têm sido permanentemente fiscalizada por esta Diretoria, são classificadas pelas leis orçamentarias nas seguintes rubricas:

1. Alugueis de proprios nacionais.
2. Fóros de terrenos de marinha e interiores.
3. Laudemios por transferencias de terrenos aforados ou legalmente ocupados.
4. Taxas de ocupação de terrenos de marinha.
5. Taxas de arrendamento de terrenos de mangue.
6. Produto de alienação de proprios nacionais.
7. Renda extraordinaria.

Os alugueis de proprios nacionais — são provenientes da locação ou arrendamento a particulares de predios e terrenos pertencentes ao domínio da União, não utilizados em serviço publico.

A arrecadação desta renda está regulada pelo decreto n. 20.005, de 24 de outubro de 1932 e pela lei n. 251, de 21 de setembro de 1936.

Os fóros de terrenos de marinha, acrescidos e interiores — são as taxas anuais de 4 ou 6 %, conforme o imovel estiver situado em zona rural ou urbana, e cobradas sobre o valor venal dos terrenos federais aforados a particulares.

A incidencia, fiscalização e arrecadação dessas taxas estão reguladas pelos dispositivos do decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, da lei 3.070-A,

de 31 de dezembro de 1915 e do decreto n. 14.594, de 31 de dezembro de 1920.

Em determinadas zonas urbanas, onde a propriedade imobiliária atinge valor elevado, a aplicação do dispositivo legal que manda calcular o fôro na proporção de 6 % do valor venal do terreno, acarreta taxa relativamente elevada, dificulta a transmissão do imóvel e, conseqüentemente, diminue a percepção de prováveis laudemios.

Em face dessa situação, tem-se adotado para base do cálculo da taxa de fôro não o valor venal do terreno, mas sim uma fração desse valor.

Foi esse o critério seguido, pela superior autoridade, no estabelecimento das taxas de fóros para os terrenos da Urca e do Cáis do Porto, as quais foram fixadas por m.² em \$200 e \$300, para o primeiro caso, e em \$300 a \$550 para o segundo.

Essa questão, grandemente controvertida, entre os técnicos do Domínio da União, será objeto de estudo especial da Diretoria que a submeterá á deliberação da autoridade superior.

O *laudemio* — é determinada percentagem do valor da transação, devida pelo alienante ao senhorio direto em virtude de transferencia, por venda ou dação em pagamento, de bem imóvel aforado, ou legalmente ocupado, e para que este não use do direito de opção.

O valor do laudemio pela transferencia de terrenos foreiros á União está fixado em 5 % pelo art. 14 da lei 3.070-A, de 31 de dezembro de 1915 e decisão proferida pelo sr. ministro da Fazenda publicada á pag. 17.045, do *Diario Oficial*, de 29 de agosto de 1933.

As *taxas de ocupação de terrenos de marinha e acrescidos* — são as instituidas com o objetivo de regularizar a situação dos ocupantes de tais

terrenos e que não possuam títulos de aforamento, arrendamento ou venda.

Essas taxas foram creadas pelo art. 20, item V, da lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 e regulamentadas pelo decreto n. 14.595, de 31 de dezembro de 1920.

As taxas de arrendamento de terreno de mangue — são as que incidem sobre as concessões federais para córte e exploração industrial da respectiva vegetação.

As taxas de arrendamento de terrenos de mangue de propriedade do Governo Federal, estão regulamentadas pelo decreto n. 14.596, de 31 de dezembro de 1920.

O *produto da alienação de proprios nacionais*, quando autorizada em lei e sem que a respectiva importancia se destine a fim determinado, é outra rubrica das rendas patrimoniais.

Esta renda está regulada pelas leis ns. 3.070-A, de 31 de dezembro de 1915 e 3.644, de 31 de dezembro de 1918.

Com efeito, o Estado deve possuir sómente os bens imoveis necessarios aos seus serviços e alienar todos os demais.

Verificado que determinado proprio nacional não mais satisfaz as necessidades a que se destina deve ser, imediatamente, alienado.

A administração patrimonial do Estado é geralmente custosa e a respectiva renda, quase sempre, não corresponde ao juro do capital invertido.

E' esse o fundamento das antigas autorizações permanentes de que trata o art. 768 do regulamento do Codigo de Contabilidade Publica, consubstanciado no decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922.

A *renda extraordinária* compreende o produto da alienação de bens móveis, semoventes, material inservível ou indenizações por benfeitorias existentes em terrenos concedidos em aforamento, etc.

A regulamentação de seu recolhimento aos cofres publicos está prevista nas leis ns. 3.070-A, de 31 de dezembro de 1915 e 3.644, de 31 de dezembro de 1918 e, ainda, nos §§ 1.º e 2.º do art. 738 do Regulamento geral de contabilidade pública, aprovado pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922.

Alem das rendas patrimoniais, acima enumeradas, existem mais as seguintes, cuja fiscalização não tem sido, até então, exercida por esta Diretoria:

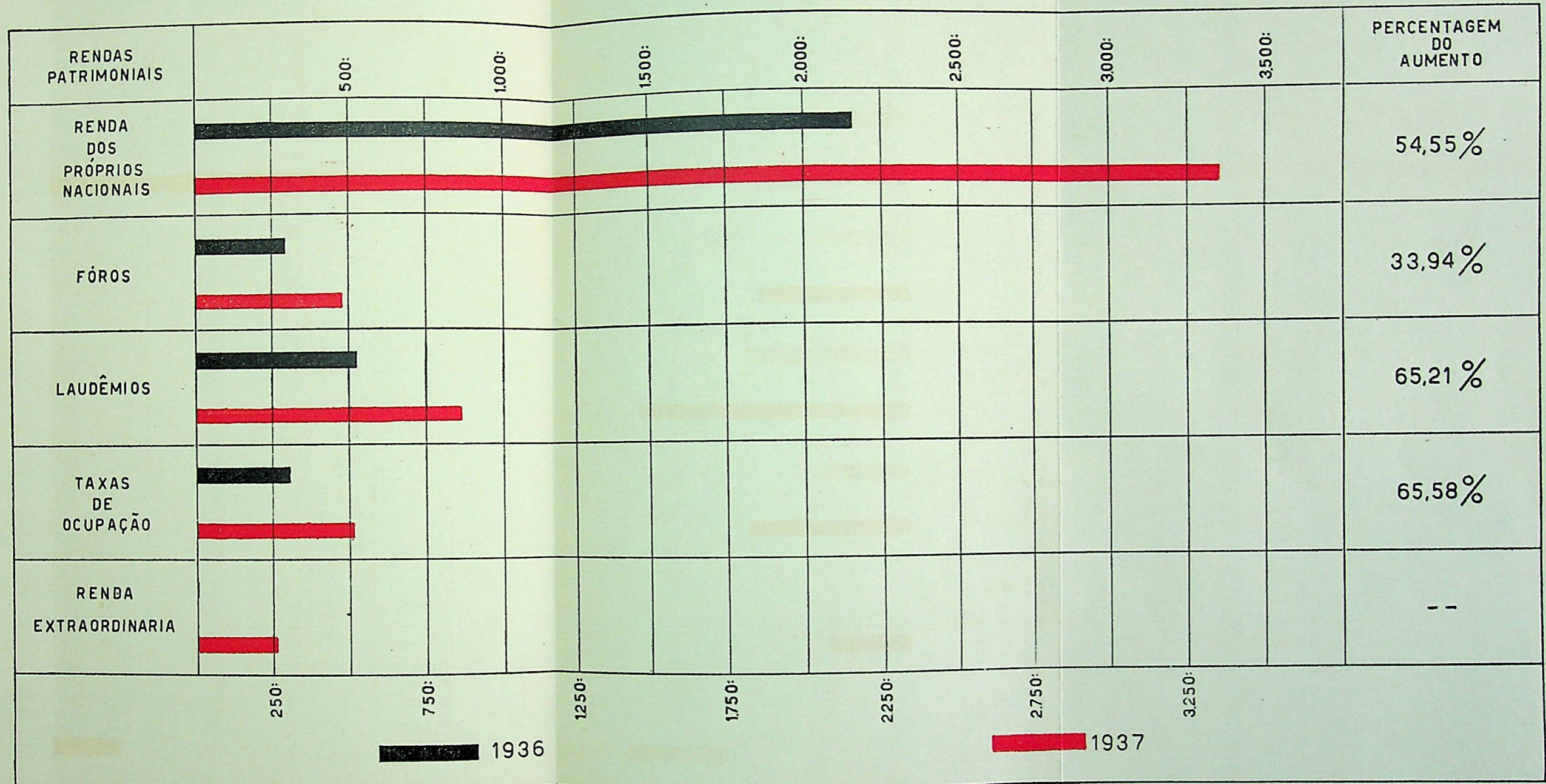
1. Renda de capitais nacionais (Lei n. 799, de 6 de setembro de 1854, art 9º item 70);
2. Quota de arrendamento de estradas de ferro;
3. Quota de arrendamento de pórtos;
4. Quota de exploração de areias monazíticas;
5. Renda da Fazenda de Sapopemba;
6. Renda da Vila Militar (Decreto n. 13.554, de 16 de abril de 1919);
7. Renda da Coudelaria Nacional de Saicán e outras.

A arrecadação destas rendas, cuja receita para 1938 está prevista em 25.433:000\$000, é questão que preocupará, certamente, a atenção desta Diretoria no proximo exercicio financeiro.

Desnecessario é afirmar a v. excia. que, dando a legislação referente ás rendas patrimoniais, de algumas dezenas de anos, urgente se faz a sua completa revisão, afim de atualizar as respetivas

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO.

GRAFICO DO AUMENTO DAS RENDAS PATRIMONIAIS DE 1936 PARA 1937



taxas e percentagens e aparelhar esta Diretoria de meios eficientes de ação oportuna, quando se fizer necessario.

2. — Fiscalização e arrecadação no exercício de 1937

Damos abaixo o quadro das rendas patrimoniais arrecadadas nos exercicios de 1936 e 1937.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RENDAS PATRIMONIAIS ARRECADADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1936 E 1937

<i>Estados</i>	<i>1936</i>	<i>1937</i>	<i>Diferença</i>	
Amazonas	880\$000	2:040\$000	+	1:160\$000
Pará	38:599\$600	56:858\$220	+	18:258\$620
Maranhão	22:558\$100	20:200\$100	—	2:358\$000
Piauí	4:016\$100	1:877\$400	—	2:138\$700
Ceará	116:098\$500	87:673\$600	—	28:424\$900
Rio Grande do Norte	145:469\$900	90:986\$900	—	54:483\$000
Paraíba	68:062\$900	64:868\$000	—	3:194\$900
Pernambuco	210:984\$100	661:150\$000	+	450:165\$900
Alagoas	8:151\$100	3:821\$200	—	4:329\$900
Sergipe	42:457\$300	64:341\$500	+	21:884\$200
Baía	105:218\$400	134:290\$500	+	29:072\$100
Espírito Santo	103:128\$800	76:814\$100	—	26:314\$700
Rio de Janeiro	132:880\$800	132:633\$100	—	847\$700
São Paulo	282:431\$200	311:654\$400	+	29:223\$200
Paraná	31:142\$800	24:926\$600	—	6:216\$200
Santa Catarina	39:755\$400	41:431\$100	+	1:675\$700
Rio Grande do Sul	17:158\$100	126:768\$060	+	109:609\$900
Minas Gerais	15:763\$400	146:435\$700	+	130:672\$300
Goias	—	—		—
Mato Grosso	2:132\$000	13:899\$461	+	11:767\$461
Distrito Federal	1.969:512\$700	3.395:209\$000	+	1.425:696\$300
Total	3.356:401\$200	5.457:278\$881	+	2.100:877\$681

OBSERVAÇÃO — Omitimos, propositadamente, no cômputo das rendas patrimoniais relativas ao Distrito Federal, em 1936, a importância de 1.200:000\$000 correspondente á alienação, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, de imóvel sob sua jurisdição e em virtude de autorização, em lei especial.

E' com a maior satisfação que deixamos aqui registado promissor acrescimo das rendas patrimoniais ordinarias, na maioria de seus orgãos arrecadadores.

Apenas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Espirito Santo houve sensivel depressão nas rendas patrimoniais.

Cumprer notar, entretanto, que no Estado do Rio Grande do Norte foi suspensa a arrecadação das taxas de occupação e de fóros dos terrenos de marinha e acrecidos occupados ou aforados á firma Pereira Carneiro & Cia. Ltd. e outros e cujos processos, já devidamente instruidos, pendem de solução final.

Cumprer observar, ainda, que as administrações do Dominio da União junto ás Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Ceará e de Alagôas encontram-se acéfalas apesar dos esforços expendidos por esta Diretoria para regularizar a sua vida funcional.

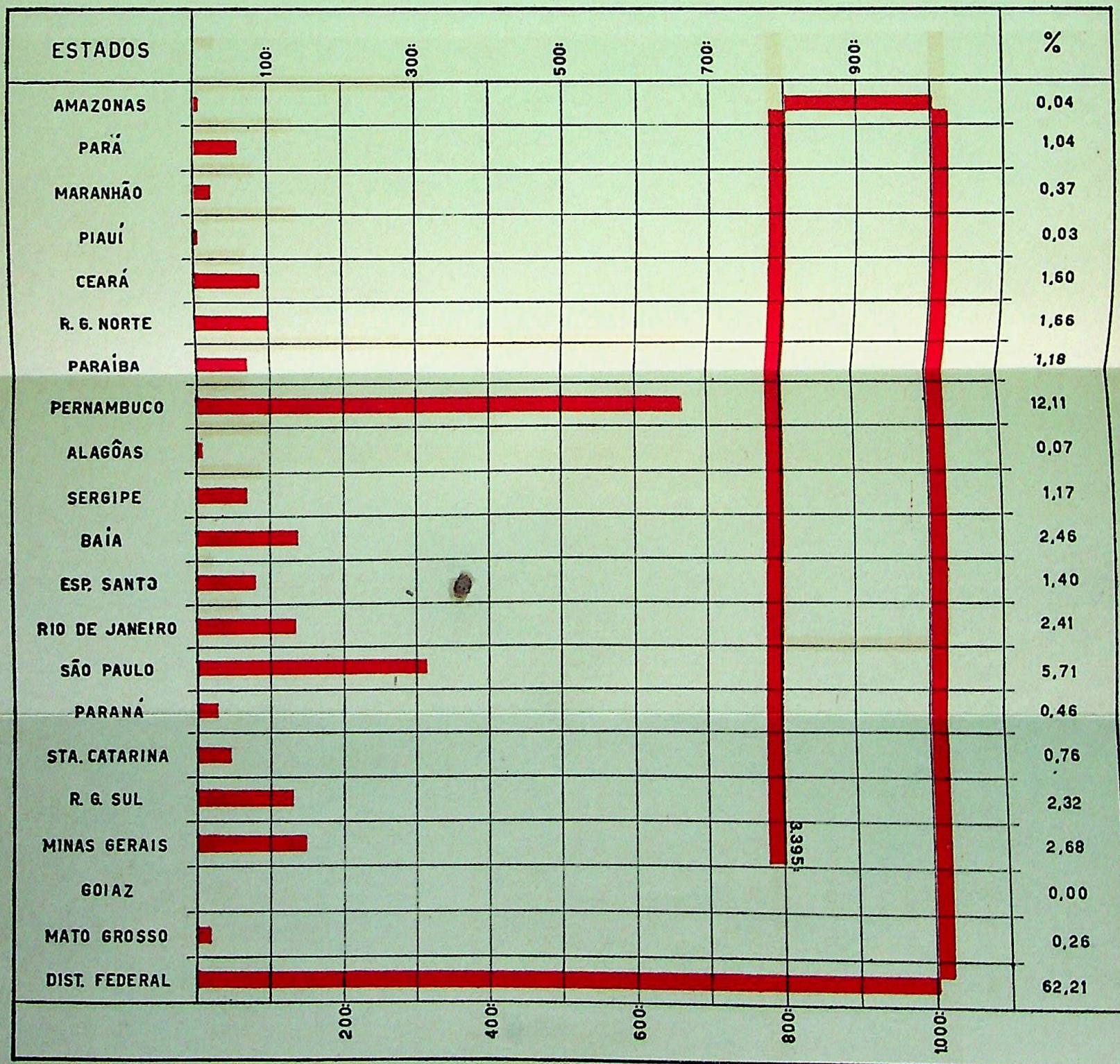
QUADRO DEMONSTRATIVO DO ACRESCIMO DAS RENDAS PATRIMONIAIS DO EXERCICIO DE 1936 PARA O DE 1937

Discriminação	Anos		% de acrescimo
	1936	1937	
Renda dos próprios nacionais	2.165:814\$600	3.347:335\$161	54,55
Fóros	359:482\$400	481:515\$120	33,94
Laudémios	522:305\$200	862:933\$200	65,21
Taxas de occupação	308:799\$000	511:312\$400	65,58
Renda extraordinaria	—	254:183\$000	—
Total	3.356:401\$200	5.457:278\$881	62,61

MINISTERIO DA FAZENDA
TESOURO NACIONAL

DIRETORIA DO DOMINIO DA UNIÃO

RENDAS PATRIMONIAIS EM 1937 —
— GRÁFICO DAS PERCENTAGENS DE ARRECADAÇÃO POR ESTADOS.



Esse aumento de cerca de 63 % sobre a renda patrimonial ordinaria, arrecadada durante o exercicio financeiro de 1936, verificou-se, principalmente, no 2.º semestre de 1937, graças ás medidas de fiscalização tomadas.

IV — SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

1. — Expediente

Verificado que o tempo de serviço em diversas dependências desta Diretoria não estava sendo integralmente aproveitado, visto que funcionarios se retiravam das suas seções, nas horas de expediente, por motivos alheios aos interesses da repartição ou se apresentavam depois da hora regulamentar de inicio dos trabalhos, e frequentemente se entregavam a palestras, foi recomendado pela portaria n. 77, de 11 de junho de 1937, se obedecesse rigorosamente o que dispõem os artigos 88 e 89 e suas alíneas, do capitulo XIII do regulamento que baixou com o decreto n. 15.210, de 28 de dezembro de 1921.

Outra providencia foi tomada em relação ao abono de faltas, afim de modificar a praxe até então adotada.

Pela portaria n. 116, de 13 de setembro de 1937, foram baixadas as seguintes instruções a todos os encarregados de serviço:

“O diretor do Domínio da União, atendendo a que, até o dia 24 do mês respectivo, devem ser enviadas á Diretoria da Despesa Pública as folhas de pagamento do pessoal desta Diretoria, ou os elementos necessarios á sua execução e também a que, em face da lei, sómente o diretor pode abo-

nar faltas, resolve recomendar-vos pra providencias no sentido de serem apuradas e submetidas á sua apreciação, no dia 23 de cada mês, as faltas dadas ao expediente pelos srs. funcionarios dessa secção, as quais serão abonadas pela forma que se segue:

- a) até 3 dias, quando justificadas, independentes de atestado medico, determinando, porém, como é óbvio, a perda de gratificação;
- b) quando excederem de 3 dias e até 8, mediante apresentação de atestado medico;
- c) as que excederem de 8 dias, mediante requerimento de licença, que deverá ser dirigido á autoridad competente para concede-la.

2. — Fórma processual

Observando-se falta de uniformidade no modo pelo qual eram instruidos técnica e administrativamente os processos relativos aos bens, rendas e serviços desta Diretoria, foram baixadas as portarias n. 56, de 24 de maio, n. 99, de 22 de junho, n. 112, de 16 de agosto e n. 113, de 30 do mesmo mês, que estabeleceram regras sobre a forma pela qual devem ser instruidos os mesmos processos e, ainda, determinadas providencias para facilitar o exame e a fiscalização da produção dos funcionarios.

3. — Pessoal técnico e administrativo

Ressentiam-se grandemente os trabalhos normais da Diretoria em consequência da ausência de

varios de seus empregados, que se encontravam, ha longos meses, afastados dos respectivos cargos e com exercicio em outros setores da administração federal.

Em virtude da resolução de v. excia., proferida na representação desta Diretoria consubstanciada no processo n. 1.956/37, a quase unanimidade do pessoal do Domínio da União afastado de seus cargos, reverteu ás funções proprias, tendo semelhante providência refletido imediatamente no aumento sensível da arrecadação das rendas patrimoniais.

E' com a maior satisfação que deixo aqui registrado esse fato, graças ao apoio de v. excia., nunca recusado ás medidas propostas por esta Diretoria.

V — ADMINISTRAÇÕES DO DOMÍNIO DA UNIÃO NOS ESTADOS

1. — Fiscalização das rendas

Em relação ás Administrações do Domínio da União nos Estados, a primeira medida tomada foi o regresso aos seus cargos de grande numero de funcionarios das mesmas administrações, desviados das respectivas sédes, para outros objetivos extranhos aos interesses da repartição.

Pela portaria n. 50, de 24 de maio de 1937, mandei organizar norma de relatorio mensal a ser apresentado pelos administradores dessa Diretoria nos Estados. Esses relatorios já começaram a ser enviados regularmente pelas respectivas administrações, permitindo, dessa forma, o exame e fiscalização permanente dos serviços e rendas patri-

moniais nos Estados e a sua respectiva contabilização.

2. — Arrolamento dos próprios nacionais

Foram, ainda, baixadas as circulares ns. 6 e 8, respetivamente, de 6 e 29 de julho de 1937, determinando providencias sobre os trabalhos de registo a ser iniciado nos Estados.

São elas do têor seguinte:

“Estando esta Diretoria empenhada em fazer o registo das diversas propriedades da União e, bem assim, dos terrenos de marinha e interiores, aforados ou ocupados, cumpre-me passar ás vossas mãos o incluso quadro-modelo e recomendar vossas providencias no sentido de serem completados devidamente os seus dizeres.

Os assentamentos a serem encaminhados devem abranger todas as concessões de aforamento já dadas e ultimadas, bem como as inscrições de ocupantes feitas de acôrdo com o decreto n. 14.595, de 31 de dezembro de 1920.

Será conveniente, para maior facilidade dos serviços, que essa Delegacia Fiscal faça remeter, 30 dias após o recebimento do presente officio, a primeira relação dos foreiros e ocupantes de terrenos de marinha ou interiores existentes nesse Estado.

Cabe-me, sr. delegado fiscal, afim de permitir que o registo dos bens do Domínio da União corresponda á sua finalidade encarecer a necessidade de que essa Delegacia Fiscal preste o mais decidido apoio á execução do trabalho ora recomendado.” (Circular n. 6, de 6-7-1937).

“Passando ás vossas mãos as inclusas instruções organizadas por esta Diretoria, para execução

dos trabalhos de registo das diversas especies de bens da União, devo recomendar vossas providencias no sentido de serem as mesmas instruções encaminhadas á Administração do Domínio da União junto a essa Delegacia Fiscal, á qual cabe a execução dos citados trabalhos de registo, na forma do art. 16, n. 3, do decreto n. 22.250, de 23 de dezembro de 1932.

Juntas a este seguem, tambem, as fichas-modelo, aprovadas por esta Repartição, de acôrdo com o art. 18, do mencionado decreto 22.250, de 1932, necessárias aos assentamentos dos bens a serem registados.

Tratando-se de um serviço de grande conveniencia para a União, até hoje não cuidado com a solicitude que a questão requer, cabe-me encarecer toda vossa atenção para a realização dos trabalhos encaminhados." (Circular numero 8, de 29-7-1937).

Damos a seguir a atividade dos diversos órgãos em que está dividida a Diretoria.

SEGUNDA PARTE

SEGUNDA PARTE

Atividade dos órgãos por que se distribuem os serviços do Domínio da União

Expostas em linhas gerais as principais providências referentes á orientação dos serviços patrimoniais, passaremos ao exame da atividade técnica e administrativa de cada um dos órgãos por que se distribuem os serviços da Diretoria.

I — SECRETARIA

A Secretaria foi dotada de material indispensavel ao andamento normal dos serviços e completamente reorganizada em sua aparelhagem burocrática.

Sob a direção do conferente da Caixa de Amortização — Bacharel Camilo Ferrara, executaram-se no ano de 1937 os seguintes serviços:

- a) — incorporação á Biblioteca dos exemplares da coleção de leis e decretos referentes aos anos de 1928 a 1935;
- b) — incorporação á Biblioteca de vários exemplares de obras relativas a assuntos pertinentes á repartição;

- c) — classificação sistemática dos atos da Diretoria em pastas apropriadas para officios, telegramas, cartas, portarias, circulares, etc.;
- d) — organização do serviço de folhas de pagamento e informações relativas ao pessoal.

Assim, o seu movimento, nos dois ultimos anos, foi o seguinte:

<i>Número de papeis</i>	<i>Ano de 1936</i>	<i>Ano de 1937</i>
Officios expedidos a Repartições na Capital	1.350	567
Officios expedidos a Repartições nos Estados	990	1.771
Telegramas	239	313
Portarias	131	150
Circulares	—	14
Total	2.719	2.815

Como se verifica, pelo quadro acima, o expediente da Secretaria foi sensivelmente aumentado.

Gabinete do Diretor

O Gabinete do Diretor, composto dos funcionarios Luiz Nogueira de Paula, Homero Duarte e Nestor de Melo e Albuquerque, incumbiu-se do exame do volumoso expediente da Diretoria e, ainda, de outros serviços de natureza especial determinados pelo Diretor.

Em virtude do Decreto-Lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, que vedou as acumulações de cargos públicos remunerados, deixou as funções de engenheiro desta Diretoria, o dr. Luiz Nogueira de Paula, por ter optado pelo cargo de professor catedrático da Universidade do Brasil.

Registrando esse fato, deixamos aqui consignando o nosso apreço e admiração pela competência, probidade e notavel capacidade de trabalho, reveladas nos diferentes encargos que lhe foram cometidos e, principalmente, nas funções de oficial de gabinete desta Diretoria onde, durante 7 anos consecutivos, prestou á repartição os mais relevantes serviços.

II — ASSISTENTE JURÍDICO

O número de processos informados desde 1934, pelo dr. Vasco de Lacerda Gama, quando ficou organizado o serviço jurídico desta Diretoria, foi o seguinte:

Em 1934, 187 processos; em 1935, 160; em 1936, 95; em 1937, 140.

O assistente jurídico tem estado sempre em contato não só com a Diretoria, mas também com todas as secções da repartição, informando pessoalmente, dando opinião a funcionários, orientando-os de modo que, em consequencia de sua diréta

atuação, se prescindia muitas vezes dos seus pareceres por escrito.

A atuação do assistente jurídico, tendendo para cada vez mais normalizar o serviço quanto a esse aspéto técnico, forçosamente determinará a diminuição das dúvidas, evitando possíveis erros e prejuizos quer da Fazenda, quer das partes.

E' de relevar, ainda, que certamente pela falta de orientação técnica anterior desde que foi creado o cargo de assistente jurídico o seu titular tem tido occasião de examinar processos da mais alta importância, estudando-os sob o ponto de vista administrativo e jurídico para soluções compatíveis com o interesse público, e com o respeito aos direitos das partes.

Fóra das suas atribuições normais, tem exercido o assistente jurídico os mais importantes encargos, bastando assinalar que fez parte da comissão que estudou a questão da propriedade de terrenos do Morro da Babilônia e do Morro do Leme, fazendo parte tambem da comissão que estudou a questão da propriedade de terrenos do Morro dos Telegrafos ou Morro da Mangueira.

Não é demais assinalar que, tambem em comissão, foi advogado da União Federal nas questões processadas e julgadas em juizos arbitrais, em que eram interessadas a Loteria da Baía e a Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Tratando-se de um patrimônio de milhões de contos, como seja o patrimônio nacional, e sobre o qual são feitas as mais variadas transações, com movimento anual de milhares de contos, incompreensível é que só tão tarde tivesse sido creado o cargo de assistente jurídico.

Esse cargo, ao envés de ser suprimido, carece

de maior amplitude, de maior autonomia, o que virá facilitar grandemente a atuação da Diretoria do Domínio da União.

III — INSPETORES REGIONAIS

Os trabalhos de fiscalização externa foram exercidos, no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, pelos inspetores regionais.

Tendo em vista, porém, a importancia dos serviços relativos aos imóveis que pertenceram á extinta Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense e a dos terrenos de propriedade da União, no Cais do Porto, e, bem assim, a necessidade de incrementar a respetiva renda, designei pelas portarias ns. 92 e 119, de 18 de junho e 20 de setembro de 1937, o sr. inspetor regional — Alexandre Plemout para, sem prejuizo das funções proprias, exercer a superintendencia dos aludidos serviços que ficaram diretamente subordinados ao Gabinete do Diretor.

IV — ALMOXARIFADO

O movimento do Almojarifado em 1936, foi, em síntese, o seguinte:

Expediente:

Processos informados	132
Representações	38
Faturas recebidas	200
Requisições á Comissão Central de Compras . . .	120
Comprovantes da Comissão Central de Compras . .	200
Oitavas vias das notas de empenho	200
Requisições para fornecimento ás secções do Domínio da União e do Tesouro	520

Material:

Unidades fornecidas 205.405

Valor do stock:

Existente em 1.º de janeiro de 1936		237:298\$280
Recebido por intermédio da Comissão de Compras	293:848\$500	
Idem da Imprensa Nacional e outras procedências	53:195\$773	347:044\$273
Total		584:342\$553

Fornecido durante o ano de 1936 195:178\$413

Saldo para 1937 389:164\$140

O fornecimento do material, em 1936, foi, assim distribuído:

Diretoria	98:413\$292	
Administração nos Estados	20:071\$407	118:484\$699
Ministério da Fazenda		72:268\$814
Ministério da Agricultura		50\$000
Ministério da Justiça		1:865\$000
Palácios Presidenciais		2:509\$900
Total		195:178\$413

O movimento do Almojarifado, em 1937, foi, em síntese o seguinte:

Expediente:

Processos informados	140
Representações	49
Faturas recebidas	215
Requisições á C.C.C.	101
Comprovantes da C.C.C.	215
Oitavas vias das notas de empenho	215
Requisições recebidas	466

Material:

Unidades fornecidas 121.912

Valor do stock:

Existente em 1.º de janeiro de 1937		389:164\$140
Recebido da Comissão Central de Compras	361:218\$400	
Idem da Imprensa Nacional e outras procedências	55:612\$000	416:830\$400
Total		805:994\$540

Fornecido durante o ano de 1937:

Diretoria e suas dependências	139:116\$720	
Administrações nos Estados	65:956\$840	
Diversos	8:494\$660	213:568\$220
Saldo existente em 1.º de janeiro de 1938		592:426\$320

Adquirido em concorrência publica em 1937:

1 automovel, 1 caminhão e 1 fourgon	55:512\$000
-------------------------------------	-------------

V — INTENDENCIA DOS PALÁCIOS PRESIDENCIAIS

Sob a direção do intendente de classe K, Lou-
rival Teles de Menezes, esteve, durante todo o ano
de 1937, a Intendencia dos Palácios Presidenciais.

A não ser pequenas obras e reparos execu-
tados nos Palácios do Catete e Guanabara, nada
ha a acrescentar aos serviços da referida Intenden-
cia, cujos trabalhos correram satisfatoriamente.

VI — SUPERINTENDÊNCIA DA BAIXADA FLUMINENSE

Os trabalhos diretamente subordinados ao ins-
petor regional, sr. Alexandre Plemont, designado
tambem para exercer, em comissão, as funções de
superintendente da Baixada Fluminense e do Cáis
do Porto, de acôrdo com as portarias ns. 92 e 119,

respetivamente, de 18 de junho e 20 de setembro de 1937, foram desempenhados a contento.

Iniciando a sua gestão em 19 de junho de 1937, procurou como medida preliminar, dar cumprimento á autorização contida na portaria n. 84, de 16 de junho do ano findo, desta Diretoria, tendo conseguido reais vantagens para a Fazenda Nacional, pois não estava sendo feito regularmente o recolhimento da renda dos próprios nacionais que pertenceram á extinta Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, cujos alugueis, em atraso, ultrapassavam a propria arrecadação mensal.

Para melhor exame dos resultados obtidos pela Superintendencia, passamos a enunciar, em capítulos separados, os diversos serviços a seu cargo e os resultados conseguidos com as providências tomadas.

Registo

O serviço de registo continúa sendo feito, satisfatoriamente, em livros especiais destinados ao lançamento da arrecadação de fóros, laudemios, taxas de locação, com a discriminação dos respectivos foreiros e locatarios dos próprios nacionais, inclusive dos terrenos de marinha, acrescidos e seus semelhantes.

Dotações orçamentárias

Não houve distribuição de crédito para esta Superintendencia, afora a verba destinada ao pagamento do pessoal. Alguns serviços externos foram executados exclusivamente ás expensas dos funcionarios incumbidos da sua realização.

Escritório em Bemfica

Mantem a Superintendencia um escritório que funciona em dependência da antiga fábrica de soda cáustica, situada á rua da Alegria, cujo imóvel foi incorporado á União em virtude da rescisão do contrato celebrado com a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense.

No referido escritório têm exercício um auxiliar de 3.^a classe, contratado, e operarios destacados para serviços de reparos em proprios nacionais.

Todavia cogita esta Diretoria de aproveitar o referido escritório para ponto de recebimento de alugueis dos predios e terrenos da Baixada Fluminense, cujos serviços serão fiscalizados por esta repartição, afim de obter melhor aproveitamento do pessoal, com a distribuição racional do trabalho e consequente rapidez nas informações dos respectivos processos.

Fiscalização

Este serviço, a despeito da insuficiência de meios de transporte, foi executado com eficiência, tendo sido obtidos resultados compensadores. Inúmeros imóveis da União estavam invadidos por intrusos. Hoje, felizmente, a situação se normalizou, graças ás providências tomadas a respeito. A fiscalização não só tem sido exercida na Baixada Fluminense, como também no Cáis do Porto e outros setores.

Acêrvo da Baixada Fluminense

E' composto o acêrvo da extinta Empresa de

Melhoramentos da Baixada Fluminense de inúmeros prédios, terrenos, fazendas e sítios, alguns localizados no Estado do Rio de Janeiro. Imóveis esses que, incorporados á Fazenda Nacional por força do decreto n. 19.653, de 2 de fevereiro de 1931, estiveram sob a jurisdição da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro até fins de 1933, quando foram entregues á Diretoria do Domínio da União. É de notar que a situação da maioria desses bens era, pela escritura publicada no *Diario Oficial* de 31 de março de 1933, de completa precariedade, pois os mesmos, com raríssimas exceções, não sofreram obras ou reparos. Por esse motivo, desabaram uns e outros foram demolidos, afim de evitar maiores prejuizos e danos pessoais.

Situação dos locatarios da Baixada Fluminense

Ao assumir a Diretoria verifiquei que ascendia a mais de duas centenas de contos de réis a importancia correspondente a alugueis atrasados, com tendência para aumentar. Promovendo despejos de uns, fazendo acordos com outros e conseguindo o recebimento, ás vezes integral, de parte da vultosa divida, conseguiu-se diminuir aquella enorme cifra, que tende a desaparecer no corrente exercicio.

Incorporação e recebimento de novos prédios

Temos a assinalar a incorporação á Fazenda Nacional de algumas propriedades adquiridas ao *Crédit Foncier du Brésil*, constantes de prédios residenciais, situados no Distrito Federal, Petropolis e São Paulo. Um dos prédios, na Capital de São Paulo, por decisão da autoridade superior,

foi entregue ao Ministério da Guerra, para servir de residencia ao Comandante da Região.

Os situados no Distrito Federal, com exceção de dois deles, já estavam alugados, tendo esta Diretoria mantido os respectivos inquilinos e o mesmo aluguel, promovendo ainda, a locação dos dois únicos que estavam vagos.

Foram também restituídos á jurisdição desta Diretoria, pelo Instituto de Surdos e Mudos, os próprios ns. 228 e 230 da rua das Laranjeiras, os quais estão alugados respectivamente por 800\$000 e 900\$000 mensais.

Terrenos no Cais do Porto

Graças aos serviços técnicos executados já se conhece a situação dos lotes que se encontram vagos, a dos que foram cedidos aos diversos Ministérios para a instalação de suas repartições e a dos alienados a particulares.

Outras providências estão sendo tomadas, afim de ser regularizada a situação de muitos proprietários de imóveis localizados na zona mandada desapropriar para as obras portuarias, pois grande parte deles continúa ainda recolhendo a renda de fóros e laudemios á Prefeitura do Distrito Federal.

No entanto, em face dos decretos ns. 6.786 e 14.906, respectivamente, de 19 de dezembro de 1907 e 12 de julho de 1921, essa renda cabe á União.

Locações

Foram consideravelmente aumentadas as novas locações na zona portuaria.

Convem salientar que, embora promulgada a

lei n. 452, de 5 de julho de 1937, foi resolvido que as locações a título precario poderiam continuar a ser concedidas até que fossem alienados os terrenos mencionados pela mesma lei, tendo sido, com essa providencia, incrementada a arrecadação das rendas.

Estando grande parte dos terrenos do Cáis do Porto ocupado por intrusos, promoveu-se a regularização dessa situação anormal.

Resolveu-se, ainda, elevar a taxa de locação no Cáis do Porto para \$300 e \$400 por metro quadrado, sendo a primeira taxa para a zona não servida por linhas férreas.

Serviços técnicos e de campo

Em alguns casos tornou-se preciso o levantamento de varias áreas de terrenos, dada a deficiencia dos elementos existentes nos processos e dos elementos registados nas respectivas plantas.

Executou-se o levantamento da área doada ao *Lar Proletario*, do terreno da "*Invernada dos Bombeiros*", para a construção da Penitenciária do Distrito Federal, trabalho este que mereceu elogio do então Ministro da Justiça, Embaixador Macedo Soares.

Ao contrario da praxe anteriormente adotada, as locações na Baixada Fluminense e no Cáis do Porto, sómente são concedidas depois de efetuado o competente levantamento e organizada a planta da área pretendida, como parte integrante do processo.

Reconstruções

Algumas reconstruções foram realizadas, á custa dos próprios locatarios, os quais, mediante

termos lavrados na Diretoria declaram executar as obras sem nenhum direito á indenização por parte da Fazenda Nacional, renunciando, assim, o que estabelece o art. 1.199 do Código Civil.

No Cáis do Porto, pelos respectivos locatarios, foram reconstruidos alguns galpões, em virtude de exigência da Prefeitura do Distrito Federal, valorizando-se, assim, os terrenos da União, que, por esse meio, têm conseguido maior preço nas novas locações.

Renda de próprios nacionais

O Cáis do Porto passando a ser superintendido em fins da primeira quinzena de outubro, pelo inspetor regional, sr. Alexandre Plemont, teve a renda aumentada sensivelmente, com melhor aproveitamento financeiro das bemfeitorias pertencentes á União.

Assim é que, no periodo de 1.º de julho a 31 de dezembro de 1936, a arrecadação, em conjunto, da renda de alugueis na Baixada Fluminense e Cáis do Porto foi de 246:542\$900, enquanto que, em igual periodo de 1937, ascendeu a 537:746\$800, sem contar com a renda extraordinaria que foi de 53:188\$900. Incorporada esta aos 537:746\$800, veremos que a arrecadação total, no segundo semestre de 1937, foi de 590:935\$700, verificando-se, portanto, um acrescimo de 344:392\$800 sobre igual periodo de 1936.

Acrescentamos que esse aumento tende a melhorar progressivamente, se atendermos ao fato de que o aumento se verificou mais acentuadamente a partir de 1.º de novembro, quando a arrecadação, sómente de alugueis, até 31 de dezembro, foi de 267:814\$200, enquanto que em igual data de 1936

não ultrapassou de 85:406\$200. Mencionamos estes dois meses, porque as providencias tomadas por esta Diretoria só começaram a ter efeito a partir daquela data.

Cumpre, ainda, acrescentar que a arrecadação da renda de alugueis na Baixada Fluminense, conforme relação oficial existente na Superintendencia, no espaço de 1.º de setembro de 1933 a 31 de dezembro de 1935, foi apenas de 113:427\$500.

Os descontos em folha de pagamento, provenientes de alugueis de casa não estavam sendo efetuados com regularidade pelas diversas repartições deste e de outros Ministérios, tendo esta Diretoria designado funcionarios para normalizar e efetivar os referidos descontos, o que foi conseguido satisfatoriamente.

Algumas locações foram rescindidas a bem dos interesses da Fazenda Nacional, estando nelas incluída grande área para exploração do córte de capim, anteriormente alugada pela insignificante quantia de 25\$000 mensais. Esta Diretoria obteve, posteriormente, pela mesma área, 1:000\$000 mensais, e 12:000\$000 de caução, feita na Caixa Economica do Rio de Janeiro.

A renda da Baixada Fluminense e do Cáis do Porto, em 1937, atingiu a cifra de 1.076:325\$852.

VII — SUBDIRETORIA DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DO REGISTRO

Os diversos trabalhos a cargo da Sub-Diretoria dos Serviços Administrativos e do Registro, cujas atribuições estão consignadas no art. 5.º do decreto n. 22.250, de 23 de dezembro de 1932, foram, normalmente, desempenhados.

Esta Sub-Diretoria, além dos diversos servi-

ços de informações e pareceres prestados em processos organizados nas Delegacias Fiscais para concessões de aforamento de terrenos de marinha e semelhantes e, bem assim, nos processos das demais questões submetidas a seu exame, tem sob suas ordens os trabalhos de registo de próprios nacionais e o arquivo da repartição.

Arquivo

Os serviços do Arquivo ofereceram o seguinte resultado:

Processos arquivados	1.926
” consultados	68
” informados	733

Registo

Em quadro anexo, segue-se a demonstração da renda escriturada no registo desta Repartição.

Esse serviço é deficientíssimo e urge ser reorganizado em moldes que permitam apresentar melhores resultados.

As administrações do Domínio não remeteram, com regularidade, a demonstração de suas rendas e, bem assim, a 1.^a Sub-Diretoria não dispõe, ainda, de meios para conhecer a despesa realizada com os serviços do Domínio da União.

Necessária se torna a organização de um serviço de contabilidade, com escrituração da receita e despesa, de forma que exerça a fiscalização das diversas rubricas orçamentárias e providencie quanto á aquisição e remessa de material ás administrações do Domínio nos Estados e nesta Capital.

Caberá, assim, a esse serviço a direção e exe-

cução de todos os trabalhos de escrituração das rendas e das despesas e a fiscalização direta da execução dos contratos pertinentes aos bens federais sob a jurisdição deste Ministério.

VIII — SUBDIRETORIA DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

O numero de processos informados, no corrente ano, pela Sub-Diretoria dos Serviços de Engenharia, discriminadamente, pela natureza do assunto, foi o seguinte:

Aforamentos	532
Novações	111
Transferencias	25
Recursos	2
Material flutuante	25
Orçamento	2
Obras	42
Avaliações	4
Diversos	507
	<hr/>
Total	1.250

Foram, ainda, executados os seguintes trabalhos, nos palácios do Catete e Guanabara, a cargo e responsabilidade direta do engenheiro ajudante desta Sub-Diretoria — Bento Fleury da Rocha:

Palácio do Catete

- a) — Reparos e modificações introduzidos nos elevadores e instalação de um cabo armado para telefones; nova pavimentação do quarto anexo á garage; reparos

no pavilhão do parque; colocação de um toldo na terrase da sala de almoço; pintura geral da sala do Chefe do Estado Maior da Presidência da República e de duas saletas; reparos na garage; fornecimento de um tapete e de um grupo estofado para a Secretária; execução de capas para as mobílias dos salões da capela e amarelo; serviços de bombeiro; reparos gerais e pintura externa da garage e usina elétrica.

- b) — Execução da pintura artística do salão nobre; pintura geral da sala do Estado Maior da Presidência da República; reforma da sala de entrada, inclusive nova pavimentação de cerâmica francesa; execução de lambris; pintura a esmalte de alizares e lustrações de portas e lambris; pintura e decoração das paredes do *hall* e serviços de estucador; pintura das paredes e tecto da sala de bilhar; construção de dependência na usina elétrica, composta de depósito, quarto e instalação sanitária completa; forração da usina elétrica e pinturas internas; modificações introduzidas na estação de rádio; divisões de madeira, instalação de W.C. e pinturas gerais; reparos no telhado e substituição de calhas.

Palácio Guanabara

- a) — Modificação da janela da Biblioteca; pintura geral do quarto do café, inclu-

sive substituição do piso e instalação de um fogão á gás; reparos no forro das instalações sanitárias e pinturas gerais; obras complementares no pavilhão dos filtros; instalação de força, luz e aparelhos de segurança para as bombas; reforma geral do mirante, inclusive pinturas internas e externas; reparos gerais no edifício do corpo da guarda; remodelação da instalação de aguas pluviais.

- b) — Concerto do telhado do salão nobre, com a substituição de calhas; limpeza e pintura geral da cosinha e da copa; pintura do gradil da frente e concerto dos portões; construção do edifício do pavilhão dos filtros; serviços de electricidade e reparos dos aquecedores; exterminação do cupim e imunização do madeiramento do telhado do salão nobre.

Mapoteca

Foram incorporadas á Mapoteca 409 plantas.

IX — ADMINISTRAÇÃO DO DOMÍNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

Trabalhos executados na Administração do Domínio da União no Distrito Federal no ano de 1937:

Secção Administrativa e do Registo

Processos recebidos 2.863

Processos informados	1.647
Cartas de aforamento expedidas	66
Alvarás expedidos	72
Apostilas em cartas de aforamento	8
Termos de entrega e recebimento	12
Assentamentos feitos em livro de registo	158
Guias de recolhimento de renda	833
Recibos de alugueis extraídos	334
Certidões fornecidas	95
Editais publicados	65

Demonstração da renda arrecadada nos anos de 1936 e 1937:

<i>Descrição</i>	<i>1936</i>	<i>1937</i>
Alugueis	1.275:321\$600	1.054:150\$200
Fóros	148:051\$500	156:101\$200
Laudêmios	138:454\$900	409:773\$600
Taxa de ocupação	6:653\$000	39:285\$700
Renda extraordinária	1.254:736\$400	56:899\$000
	2.823:217\$400	1.716:209\$700

Secção de Engenharia

Número de processos informados . 538

Nesses processos foram calculados laudêmios e taxas de ocupação de terrenos do Cáis do Porto, Santa Cruz e Urca.

Além dos diversos levantamentos topográficos de pequenas áreas e, bem assim, copias de plantas destinadas a instruírem os processos de aforamento, transferências e locações, foi executado um esboço da planta dos terrenos do Cáis do Porto, composto de elementos extraídos da planta geral do Distrito Federal, da *Aircraft*. Sobre este trabalho foram feitos loteamentos e anotações provisórias destinados a serem transportados para uma planta definitiva, acompanhado esse serviço por verificação *in loco* de cada lote.

Oficinas

Entre os serviços que estão a cargo da Secção de Engenharia encontram-se os das obras executadas nos próprios nacionais no Distrito Federal sob a jurisdição do Ministério da Fazenda.

Essas obras durante o primeiro trimestre do corrente ano não tiveram a mesma intensidade das dos anos anteriores. Ficaram limitadas a pequenos reparos e trabalhos de conservação nas dependências das repartições de Fazenda.

As oficinas desta Diretoria têm feito o possível para poder atender aos múltiplos pedidos de reparos em próprios nacionais, como sejam: concertos de móveis, colocação de divisões, etc., solicitados sempre com urgência pelos chefes de serviços das diversas repartições deste Ministério, apesar das dificuldades oferecidas, não só quanto á deficiência de pessoal como pela falta de material, muitas vezes inexistente no Almojarifado.

Além desses serviços foram orçadas as obras para a reconstrução do fôrno de incineração do papel-moeda instalado nas dependências do Edifício do Ministério, á Avenida Rio Branco, e or-

ganizado o projeto e orçamento para a construção do prédio para a sede da Superintendencia da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

No 6.º pavimento do edificio do Instituto de Previdência, onde se acha instalado o Tribunal de Contas, foram feitas ainda diversas obras de adaptação solicitadas pela Secretaria daquele Tribunal.

Foram, tambem, fiscalizados por esta secção as obras realizadas por conta dos adjudicados em 3 prédios da “Vila Orsina da Fonseca”.

Palácio do Ministério da Fazenda

Realizado o concurso de ante-projetos para a construção do Edifício do Ministério da Fazenda, foi resolvido pela Administração superior deste Ministério, dar início á mudança das repartições que ainda se achavam funcionando no velho edificio da Avenida Passos, para se promover a sua demolição.

Organizado o edital de concorrência para a demolição do velho casarão do Tesouro foi a mesma realizada em 30 de janeiro de 1937, sendo a proposta mais vantajosa a do sr. Luiz Koat, a qual foi aceita pelo preço de Rs. 80:500\$000.

Tendo sido lavrado o respectivo contrato e registado no Tribunal de Contas teve inicio a demolição em setembro do corrente ano.

A Recebedoria do Distrito Federal, que se achava funcionando no velho edificio do Tesouro foi tambem transferida, em fins de junho do corrente ano, para o prédio do Largo de Santa Rita, n. 4 (antiga Casa Leitão). Para isso foi necessário, primeiramente, a execução de obras de re-

paros e pinturas no prédio, que se achava em péssimas condições de conservação.

Do mesmo modo foram feitas a mudança da Diretoria das Rendas Aduaneiras para o 5.º e 6.º andares do Edifício da Sul-America Capitalização, á rua da Quitanda e a do Conselho de Tarifas para a rua Sacadura Cabral, n. 29, próximo á Praça Mauá.

Nessa mesma ocasião, foi feita, também, a transferencia da Contadoria Central da Republica da ala direita do 5.º pavimento do Edifício do Instituto Nacional de Previdência para a Avenida Rio Branco, n. 9 (Casa Mauá) e instalando-se, nesse local, o arquivo, a mapoteca, o almoxarifado e outras secções da Diretoria do Domínio da União.

Restam, apenas, em uma das alas do velho edificio da Avenida Passos, os arquivos do Tesouro, do Tribunal de Contas e da Recebedoria, os quais deverão ser localizados no galpão a ser construido num terreno situado á Avenida Venezuela, na zona do Cáis do Porto.

Essa construção, já foi autorizada e deverá ficar concluida dentro em breve.

Cadastro

Um dos pontos cardeais desta Administração foi promover o cadastro dos próprios nacionais, sob sua jurisdição.

Foi organizada a planta do Cáis do Porto, discriminando-se na mesma, em convenções diferentes, os terrenos aforados, doados, arrendados, etc. Sobre esse trabalho foram feitas anotações provisórias destinadas a serem transportadas para

a planta definitiva, uma vez terminado o serviço de verificação *in loco*.

Concomitantemente com os estudos topográficos foram coligidos elementos necessários á organização do cadastro administrativo da zona portuaria.

Com a transferencia da superintendencia dos terrenos do Cáis do Porto para o sr. inspetor regional — Alexandre Plemont, em virtude da portaria n. 119, de 20 de setembro do corrente ano, o serviço de organização do cadastro dessa zona passou a ser executado sob a direção daquele funcionário.

Foi, ainda, organizado o serviço de cobrança de próprios nacionais, que, até então, era feito em desacordo com as normas estatuidas no Código de Contabilidade.

Essas sugestões foram adotadas pela portaria 83, de 4 de junho do corrente ano, desta Diretoria, e publicada no *Diario Oficial* de 16 do mesmo mês e ano.

Fazenda Nacional de Santa Cruz

As ocorrências havidas na Superintendencia da Fazenda Nacional de Santa Cruz, no período de 15 de julho a 31 de dezembro de 1937, foram as seguintes:

Processos

Durante o período de 15 de julho a 31 de dezembro foram informados por esta Secção, 112 processos.

Aforamentos

Número de foreiros em dia	875
” ” ” ” atraso	186
” ” ” ” comisso	797
	<hr/>
Total	1.858

Aforamentos novos

No período acima, foram registadas nesta secção 10 cartas de aforamento sob ns. 619 a 626, expedidas, pela Diretoria.

Certidões

Foram passadas por esta secção, no período de 15 de julho a 31 de dezembro 38 certidões, atingindo a importancia de 630\$400 em selos adesivos e de educação.

Renda

A arrecadação nesta secção, no periodo de 15 de julho a 31 de dezembro, atingiu a importancia de 25:459\$172 havendo uma diferença para mais de 16:139\$679 comparada com o mesmo período de 1936 que atingiu a 9:319\$493.

A renda total de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1937 foi de Rs. 61:023\$768, superior á de 1936 em que a arrecadação só atingiu 48:751\$550.

Pessoal

Pela portaria n. 107, de 15 de julho de 1937, foi designado o sr. Bartolomeu Carvalho para

exercer as funções de encarregado do expediente da Fazenda Nacional de Santa Cruz, em substituição ao auxiliar da Diretoria, — Gabriel Coutinho..

Com essa medida tiveram andamento diversos processos que se encontravam a espera de satisfação de exigências.

Pela portaria 159, de 31 de outubro de 1937, foi designado para exercer as funções de engenheiro chefe dos serviços desta Fazenda, o sr. José Bonifacio de Andrade, que muito se tem esforçado no desempenho de suas funções técnicas, dando, assim, adeantamento aos processos que se achavam paralisados por falta de profissional competente.

Instalação

Esta secção está desprovida de moveis, pois os atuais encontram-se em máu estado e não oferecem a menor segurança para guarda do arquivo, que é precioso.

O espaço reservado a essa secção é insuficiente para seu funcionamento, cujos livros e documentos são constantemente manuseados.

X — ADMINISTRAÇÕES DO DOMÍNIO DA UNIÃO NOS ESTADOS

Com exceção das Administrações do Domínio da União junto ás Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Pará, Pernambuco, Baía, São Paulo e Rio Grande do Sul, cujos trabalhos correram normalmente, todas as demais necessitam completa reorganização em suas instalações, aparelhamentos e, sobretudo, nos metodos de trabalho.

Esta Diretoria não tem recebido, com regu-

laridade, os relatórios semestrais que deveriam ser remetidos nos meses de janeiro e junho pelos delegados fiscais, na forma do art. 3.º, § 3.º, do Decreto n. 22.250, de 23 de dezembro de 1932, nos quais deveriam informar sobre a capacidade funcional e eficiência dos serviços das respectivas administrações nos Estados.

Com o objetivo de ativar os trabalhos de cadastro e registro dos bens pertencentes ao domínio da União, incrementar a arrecadação das rendas e, ainda, no sentido de padronizar os serviços da repartição, em todo o território nacional, pretende esta Diretoria mandar inspecionar as mesmas administrações nos Estados por funcionários com longo tirocínio de serviço.

Transcrevemos abaixo judiciosa sugestão, apresentada pelo intendente do Domínio da União, no Estado do Rio Grande do Sul, eng.º Arí Azambuja, sobre a arrecadação de rendas patrimoniais:

“Entendo que de acordo com a nossa organização financeira, todas as repartições e funcionários arrecadadores de rendas, taxas, contribuições, devem recolher o produto das mesmas ao Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, e ás Delegacias Fiscais, nos Estados.

A lei não isentou, nem podia isentar ninguém dessa obrigação. Sejam quais forem os Ministérios a que pertençam as Repartições, estão todas subordinadas á autoridade suprema do Ministério da Fazenda e á fiscalização do Tribunal de Contas em tudo quanto diga respeito á receita e á despesa pública; e não se compreende que a lei abraße uma exceção para as rendas produzidas pelos próprios nacionais sob a jurisdição de qualquer Ministério, uma vez que em virtude do princípio geral, essa renda deve figurar na receita pública.”

TERCEIRA PARTE

TERCEIRA PARTE

Anexos

**RELAÇÃO PROVISÓRIA DOS PRO-
PRIOS NACIONAIS, NO DISTRITO
FEDERAL**

ORGANIZADA PELO

Engenheiro LUIZ NOGUEIRA DE PAULA

Ajudante, interino, do Dominio da União

PRÓPRIOS NACIONAIS RELACIONADOS NO DISTRITO
FEDERAL

<i>Ministérios</i>	<i>Imóveis rela- cionados</i>
I — FAZENDA	82
Cais do Porto	51
Baixada Fluminense	298
II — EDUCAÇÃO	91
III — JUSTIÇA	84
IV — GUERRA	52
V — MARINHA	20
VI — VIAÇÃO	20
VII — AGRICULTURA	16
VIII — TRABALHO	10
XI — EXTERIOR	6
TOTAL	730

MINISTÉRIO DA FAZENDA

N.º	Imóvel	Local
1	Séde do Ministério	Avenida Rio Branco, 42
2	Antiga séde	Avenida Passos, 43
3	Diretoria de Estatística	Rua Luiz de Camões, 68
4	Alfandega	Rua Visconde de Itaboraá, 78
5	Guardamoria	Câis dos Mineiros
6	Caixa de Amortização	Rua Primeiro de Março, 42
7	Casa da Moeda	Praça da Republica
8	Residencia do Diretor	Rua General Caldwell, 143
9	Terreno da Academia de Letras	Avenida Presidente Wilson
10	Diretoria do Imposto de Renda	Avenida Presidente Wilson
11	Laboratorio de Análises	Rua Visconde de Itaboraá
12	Garage do Ministério	Rua Imperatriz Leopoldina
13	Pão de Assucar	Pão de Assucar
14	Morro da Urca	Morro da Urca
15	Terreno (Vila Orsina)	Rua Doze de Maio
16	Prédio	Rua Almirante Alexandrino, 1.632
17	"	Rua Almirante Alexandrino, 1.630
18	"	Ladeira Ascurra, 186
19	Morro de São Carlos	Morro de São Carlos
20	" " Santo Antonio	Morro de Santo Antonio
21	Quinta da Boa Vista	Avenida Pedro Ivo
22	Terreno Quinta da Boa Vista	Avenida Bartolomeu de Gusmão
23	Morro da Mangueira	Avenida Bartolomeu de Gusmão
24	Quinta do Cajú	Praia do Cajú
25	Terreno	Avenida Francisco Bicalho
26	"	Rua Melo e Souza
27	"	Avenida Rodrigues Alves
28	"	Avenida Rodrigues Alves
29	"	Praça Mauá
30	Palácio do Catete	Catete
31	" Guanabara	Rua General Pinheiro Machado
32	Casa da Guarda do Palácio	Catete
33	Prédio	Rua Almirante Alexandrino, 1.510
34	Residencia Zelador	Estrada Redentor
35	Edifficio <i>Jornal do Comercio</i>	Avenida Rio Branco, 117/21
36	Terreno	Rua Jardim Botânico
37	Guarda do Tesouro	Rua Imperatriz Leopoldina

N.º	Imóvel	Local
38	Sociedade de Geografia	Rua Marechal Floriano
39	Estação Barão Mauá (terreno)	Avenida Francisco Bicalho
40	Prédio	Rua de São Cristovão, 491
41	"	Rua de São Cristovão, 495
42	Superintendencia de Santa Cruz	Santa Cruz
43	Montepio Servidores do Estado	Travessa das Belas Artes
44	Caixa Economica Federal	Rua D. Manoel, 25
45	Prédio	Rua da Alegria, 134
46	Terreno do Liceu Artes Officios	Avenida Rio Branco
47	" do Club Naval	Avenida Rio Branco
48	" da Est. da Cantareira	Praça 15 de Novembro
49	Ilha de Santa Barbara	Baía de Guanabara
50	Terreno	Estrada de Manguinhos, 8
51	Terreno (Bar Brahma)	Rua Almirante Alexandrino, 1.849
52	Prédio	Rua Almirante Alexandrino, 1.518
53	"	Rua Indiana, s/n
54	"	" " s/n
55	"	" " s/n
56	"	" " s/n
57	Avenida com 5 casas	Rua Carlos Seidl, 349
58	" " "	" " " 357
59	Prédio	" " " 359
60	"	Rua da Misericordia
61	"	Rua Conselheiro Zacarias, 6
62	"	" " " 7
63	"	" " " 38
64	Casa de Benjamin Constant	Rua Monte Alegre, 255
65	Antigo Lazareto	Rua da Gambôa, 203
66	Hospital Hahnemaniano	Rua Frei Caneca, 94
67	Terreno	Rua do Ouvidor, 88
68	"	Rua do Passeio
69	Morro da Capela	Alto da Boa Vista
70	Prédio	Rua Candido Mendes, 283
71	"	Rua Senador Bernardo Monteiro, 180
72	"	Rua Marechal Joffre, 164
73	"	Rua Araxá, 132
74	"	Rua Mearim, 271
75	"	Rua Itabaiana, 57
76	"	Rua Jaraguá, 55
77	"	Rua Pinto Martins, 6
78	"	Rua Mococa, 24
79	"	Rua Laranjeiras, 228
80	"	" " 230
81	"	Rua Almirante Alexandrino, 1.520
82	"	" " " 1.522

CÁIS DO PORTO

N.	<i>Imóvel</i>	<i>Local</i>
1	Quadra n. 1 (lotes 6 a 13 e 17 a 23) .	Avenida Venezuela
2	" " 2 (<i>domínio directo</i>)	Coelho e Castro
3	" " 3 (<i>domínio directo</i>)	" " "
4	" " 4 (lotes 41 a 43 e 46 a 47)	Avenida Venezuela
5	" " 5 (Docas Nacionais)	Coelho e Castro
6	" " 6 (lotes 52 a 54 e Hospital Pró Matre)	Avenida Venezuela
7	" " 7 (lotes 55 a 72)	" "
8	" " 8 (A cargo do Ministerio da Agricultura)	" "
9	" " 9 (lotes 83 a 100)	" "
10	" " 10 (toda a quadra [não lotada])	Avenida Rodrigues Alves
11	" " 11 (lotes 101 a 102 e o resto da quadra)	" " "
12	" " 12 (<i>domínio directo</i>)	" " "
13	" " 13 (parte vendida e o resto á cargo do Min. Trabalho)	Sacadura Cabral
14	" " 14 (lotes 132 a 138)	Souza e Silva
15	" " 15 (lotes 145 a 155 e 159 a 161)	Livramento e Sacad. Cabral
16	" " 16 (<i>domínio directo</i>)	" " "
17	" " 17 (<i>domínio directo</i>)	Avenida Venezuela
18	" " 18 (parte vendida)	" "
19	" " 19 (parte vendida e parte Ar- mazens Externos)	" "
20	" " 20 (10 lotes não numerados)	" "
21	" " 21 (<i>domínio directo</i>)	Avenida Rodrigues Alves
22	" " 22 (<i>domínio directo</i>)	" "
23	" " 23 (Quartel Policia Militar) .	Silvino Monteiro
24	" " 24 (<i>domínio directo</i>)	Avenida Venezuela
25	" " 25 (lotes 242 a 246)	" "
26	" " 26 (<i>domínio directo</i>)	" "
27	" " 27 (lotes 252 a 256)	" "
28	" " 28 (<i>domínio directo</i>)	Avenida Rodrigues Alves
29	" " 29 (lotes 267 a 274)	" "
30	" " 30 (<i>domínio directo</i>)	Gambôa
31	" " 31 (<i>domínio directo</i>)	"
32	" " 32 (lotes 291 a 301)	Harmonia
33	" " 33 (lotes 302 e 303)	Rivadavia Corrêa
34	" " 34 (<i>domínio directo</i>)	" "
35	" " 35 (lotes 331 a 339)	" "
36	" " 36 (lote 340)	Avenida Rodrigues Alves

N.	Imóvel	Local
37	” ” 37 (lote 357)	” ” ”
38	” ” 38 (parte vendida — parte não especificada)	” ” ”
39	” ” 39 (lotes 368 a 370 e 372 a 378)	” ” ”
40	” ” 40 (lotes 379 a 384)	Equador
41	” ” 41 (parte vendida e parte não especificada)	”
42	” ” 42 (lotes 393 a 409 e 414 a 428)	”
43	” ” 43 (lotes 434 e 436)	Alfa
44	” ” 44 (alugada)	”
45	” ” 45 (lotes 506 a 513, 515, 517 e 519)	Equador
46	” ” 46 (<i>domínio directo</i>)	”
47	” ” 47 (cedida ao Minis. Viação)	Avenida de Lima
48	” ” 48 (<i>domínio directo</i>)	” ” ”
49	” ” 49 (lote 583)	” ” ”
50	” ” 50 (parte vendida — parte cedida)	” ” ”
51	” ” 51 (lotes 620 a 624)	” ” ”

BAIXADA FLUMINENSE

N.º	Imóvel	Local
1	Ilha do Bom Jardim	Baía de Guanabara
2	Prédio e terreno	Caminho da Freguezia, 267
3	" " "	Estrada de Manguinhos, 32/38
4	" " "	Rua Olga, 95
5	Barracão e terreno	Rua Luiz Ferreira, 9
6	Terreno	Rua Portinho, 34
7	Prédio e terreno	Rua Olga, 14
8	" " "	Rua João Magalhães, 35
9	Pedreira e terreno	Praia do Porto do Inhauma, 245
10	Prédio e terreno	Rua João Romariz, 139
11	" " "	Rua Frei Jabotão, 20
12	" " "	Rua Farneze, 77
13	Terreno	Rua Farneze, s/n
14	Prédio e terreno	Rua Lucio de Mendonça, 2
15	" " "	Rua Vieira Ferreira, 91
16	Terreno	Estrada do Porto Velho, s/n
17	"	Estrada de Manguinhos, s/n
18	Chacara e Prédio	Estrada do Porto de Inhauma, 119
19	Prédio e terreno	Rua Regeneração, 273
20	" " "	Rua Parafbuna, 19
21	Terreno	Estrada de Manguinhos, s/n
22	"	Rua Sete de Março, 3 e 5
23	"	Travessa Sete de Março, s/n
24	Prédio e terreno	Rua 29 de Junho, 26
25	Terreno	Rua Regeneração, s/n
26	Prédio e terreno	Rua Olga, 57
27	" " "	Rua Leonor Mascarenhas, 26
28	Terreno	Estrada de Manguinhos, s/n
29	Prédio, barracão e terreno	Rua Capitão Carlos, s/n
30	Prédio e terreno	Rua Regeneração, 125
31	" " "	Estrada do Porto de Inhaúma, 128
32	" " "	Estrada do Porto de Inhaúma, 156
33	" " "	Rua Leonor Mascarenhas, 90
34	" " "	Rua Leonor Mascarenhas, 47
35	" " "	Praia de Inhaúma, 193
36	" " "	" " " 199
37	" " "	" " " 201
38	" " "	" " " 203
39	" " "	" " " 205
40	" " "	" " " 207
41	" " "	" " " 209
42	" " "	" " " 211
43	" " "	" " " 219

N.º	Imóvel	Local
44	” ” ”	” ” ” 223
45	” ” ”	Rua Olga, 71
46	” ” ”	Rua Caetés, 2
47	” ” ”	Estrada do Porto de Inhaúma, 85
48	” ” ”	Praia do Porto de Inhaúma, 183
49	” ” ”	Travessa Adahil, 10
50	” ” ”	Estrada do Norte, 24
51	Prédio e terreno	Estrada do Norte, 26
52	” ” ”	Rua Lucio de Mendouça, 5
53	Terreno	Rua Nova Jerusalém, 150
54	Prédio e Terreno	Estrada do Porto de Inhaúma, 17
55	” ” ”	Estrada do Porto de Inhaúma, 111
56	Terreno	Estrada de Manguinhos, s/n
57	Prédio e terreno	Caminho da Freguezia, 77
58	Terreno	Caminho da Praia de Inhaúma, 2/4
59	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 338
60	” ” ”	Estrada da Penha, 336
61	” ” ”	Rua Joana do Nascimento, 39
62	” ” ”	Rua Caetés, 15
63	” ” ”	Rua Saldanha da Gama, 128-A
64	” ” ”	Rua Saldanha da Gama, 130
65	” ” ”	Rua Saldanha da Gama, 132
66	” ” ”	Rua Saldanha da Gama, 134
67	” ” ”	Rua Paraíbuna, 7
68	” ” ”	Rua Paraíbuna, 3
69	” ” ”	Rua Joana do Nascimento, 41
70	” ” ”	Estrada de Manguinhos, 16
71	” ” ”	Estrada de Manguinhos, 22
72	” ” ”	Rua Olga, 113
73	” ” ”	Rua Regeneração, 155
74	” ” ”	Praia do Porto de Inhaúma, 115
75	” ” ”	Rua Regeneração, 151
76	” ” ”	Rua Regeneração, 153
77	Avenida de 3 casas	Rua 17 de Fevereiro, 12
78	Terreno	Caminho da Freguezia, s/n
79	Prédio e terreno	Estrada de Manguinhos, 400
80	Galpão e terreno	Estrada de Manguinhos, 426
81	Prédio e terreno	Avenida dos Democraticos, 262
82	Terreno	Rua Projetada, 6/10
83	” ” ”	Rua Projetada, 3
84	Prédio e terreno	Rua Monsenhor Brito, 19
85	” ” ”	Rua Monsenhor Brito, 31
86	Terreno	Rua Frei Jaboatão, s/n
87	Prédio e terreno	Rua Saldanha da Gama, 58
88	” ” ”	Caminho da Freguezia, 680

N.º	Imóvel	Local
89	” ” ”	Estrada do Norte, 155
90	” ” ”	Rua João Romariz, 18
91	” ” ”	Rua Luiz Ferreira, 29
92	” ” ”	Estrada do Norte, 122
93	” ” ”	Rua Portinho, s/n
94	” ” ”	Rua 19 de Outubro, 67
95	Barracão e terreno	Rua 17 de Fevereiro, 60
96	Prédio e terreno	Rua 7 de Março, 30
97	Terreno	Rua 17 de Fevereiro, s/n
98	”	Rua 17 de Fevereiro, 30
99	”	Rua 17 de Fevereiro, 32
100	Prédio e terreno	Rua 17 de Fevereiro, 8
101	” ” ”	Avenida Postal, 30
102	Prédio e terreno	Rua 20 de Março, 11
103	” ” ”	Rua 20 de Março, 13
104	” ” ”	Rua 20 de Março, 15
105	” ” ”	Rua 23 de Abril, 57
106	Terreno	Avenida Postal, 50
107	Prédio e terreno	Rua Filomena Nunes, 317
108	” ” ”	Rua Leonor Mascarenhas, 86
109	” ” ”	Caminho da Freguezia, 247
110	” ” ”	Rua Vieira Ferreira, 93
111	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 40
112	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 42
113	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 44
114	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 46
115	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 43
116	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 47
117	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 51
118	” ” ”	Rua Caetés, 25
119	” ” ”	Rua Regeneração, 18
120	Terreno	Praia do Porto de Inhaúma, 28
121	Terreno e pedraira	Rua Capivará, 27
122	Terreno	Avenida Suburbana, 402
123	Ilha do Pinheiro	Bafa de Guanabara
124	Prédio e terreno	Avenida Nova York, 41
125	” ” ”	Rua Olga, 59
126	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 112
127	” ” ”	Estr. do Porto de Inhaúma, 114
128	” ” ”	Praia de Inhaúma, 25
129	” ” ”	Praia de Inhaúma, 31
130	” ” ”	Rua Projetada de Manguinhos, 30
131	” ” ”	Rua Luiz Ferreira, 59
132	” ” ”	Rua Guilherme Frota, 88
133	” ” ”	Rua Guilherme Frota, 90

N.º	Imóvel	Local
134	" " "	Rua Guilherme Frota, 92
135	" " "	Rua Guilherme Frota, 94
136	Terreno	Rua Luiz Ferreira, s/n
137	Prédio e terreno	Rua Julio Ribeiro, 80
138	" " "	Estrada da Penha, 800
139	Terreno	Rua Nova Jerusalém, s/n
140	"	Rua Regeneração s/n
141	"	Rua Bomsucesso, s/n
142	Prédio e terreno	Rua 29 de Junho, 35
143	" " "	Rua Guilherme Frota, 58
144	" " "	Rua Olga, 115-A.
145	" " "	Rua Olga, 117
146	" " "	Rua 29 de Junho, 24
147	" " "	Avenida Suburbana, 258
148	" " "	Avenida Suburbana, 260
149	Terreno	Av. Suburbana (lotes, 1, 2 e 3)
150	Avenida com 3 casas	Rua Viuva Claudio, 109
151	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 143
152	" " "	Avenida Suburbana, 316
153	" " "	Avenida Suburbana, 342
154	" " "	Avenida Suburbana, 344
155	" " "	Avenida Suburbana, 346
156	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 348
157	Prédio e terreno	Rua São Luiz Gonzaga, 656
158	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 18
159	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 20
160	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 26
161	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 218
162	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 220
163	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 50
164	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 400
165	Terreno	Avenida Suburbana, 293
166	Terreno	Avenida Suburbana, 299
167	Terreno	Avenida Suburbana, 1/3
168	Prédio e terreno	Praça de Bemfica, 14
169	Prédio e terreno	Praça de Bemfica, 16
170	Prédio e terreno	Praça de Bemfica, 18
171	Prédio e terreno	Praça de Bemfica, 20
172	Terreno	Avenida Suburbana, s/n
173	Prédio e terreno	Praça de Bemfica, 12
174	Terreno	Avenida Suburbana, s/n
175	Prédio e terreno	Rua de São Luiz Gonzaga, 669
176	Terreno	Rua de São Luiz Gonzaga, s/n
177	Prédio e terreno	Rua de São Luiz Gonzaga, 677
178	Prédio e terreno	Rua de São Luiz Gonzaga, 679

N.º	Imóvel	Local
179	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 35
180	Terreno	Avenida Suburbana, s/n
181	Terreno	Avenida Suburbana, s/n
182	Terreno	Avenida Suburbana, s/n
183	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 188
184	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 562
185	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 572
186	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 4
187	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 4-A
188	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 6
189	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 8
190	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 10
191	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 12
192	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 16
193	Prédio e terreno	Estrada da Penha, 26
194	Avenida com 21 casas	Estrada da Penha, 16/26
195	Prédio e terreno	Rua de São Luiz Gonzaga, 670
196	Prédio e terreno	Rua de São Luiz Gonzaga, 672
197	Prédio e terreno	Rua de São Luiz Gonzaga, 674
198	Prédio e terreno	Praça de Bemfica, 6
199	Prédio e terreno	Praça de Bemfica, 8
200	Prédio e terreno	Praça de Bemfica, 10
201	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 176
202	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 206
203	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 234
204	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 236
205	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 238
206	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 240
207	Terreno	Avenida Suburbana, s/n
208	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 122
209	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 160
210	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 425
211	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 19-A
212	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 19-B
213	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 23
214	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 41
215	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 43
216	Terreno	Avenida Suburbana, 427
217	Terreno	Avenida Suburbana, 421
218	Terreno	Avenida Suburbana, 431
219	Terreno	Avenida Suburbana, 433
220	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 545
221	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 549
222	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 551
223	Prédio e terreno	Avenida Suburbana, 48

N.º	Imóvel	Local
224	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 105
225	Prédio e terreno	Rua Viuva Claudio, 151
226	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 83
227	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 85
228	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 406 junto
229	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 418
230	Avenida com 4 casas	Rua da Alegria, 460
231	Prédio e terreno	Rua Ricardo Machado, 50
232	Prédio e terreno	Rua Ricardo Machado, 52
233	Prédio e terreno	Rua Ricardo Machado, 54
234	Terreno	Rua Ricardo Machado, 56
235	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 25
236	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 27
237	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 30
238	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 96
239	Terreno	Rua do Retiro Saudoso, 50 junto
240	Terreno	Rua da Alegria, 462
241	Terreno	Rua Couto de Magalhães, 17
242	Terreno	Rua Couto de Magalhães, 16
243	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 33
244	Terreno	Rua Couto de Magalhães, 18
245	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 37
246	Terreno	Rua da Alegria, 167
247	Terreno	Rua da Alegria, 171-A
248	Prédio e terreno	Rua Bomfim, 250
249	Prédio e terreno	Rua Bomfim, 262
250	Terreno	Rua da Alegria, s/n
251	Prédio e terreno	Rua do Retiro Saudoso, 62
252	Prédio e terreno	Travessa da Alegria, 1
253	Terreno	Rua Bela de São João, 301
254	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 173
255	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 175
256	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 177
257	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 179
258	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 181
259	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 183
260	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 185
261	Avenida com 18 casas	Rua da Alegria, 187
262	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 189
263	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 191
264	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 193
265	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 195
266	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 197
267	Prédio e terreno	Travessa da Alegria, 25
268	Prédio e terreno	Travessa da Alegria, 27

N.º	Imóvel	Local
269	Prédio e terreno	Rua Bela de São João, 38
270	Prédio e terreno	Rua Bela de São João, 40
271	Terreno	Rua Bela de São João, 42
272	Prédio e terreno	Rua Bela de São João, 44
273	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 13
274	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 13-A
275	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 13-B
276	Prédio e terreno	Praia do Retiro Saudoso, 201
277	Prédio e terreno	Rua Ricardo Machado, 42-A
278	Prédio e terreno	Rua Ricardo Machado, 44
279	Prédio e terreno	Rua Ricardo Machado, 46
280	Terreno	Rua Couto de Magalhães, 53
281	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 21
282	Prédio e terreno	Rua Couto de Magalhães, 23
283	Terreno	Rua Bela de São João, 309
284	Terreno	Rua da Alegria, 249
285	Terreno	Rua da Alegria, 349
286	Terreno	Rua da Alegria, s/n
287	Terreno	Rua do Plano Inclinado, s/n
288	Prédio e terreno	Rua Bela de São João, 295
289	Prédio e terreno	Travessa da Alegria, 29
290	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 388
291	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 390
292	Avenida com 15 casas	Rua da Alegria, 392
293	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 394
294	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 396
295	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 384
296	Prédio e terreno	Rua da Alegria, 71
297	Prédio e terreno	Travessa da Alegria, 31
298	Prédio e terreno	Travessa da Alegria, 35

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

N.º	Imóvel	Local
1	Terreno para constr. da sede .	Esplanada do Castelo
2	Biblioteca Nacional	Avenida Rio Branco, 219/39
3	Museu Nacional	Quinta da Boa Vista
4	Casa Rui Barbosa	Rua São Clemente, 134
5	Museu Histórico	Avenida Presidente Wilson
6	Observatorio Nacional	Morro de São Januario
7	Residencia do Diretor	Morro de São Januario
8	Colegio Pedro II (Internato) .	Praça Marechal Deodoro, 125
9	Residencia do Diretor	Praça Marechal Deodoro
10	Residencia do Diretor	Praça Marechal Deodoro
11	Residencia do Diretor	Praça Marechal Deodoro
12	Colegio Pedro II (Externato) .	Rua Marechal Floriano, 80
13	Diretoria Nacional de Educação	Rua Moncorvo Filho, 2/8
14	Escola Wenceslau Braz	Rua General Canabarro, 338
15	Inst. Nacional Surdos Mudos . .	Rua Laranjeiras, 232
16	Instituto Benjamin Constant . .	Avenida Pasteur, 350
17	Instituto Osvaldo Cruz	Estrada Rio-Petropolis
18	Diretoria Nacional de Saúde . .	Rua do Rezende, 128
19	Laboratorio Bromatologico . . .	Rua Camerino, 27
20	Escolá de Enfermeiras	Rua Benedito Hipolito, 275
21	Hospital Artur Bernardes	Avenida Rui Barbosa, 12
22	Hospital de São Sebastião	Rua Carlos Seidl, 137
23	Hospital Nacional de Alienados	Avenida Pasteur, 250
24	Hosp. Colon. de Psicopatas (H)	Fazenda E. Novo (Jacarépaguá)
25	Hosp. Colon. de Psicopatas (M)	Rua Ramiro Magalhães, 17
26	Hospital Estacio de Sá	Avenida Estacio de Sá, 4
27	Hospital São Francisco Assis . .	Rua Visconde de Itaúna, 375
28	Hospital Colonia Curupaiti	Rua Cand. Benicio, 1168 (Jacar.)
29	Hospital Doenças Tropicais . . .	Estrada Manguinhos
30	Hospital Pedro II	Rua D. João VI, 6 (Santa Cruz)
31	Hospital de Realengo	Rua Oliveira Braga (Bangú)
32	Inspetoria de Saúde do Porto . .	Avenida Presidente Wilson
33	Faculdade de Medicina	Avenida Pasteur, 458
34	Terreno	Avenida Pasteur

N.º	Imóvel	Local
35	Instituto Anatomico	Praia de Santa Luzia
36	Maternidade	Rua Laranjeiras, 180
37	Faculdade de Odontologia	Avenida Pasteur, 438
38	Faculdade de Direito	Rua do Catete, 243
39	Prédio	Praça da Republica, 54
40	Prédio	Rua do Lavradio, 68
41	Escola Nacional de Belas Artes	Avenida Rio Branco, 199
42	Instituto Nacional de Musica	Rua do Passeio, 98
43	Escola Politecnica	Largo de S. Francisco
44	Instituto Eletrotecnico	Praça da Republica
45	Observatorio Astronomico	Ladeira Pedro Antonio, 49
46	Escola Nacional de Quimica	Avenida Pasteur, 404
47	Terreno (Hospital das Clinicas)	Estação de Mangueira
48	Terreno (Desinfectorio)	Avenida Wenceslau Braz, 1 a 3
49	Inspetoria dos Centros Saúde	Rua General Severiano, 91
50	Garage e oficinas	Praça da Bandeira
51	Fiscalização Generos Aliment.	Rua Sacadura Cabral
52	Inspetoria de Aguas e Esgotos	Rua Riachuelo, 287
53	Inspetoria de Aguas e Esgotos	Rua Paulo de Frontin, 98
54	Inspetoria de Aguas e Esgotos	Rua Frei Caneca, 112
55	Reservatorios Tijuca	Estrada Nova da Tijuca
56	Reservatorios Campo Grande	Campo Grande
57	Reservatorios Cantagalo	Rua Pompeu Loureiro
58	Reservatorios Engenho Dentro	Engenho de Dentro
59	Reservatorios França	Largo do França, 8
60	Reservatorios Francisco Sá	Morro Souza Cruz
61	Reservatorios Guarabú	Guarabú
62	Reservatorios Morro da Viuva	Morro da Viuva
63	Reservatorios Macacos	Rua Pacheco Leão
64	Reservatorios Pedregulho	Morro do Pedregulho
65	Reservatorios Penha	Flora Lobo
66	Reservatorios Santos Rodrigues	Rua Laurindo Rabelo, 170
67	Reservatorios São Bento	Morro de São Bento
68	Usina Elevatoria de Acari	Avenida Automovel Club
69	Usina Elevatoria de Maracanã	Praça Maracanã
70	Represa da Tijuca	Estrada Velha da Tijuca
71	Represa Carioca	Rua Almirante Alexandrino, 1550
72	Terreno	Rua Frei Caneca
73	Garage	Rua Estacio de Sá, 4
74	Floresta do Corcovado	Corcovado
75	Floresta da Tijuca	Tijuca
76	Floresta de Santa Teresa	Santa Teresa
77	Ilha do Pinheiro	Bafa de Guanabara
78	Fazenda do Mendanha	Campo Grande
79	Prédio	Rua do Aqueduto, 22-A

N.º	Imóvel	Local
80	Diret. Def. Sanit. Internacional	Praça Marechal Ancora
81	Caixa d'Água Carioca	Rua Almirante Alexandrino, 1550
82	Caixa d'Água Estacio de Sá . .	Rua Estacio de Sá, 4
83	Caixa d'Água Ascurra (Morro do Inglês)	Ladeira do Ascurra, 187
84	Caixa d'Água Tijuca	Estrada Velha da Tijuca
85	Centro Saúde Praça da Bandeira	Praça da Bandeira
86	Prédio	Rua Manoel Vitorino, 26
87	Prédio	Rua Frei Caneca, 195
88	Prédio	Rua Frei Caneca, 1
89	Prédio	Rua Faro, 80
90	Prédio	Morro de S. Bento
91	Prédio	Rua Santo Amaro, 152

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

N.º	Imóvel	Local
1	Palacio do Ministério da Justiça	Rua Senador Dantas
2	Arquivo Nacional	Praça da Republica, 26
3	Casa de Correção	Rua Frei Caneca, 463
4	Residencia do Diretor	Rua Frei Caneca, 477
5	Residencia do Sub-Diretor	Rua Frei Caneca, 477
6	Casa de Detenção	Rua Frei Caneca, 457
7	Residencia do Diretor	Rua Frei Caneca, 479
8	Corpo de Bombeiros (Comando)	Praça da Republica, 45
9	Residencia do Comandante	Praça da Republica, 41
10	Estação de Campinho	Rua Domingos Lopes
11	Estação do Cais do Porto	Avenida Rodrigues Alves
12	Estação do Catete	Praça São Salvador, 4
13	Estação de Copacabana	Rua Xavier da Silveira
14	Estação da Gavea	Rua Doze de Maio
15	Estação do Grajahú	Rua Marechal Joffre
16	Estação de Humaitá	Rua Humaitá, 126
17	Estação do Meyer	Rua Aristires Caire
18	Estação do Calabouço	Praça Marechal Ancora
19	Estação de Ramos	Rua Quatro de Novembro, 139
20	Estação de São Cristovão	Rua de São Cristovão, 246
21	Estação de Vila Isabel	Rua Oito de Dezembro, 126
22	Escola 15 de Novembro	Rua Clarimundo de Melo, 847
23	Instituto Sete de Setembro	Rua Eduardo Prado, 24
24	Divisão Feminina	Rua de São Cristovão, 394
25	Divisão Masculina	Rua Francisco Eugenio, 228
26	Imprensa Nacional	Rua Treze de Maio, 69
27	Officinas do Calabouço	Praça Marechal Ancora
28	Tribunal Superior Eleitoral	Rua D. Manoel, 15
29	Tribunal Regional Eleitoral	Avenida Mem de Sá, 152
30	Côrte Suprema	Avenida Rio Branco, 241
31	Palacio do Forum	Rua D. Manoel
32	Pretorium	Rua dos Invalidos, 152
33	Palacio da Policia	Rua da Relação
34	Instituto de Identificação	Rua do Lavradio, 84
35	Instituto Medico Legal	Praça Marechal Ancora
36	Inspetoria do Trafego	Praça Tiradentes, 55
37	Inspetoria da Policia Maritima	Avenida Presidente Wilson
38	Policia Especial	Morro de Santo Antonio, 2
39	Policia Militar (Reg. Cavalaria)	Avenida Salvador de Sá

N.º	Imóvel	Local
40	1.º Batalhão	Rua Evaristo da Veiga
41	2.º Batalhão	Rua São Clemente
42	3.º Batalhão	Rua Lucidio Lago
43	4.º Batalhão	Rua Evaristo da Veiga
44	5.º Batalhão	Praça da Harmonia
45	6.º Batalhão	Rua Barão de Mesquita
46	Hospital da Policia Militar . .	Rua Frei Caneca, 505
47	Escritorio de Obras (Ant. Sêde)	Praça Tiradentes, 67
48	Invernada do Corpo Bombeiros	Estação de Olaria
49	Palacio da Camara	Rua da Misericordia
50	Palacio do Senado	Avenida Rio Branco
51	Terreno	Avenida Presidente Wilson
52	Silogeu Brasileiro	Rua Teixeira de Freitas
53	Palacio Monroe	Praça Marechal Floriano
54	Inspetoria da Guarda Civil . .	Rua Bambina, 140
55	Inspetoria Pedro Americo	Rua Pedro Americo, 1
56	Invernada dos Afonsos	Estrada Real de Santa Cruz
57	Palacio das Festas	Avenida Presidente Wilson
58	Prédio (Res. Com. Brigada) . . .	Avenida Osvaldo Cruz, 175
59	Instituto João Alfredo	
60	4.º Distrito Policial	Rua Pedro Americo, 1
61	Prédio	Rua Fonseca, 20
62	Prédio	Rua Fonseca, 26
63	Prédio	Praça da Republica, 27
64	Prédio	Praça da Republica, 29
65	Prédio	Praça da Republica, 31
66	Prédio	Praça da Republica, 33
67	Prédio	Praça da Republica, 35
68	Prédio	Praça da Republica, 37
69	Prédio	Praça da Republica, 39
70	Prédio	Praça da Republica, 41
71	Prédio	Rua do Senado, 122
72	Prédio	Rua do Senado, 124
73	Prédio	Rua do Senado, 136
74	Prédio	Rua do Senado, 138
75	Prédio	Rua do Senado, 140
76	Prédio	Rua do Senado, 142
77	Prédio	Rua do Senado, 144
78	Prédio	Rua do Senado, 146
79	Prédio	Rua do Senado, 148
80	Prédio	Rua da Misericordia, 126
81	Prédio	Rua de São Cristovão
82	Prédio (Posto Policial)	Rua Monte Alegre, 212
83	Prédio (Posto Policial)	Rua Camerino, 120
84	Prédio (Posto Policial)	Rua Hilario Gouvêa

MINISTÉRIO DA GUERRA

N.º	<i>Imóvel</i>	<i>Local</i>
1	Quartel General do Exercito . .	Praça da Republica
2	Escola Veterinaria do Exercito	Avenida Bartolomeu de Gusmão
3	Escola do Estado Maior	Rua Barão de Mesquita
4	Escola de Cavalaria	Rua Major Suckow
5	Escola Militar	Realengo
6	Colegio Militar	Rua São Francisco Xavier, 267
7	Supremo Tribunal Militar . . .	Praça da Republica
8	Hospital Central do Exercito . .	Rua Licinio Cardoso, 126
9	Arsenal de Guerra	Ponta do Cajú
10	Intendencia da Guerra	Praça Marechal Deodoro, 136
11	Serviço de Subsistencia	Avenida Suburbana, 440
12	Deposito de Subsistencia	Avenida Barão de Teffé, 75
13	Escola de Aviação Militar	Campo dos Afonsos
14	Fabrica Material contra Gazes . .	Estrada do Norte, 1088
15	Gabinete Eletricidade	Rua Licinio Cardoso, 126
16	Serviço de Saúde	Rua Moncorvo Filho, 34
17	Deposito Material Sanitario . . .	Rua General Canabarro, 260
18	Fabrica Projctis de Artilharia . .	Rua Juiz de Fóra, 15
19	Instituto Geografico Militar . . .	Morro da Conceição
20	Laborat. Quimico Farmaceutico	Rua Evaristo da Veiga, 95
21	Serviço de Transporte	Praia de São Cristovão, 95
22	Forte Copacabana	Avenida Atlantica
23	Forte Vigia	Morro da Babilonia
24	Forte São João	Urca
25	Forte Lage	Ilha da Lage
26	Terreno	Rua Francisco Otaviano
27	Quartel	Praia Vermelha
28	Quartel Batalhão de Guardas . .	Avenida Pedro Ivo
29	1º Reg. Quartel Caval. Divis.	Avenida Pedro Ivo
30	Escola de Intendencia	Avenida Pedro Ivo
31	Quartel Artilh. Pes., 1.º Grupo	Avenida Bartolomeu de Gusmão
32	Morro da Babilonia	Praia Vermelha
33	Pritaneu Militar	Praça da Republica, 197
34	Guarda do Palacio Guanabara . .	Rua General Pinheiro Machado
35	Ilha do Bom Jesus	Bafa de Guanabara

N.º	<i>Imóvel</i>	<i>Local</i>
36	Ilha do Boqueirão	Baía de Guanabara
37	Palacio da Conceição	Morro da Conceição
38	Quartel 1.º Grup. Artilh. Dorso	Rua Coronel Rangel, 362
39	Quartel 1.ª Brigada Infantaria .	Rua Duque de Caxias, 12 (V. Mil.)
40	Comando Grupamento de Oeste .	Rua Coronel Eugenio Franco, 73
41	Diretoria Geral do Tiro Guerra	Rua Pinto Figueiredo, 65
42	Próprio nacional do Matoso . .	Ilha do Governador
43	Fabrica Cartuchos Infantaria .	Estação do Realengo
44	Deposito Central	Estação de Deodoro
45	Vila Militar	Estação de Deodoro
46	Fazenda Sapopemba	Estação de Deodoro
47	Fazenda Gericinó	Estação de Deodoro
48	Quartel	Campinho
49	Quartel	Campo Grande
50	Quartel	Santa Cruz
51	Prédio	Rua São Luiz Durão
52	Morro do Leme	Leme

MINISTÉRIO DA MARINHA

N.º	<i>Imóvel</i>	<i>Local</i>
1	Séde do Ministério	Rua Visconde de Inhaúma
2	Arsenal de Marinha	Rua Primeiro de Março
3	Hospital de Copacabana	Vila Rica
4	Ilha das Cobras	Baía de Guanabara
5	Ilha Fiscal	Baía de Guanabara
6	Ilha do Boqueirão	Baía de Guanabara
7	Ilha das Enxadas	Baía de Guanabara
8	Arquivo da Marinha	Rua Conselheiro Saraiva
9	Escola Naval	Ilha de Villegaignon
10	Imprensa Naval	Rua Primeiro de Março
11	Instituto de Biologia Naval	Rua Cesar Zama, 61
12	Ilha do Rijo	Baía de Guanabara
13	Fazenda de São Sebastião	Ilha do Governador
14	Ilha Rasa	Oceano Atlantico
15	Edificio do Almirantado	Praça Servulo Dourado
16	Ilha de Mocanguê	Baía de Guanabara
17	Ilha da Boa Viagem	Baía de Guanabara
18	Ilha da Marambaia	Baía de Guanabara
19	Terreno do Club Naval	Avenida Rio Branco
20	Escola de Aviação Naval	Ilha do Governador

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

N.º	<i>Imóvel</i>	<i>Local</i>
1	Séde do Ministério	Praça 15 de Novembro
2	Edifício do Correio Geral	Rua Primeiro de Março, 64
3	Edifício dos Telegrafos	Praça 15 de Novembro
4	Edifício dos Correios	Rua Visconde de Itaboraí
5	Aeroporto do Rio de Janeiro . .	Ponta do Calabouço
6	Observatorio Meteorologico . . .	Avenida Presidente Wilson
7	Obras contra as Secas	Avenida Barão de Teffé, 7
8	Serviço de Radio	Estrada Rio-Petropolis
9	Agencia Postal	Rua Haddock Lobo, 9-A
10	Departamento de Portos	Praça Mauá, 10
11	Baixada Fluminense	Avenida Venezuela, 238
12	Armazens do Porto (ns. 1 a 18)	Avenida Rodrigues Alves
13	Estrada de F. C. do Brasil	Praça Cristiano Ottoni, 389
14	Serviço Linhas Telegraficas . . .	São Cristovão
15	Officinas de Engenho de Dentro	Engenho de Dentro
16	Inspetoria de Iluminação	Rua Visconde de Itaboraí
17	Telegrafos	Avenida Pasteur
18	Terreno Avenida Rio Branco . . .	Avenida Rio Branco
19	Campo de Amarração	Santa Cruz
20	Depositos da E.F.C.B.	Rua de Santo Cristo, 223/5

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

N.º	<i>Imóvel</i>	<i>Local</i>
1	Séde do Ministério	Praça Marechal Ancora
2	Depart. Nac. Prod. Mineral . .	Avenida Pasteur, 404
3	Depart. Nac. Prod. Animal . .	Rua Mata Machado
4	Entrepósito Federal de Pesca .	Praça 15 de Novembro
5	Instituto de Biologia Animal .	Avenida Maracanã, 222
6	Defesa Sanitaria Animal . . .	Ilha do Governador
7	Diretoria do Ensino Agricola .	Rua da Misericordia
8	Almoxarifado	Avenida Venezuela, 164
9	Instituto de Biologia Vegetal .	Rua Jardim Botanico, 572
10	Estação Desinfecção Plantas . .	Rua Equador, 130
11	Instituto Quimica Agricola . . .	Rua Jardim Botanico, 1.024
12	Defesa Sanitaria Vegetal . . .	Avenida Barão de Teffé
13	Porto Defesa Agricola	Rua Equador
14	Serviço de Reflorestamento . .	Rua Pacheco Leão, 631
15	Hospital Veterinario	Avenida Maracanã, 200
16	Fazenda Nac. de Santa Cruz . .	Curato de Santa Cruz

MINISTÉRIO DO TRABALHO

N.º	<i>Imóvel</i>	<i>Local</i>
1	Séde do Ministério	Avenida Presidente Wilson, 231
2	Conselho Nacional do Trabalho	Praça da Republica, 24
3	Inst. Nacional de Previdencia .	Rua Pedro Lessa
4	Serviço de Identificação . . .	Rua do Senado, 233
5	Depart. Nac. de Tecnologia . .	Avenida Venezuela, 82
6	Vila Marechal Hermes	Estrada Marechal Hermes
7	Vila Operaria	Estrada Rio-Petropolis
8	Hospedaria dos Imigrantes . .	Ilha das Flóres
9	Terreno para constr. da séde .	Esplanada do Castelo
10	Terreno Hosp. Funcion. Público	Rua Sacadura Cabral

MINISTÉRIO DO EXTERIOR

N.º	<i>Imóvel</i>	<i>Local</i>
1	Palacio Itamarati	Rua Marechal Floriano, 196
2	Terreno	Rua Marechal Floriano, 168
3	Embaixada em Buenos Aires	Buenos Aires
4	Embaixada em Washington	Washington
5	Vila Adriano	Porto (Portugal)
6	Palacio Liberdade	Lisbôa

PROPRIOS INCORPORADOS AO DOMINIO DA UNIÃO
REGISTADOS PROVISORIAMENTE DURANTE O ANNO DE 1937

FICHA	PROCESSO	MINISTERIO	APPLICAÇÃO	NATUREZA ACQUIZIÇÃO	AREA	VALOR	ESCRITURA	REGISTO	ESTADO	MUNICIPIO
2.496	79.717/35	Agricultura	Estação Exper. de Plantas Texteis.	Compra	1.574.973m2,00	42:000\$000	16- 1-34	26- 1-37	Rio G. do Norte	Acarí
2.496	79.717/35	»	Estação Exper. de Plantas Texteis.	»	1.142.489m2,00	38:000\$000	16- 1-34	26- 1-37	Rio G. do Norte	Acarí
2.575	7.928/37	»	Posto Veterinario	Doação	644.235m2,74	—	21-10-11	24- 4-37	Minas Geraes	Bello Horizonte
2.623	12.623/37	»	Campo Sementes de Fumo	Reversão	200h126m2,00	382:279\$400	—	27- 7-37	Pará	Bragança
2.669	26.214/37	»	Posto de Classificação de Algodão	Compra	273m2,33	8:000\$000	14-12-22	15- 9-37	Minas Geraes	Pirapora
2.680	95.937/36	»	Campo Experimental	»	—	100:000\$000	30-12-22	7-10-37	Parahyba	—
2.692	65.925/37	»	Nucleo Agricola	»	4.225.000m2,00	5:000\$000	30-12-31	20-10-37	Acre	Juruá
2.693	65.925/37	»	Nucleo Agricola	»	42.943.350m2,00	12:000\$000	16-11-31	20-10-37	Acre	Xapury
2.694	65.825/37	»	Nucleo Agricola	»	1.000.000m2,00	2:000\$000	31- 3-32	20-10-37	Acre	Tarauacá
2.695	65.925/37	»	Nucleo Agricola	»	5.032.247m2,00	5:000\$000	17-10-31	20-10-37	Acre	Tarauacá
2.696	65.925/37	»	Nucleo Agricola	»	50.000.000m2,00	20:000\$000	12-12-31	20-10-37	Acre	Juruá
3.742	86.223-37	»	Campo de Sementes	»	—	—	—	30-12-37	Rio G. do Sul	S. Borja
2.495	26.018/28	Viação	E. F. C. do Brasil	»	155m2,52	2:000\$000	29- 4-29	26- 1-37	Minas Geraes	Diamantina
2.652	42.455/37	»	Correios-Telegraphos	Doação	—	—	26- 5-36	31- 8-37	Rio	Vassouras
2.660	80.599/36	»	Correios-Telegraphos	»	450m2,00	3:000\$000	22- 3-35	6- 9-37	Rio G. do Sul	Caçapava
2.660-A	35.267/37	»	Fabrica Nacional de aviões	»	3.588.854m2,70	162:675\$000	31-12-35	8- 9-37	Minas Geraes	Santa Luzia
2.674	12.665/32	»	E. F. C. do Brasil	Compra	5.532m2,63	30:000\$000	—	24- 9-37	Minas Geraes	Queluz
2.678	9.838/28	»	E. F. C. do Brasil	»	108.m2,29	1:000\$000	2- 4-28	4-10-37	Districto Federal	Bento Ribeiro
2.697	70.798/37	»	Correios-Telegraphos	»	—	7:000\$000	12- 4-33	26-10-37	Acre	Xapury
2.718	70.936/37	»	Correios-Telegraphos	»	—	—	—	12-11-37	Goiás	Golania
2.499	54.180/36	Guerra	6.º Reg. Artilharia Montada	»	908.970m2,00	1.161:000\$000	1- 4-10	28- 1-37	Rio G. do Sul	Cruz Alta
2.557	58.648/35	»	»	5.474m2,00	—	30- 6-03	30- 3-37	Districto Federal	Caes do Porto
2.596	7.765/36	»	Desapropriação	2.367m2,67	67:667\$500	29- 5-22	10- 5-37	S. Paulo	—
2.502	8.941/37	Rel. Exteriores	Palacio Itamaraty	»	955m2,50	250:000\$000	27- 1-36	16- 2-37	Districto Federal	—
2.543	35.406/37	»	Palacio Itamaraty	Compra	375m2,65	680:000\$000	19- 2-37	22- 3-37	Districto Federal	—
2.561	76.184/36	Educação	Colonia de Alienados	»	7.864.108m2,58	150:000\$000	21- 4-32	15- 4-37	Districto Federal	Jacarépaguá
2.717	70.936/37	Fazenda	Delegacia Fiscal	»	—	—	—	12-11-37	Goiás	Golania
2.719	82.077/37	Marinha	»	—	—	—	26-11-37	Rio de Janeiro	Niteroi

**PROPRIOS NACIONAIS TRANSFERIDOS DE MINISTERIO
REGISTADOS PROVISORIAMENTE DURANTE O ANNO DE 1937**

PROCESSO	DO MINISTERIO	PARA O MINISTERIO	APPLICAÇÃO	AREA	VALOR	TERMO	REGISTO	ESTADO	MUNICIPIO
5.436/37	Fazenda	Educação	Imp. Aguas e Esgotos	11.580m2,00	—	—	17-3-37	Districto Federal	J. Botanico
29.516/37	»	Guerra	—	60.600m2,00	—	24-2-37	19-5-37	Districto Federal	Manguinhos
61.482/37	Viação	Fazenda	—	—	2:000\$000	22-1-37	10-9-37	Parahyba Norte	Alagôa Grande

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RENDAS ARRECADADAS NO EXERCÍCIO DE 1937

ESTADOS	RENDA DOS PROPRIOS NACIONAIS	FÓROS	LAUDÊMIOS	TAXAS DE OCUPAÇÃO	RENDA EXTRAORDINARIA	TOTAL
Amazonas	2:040\$000	—	—	—	—	2:040\$000
Pará	3:502\$000	34:790\$220	15:769\$600	2:575\$700	220\$700	56:858\$220
Maranhão (C.)	2:273\$400	1:749\$400	6:330\$200	9:847\$100	—	20:200\$100
Plauí	—	59\$500	70\$000	1:747\$900	—	1:877\$400
Ceará (C.)	15:863\$800	3:340\$800	29:332\$500	39:136\$500	—	87:673\$600
Rio Grande do Norte	6:010\$400	27:766\$700	16:260\$000	40:939\$800	10\$000	90:986\$900
Paraíba (C.)	28:640\$800	3:504\$300	6:867\$800	25:855\$100	—	64:868\$000
Pernambuco	87:431\$000	86:604\$700	204:832\$900	172:196\$300	110:085\$100	661:150\$000
Alagoás	—	3:030\$800	600\$000	190\$400	—	3:821\$200
Sergipe	5:242\$500	5:101\$400	10:577\$600	43:420\$000	—	64:341\$500
Baía (C.)	14:479\$400	37:102\$600	52:559\$700	30:148\$800	—	134:290\$500
Espirito Santo	—	5:736\$900	54:228\$600	16:580\$200	268\$400	76:814\$100
Rio de Janeiro	7:471\$000	78:429\$400	32:147\$300	13:985\$400	—	132:033\$100
São Paulo	234:158\$000	15:368\$200	27:132\$300	34:995\$900	—	311:654\$400
Paraná	4:732\$200	87\$000	80\$700	19:054\$200	972\$500	24:926\$600
Santa Catarina	695\$200	6:092\$200	9:954\$900	21:353\$400	3:335\$400	41:431\$100
Rio Grande do Sul	96:714\$000	851\$000	—	—	29:203\$000	126:768\$000
Minas Gerais	146:435\$700	—	—	—	—	146:435\$700
Golás	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	13:899\$461	—	—	—	—	13:899\$461
Distrito Federal (C.)	2.677:746\$300	171:900\$000	396:189\$100	39:285\$700	110:097\$900	3.395:209\$000
	3.347:335\$161	481:515\$120	862:933\$200	511:312\$400	254:183\$000	5.457:278\$881

OBSERVAÇÃO — Os dados relativos aos Estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Baía e ao Distrito Federal foram fornecidos pela Contadoria Central da Republica.

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO DOS ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO, BAI- XADOS EM 1937, E QUE INTERESSAM Á DIRETO- RIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Lei n. 410, de 25 de Março de 1937. (D.O. de 1-4-37).

Autoriza a alienação de 54 hectares do próprio federal onde funciona a Inspetoria Regional do Serviço de Defesa Sanitária Animal, em Belo Horizonte, do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 1.841, de 31 de Julho de 1937. (D.O. de 31-7-37).

Autoriza a alienação de bens do Domínio da União e dá outras providencias. (*Rep. D.O.* 16-8-37).

Lei n. 563, de 29 de Outubro de 1937. (D.O. de 6-11-37).

Autoriza a abertura do crédito especial de 6.000:000\$000 para construção de edifícios para Correios e Telégrafos em Recife e Belem, e alienação do próprio federal em que funciona a repartição dos Correios em Recife.

Decreto-lei n. 58, de 10 de Dezembro de 1937. (D.O. de 13-12-37).

Dispõe sôbre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. (*Rep. D.O.* 17-12-1937).

Decreto-lei n. 77, de 16 de Dezembro de 1937. (D.O. de 24-12-37).

Dispõe sôbre a venda do imóvel em que funciona o Laboratório Químico-Farmacêutico Militar.

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Decreto n. 1.354, de 8 de Janeiro de 1937. (D.O. de 16-1-37).

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 43:000\$000 para a aquisição de 2 terrenos situa-

dos no km. 59, da Estrada de Rodagem Rio-Petrópolis. (*Rep. D.O.* 19-1-1937).

Decreto n. 1.408, de 22 de Janeiro de 1937. (D.O. de 4-2-37).

Aprova o orçamento provavel, na importância de
\$01:349\$700, das despesas a serem efetuadas com a aquisição
de imóveis para a ampliação das instalações do porto de Santos.

Lei n. 403, de 10 de Março de 1937. (D.O. de 10-3-37).

Autoriza o Poder Executivo a adquirir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, para a Estrada de Ferro Central do Brasil, um terreno situado no ramal de Lima Duarte.

Lei n. 416, de 3 de Abril de 1937. (D.O. de 3-4-37).

Autoriza o Governo a comprar um terreno anexo ao Sanatório Militar de Itatiaia, em Campo Belo, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei n. 424, de 14 de Abril de 1937. (D.O. de 24-4-37).

Autoriza a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de 200:103\$000, para aquisição da biblioteca e objetos de arte que pertenceram ao escritor Henrique Coelho Neto.

Lei n. 425, de 16 de Abril de 1937. (D.O. de 23-4-37).

Autoriza o Governo a comprar um terreno em Caxias, no Rio Grande do Sul, próximo ao quartel do 9º Batalhão de Caçadores.

Lei n. 430, de 30 de Abril de 1937. (D.O. de 18-5-37).

Autoriza o Poder Executivo a adquirir um imóvel, em Curitiba, Estado do Paraná, destinado a servir de sede ao Serviço de Subsistência Militar da 5ª Região Militar. (*Rep. D.O.* 26-10-1937).

Lei n. 437, de 27 de Maio de 1937. (D.O. de 7-6-37).

Autoriza a aquisição do edificio da Penitenciária de Ouro Preto, afim de transformá-lo num Panteon.

Decreto n. 1.759, de 2 de Julho de 1937. (D.O. de 8-7-37).

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de cento e quarenta e nove contos, setecentos e cinquenta mil réis (149:750\$000), para a compra de imóveis para a remodelação da Estação D. Pedro II.

Decreto n. 1.831, de 23 de Julho de 1937. (D.O. de 20-8-37).

Aprova o projeto e orçamento para aquisição, montagem e pintura de uma superestrutura metálica, na Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul. (*Rep. D.O.* 24-8-1937).

Lei n. 476, de 17 de Agosto de 1937. (D.O. de 17-8-37).

Revigora, para os exercicios de 1937 e 1938, o crédito especial de 4.450:600\$000, aberto pelo decreto n. 23.238, de 1933, afim de se regularizar a aquisição da área destinada à construção do Ministério do Trabalho.

Lei n. 484, de 24 de Agosto de 1937. (D.O. de 28-8-37).

Autoriza a compra de imóveis no Estado do Paraná, destinados ao Ministério da Guerra.

Lei n. 498, de 9 de Setembro de 1937. (D.O. de 28-8-37).

Autoriza o Poder Executivo a adquirir, pelo Ministério da Guerra, um terreno contíguo ao Quartel do 9º Regimento de Cavalaria, na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 525, de 5 de Outubro de 1937. (D.O. de 14-10-37).

Autoriza o Poder Executivo a comprar ao Banco do Brasil um imóvel em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 530, de 7 de Outubro de 1937. (D.O. de 15-10-37).

Autoriza a compra de um imóvel em Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul, para o Ministério da Guerra.

Lei n. 531, de 7 de Outubro de 1937. (D.O. de 15-10-37).

Autoriza a compra de um terreno em Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

Lei n. 540, de 11 de Outubro de 1937. (D.O. de 19-10-37).

Autoriza a compra de um imóvel em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para nêle construir-se a séde da 22ª circunscrição de recrutamento militar.

Lei n. 569, de 1º de Novembro de 1937. (D.O. de 9-10-37).

Autoriza a aquisição de dois lotes de terrenos no Município de Vassouras, e uma pedreira, de propriedade de Antônio Tomé e sua mulher e João Batista Bondin.

Lei n. 577, de 9 de Novembro de 1937. (D.O. de 17-11-37).

Autoriza a compra, pelo Ministério da Guerra, de um imóvel em Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto-lei n. 16, de 25 de Novembro de 1937. (D.O. de 29-11-37).

Autoriza a aquisição de um terreno em Cruz Alta, para mistéres da aviação militar.

Decreto-lei n. 17, de 25 de Novembro de 1937. (D.O. de 29-11-37).

Autoriza a aquisição de um imóvel, sito à avenida João Pessoa, em Porto Alegre, para residência do comandante da 3ª Região militar.

Decreto-lei n. 49, de 8 de Dezembro de 1937. (D.O. de 8-2-38).

Abre pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de 830:757\$400 para aquisição do imóvel denominado "Estância Cinco Cruzes".

Decreto-lei n. 61, de 13 de Dezembro de 1937. (D.O. de 20-12-37).

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 200:000\$000 para aquisição de um prédio em Belem do Pará.

Decreto-lei n. 75, de 16 de Dezembro de 1937. (D.O. de 24-12-37).

Autoriza o Ministério da Guerra a adquirir um imóvel situado à avenida Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo.

Decreto-lei n. 76, de 16 de Dezembro de 1937. (D.O. de 24-12-37).

Autoriza a aquisição de um imóvel em Curitiba, para residência do comandante da 5ª Região Militar.

Decreto-lei n. 102, de 23 de Dezembro de 1937. (D.O. de 17-2-38).

Autoriza a aquisição de um terreno para ampliação das instalações da Fábrica de Projéteis de Artilharia. (Rep. D.O. 29-12-1937).

AQUISIÇÃO DE MÓVEIS

Resolução n. 4, de 16 de Abril de 1937. (D.O. de 4-10-37).

Autoriza a despender a importância de 48:088\$300, com o pagamento de serviços em execução no Palácio Monroe e na aquisição de móveis, máquinas e material necessário ao serviço de sua Secretaria.

Lei n. 479, de 18 de Agosto de 1937.

(D.O. de 23-8-37).

Autoriza a despesa com o fornecimento de móveis à Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Decreto-lei n. 11, de 24 de Novembro de 1937. (D.O. de 30-11-37).

Regula a abertura de créditos adicionais e dá outras providências.

ARRENDAMENTO

Dec. legisl. n. 90, de 19 de Agosto de 1937. (D.O. de 19-8-37).

Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Justiça (Polícia Civil do Distrito Federal) e o Senhor Francisco Rodrigues de Araujo, para o arrendamento do prédio n. 12, da rua São Geraldo, determinando o seu registo pelo Tribunal de Contas.

Dec. legisl. n. 130, de 20 de Outubro de 1937. (D.O. de 21-10-37).

Aprova o contrato celebrado entre a Polícia Civil do Distrito Federal e a Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra, para o arrendamento do prédio n. 29 da rua Paraíba, e determina o seu registo pelo Tribunal de Contas.

CESSÃO DE IMÓVEIS

Lei n. 408, de 23 de Março de 1937.

(D.O. de 31-3-37).

Autoriza a conceder permissão definitiva à Usina Central-Barreiros, de propriedade do Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra, no Estado de Pernambuco, para fazer passar o ramal férreo pelo terreno do Depósito de Remonta pertencente à União.

Decreto n. 1.693, de 3 de Junho de 1937.

(D.O. de 9-6-37).

Dispõe sobre a cessão de terrenos.

Resolução n. 9, de 27 de Agosto de 1937.

(D.O. de 28-8-37).

Autoriza o Estado do Paraná a conceder à Sociedade Colonizadora Paraná Limitada o título definitivo de propriedade da área de terras devolutas de 63.435 hectares, sita no município de Guarapuava, à margem esquerda do rio Ivaí, a que se refere o título provisório expedido em 5 de Abril de 1930.

Lei n. 497, de 9 de Setembro de 1937. (D.O. de 16-9-37).

Dispõe sobre a cessão de terrenos destinados à Assistência Social e Religiosa, em Bomsucesso, subúrbio desta Capital.

Decreto-lei n. 20, de 26 de Novembro de 1937. (D.O. de 12-1-33).

Autoriza a transferência, à Prefeitura Municipal da cidade do Rio Grande, do domínio útil da ponte do "Saco da Mangueira". (Rep. D.O. 15-1-1938).

Decreto-lei n. 57, de 10 de Dezembro de 1937. (D.O. de 15-12-37).

Transfere à Associação Lar Proletário a propriedade e a posse de terrenos da União no Distrito Federal. (Rep. D.O. 23-12-1937).

CÓDIGOS

Decreto-lei n. 66, de 14 de Dezembro de 1937. (D.O. de 18-12-37).

Declara em vigor, com as modificações resultantes dos preceitos constitucionais, o Código de Minas e outros decretos que especifica e expede bases para conformar a execução desses decretos à Constituição.

CONTRATOS E CONVENIOS

Lei n. 375, de 7 de Janeiro de 1937. (D.O. de 12-1-37).

Aprova o Convênio celebrado entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, sobre limites.

Decreto n. 1.547, de 5 de Abril de 1937. (D.O. de 9-4-37).

Declara rescindido o contrato aprovado pelo Decreto n. 7.344, de 25 de Fevereiro de 1909, e dá outras providências. (Rep. D.O. 13-4-1937).

Lei n. 475, de 17 de Agosto de 1937. (D.O. de 21-8-37).

Dispõe sobre a revisão dos contratos de arrendamento das estradas de ferro federais que compõem a Rêde Mineira de Viação.

CRÉDITOS

Decreto n. 1.797, de 12 de Julho de 1937. (D.O. de 15-7-37).

Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial na importância de 100:000\$000.

Decreto n. 1.979, de 25 de Setembro de 1937. (D.O. de 29-9-37).

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 61:250\$000, para pagamento a Irmãos Doloch Limitada.

DEPÓSITOS PÚBLICOS

Lei n. 402, de 4 de Março de 1937. (D.O. de 10-3-37).

Altera o Decreto 11.842, de 20 de Dezembro de 1915, com relação aos prêmios de depósitos públicos.

DESAPROPRIAÇÕES

Decreto n. 1.562, de 9 de Abril de 1937. (D.O. de 5-6-37).

Desapropria terreno necessário à construção de desvios e aumento do recinto da parada "Freitas Valle", na Rêde de Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Lei n. 439, de 29 de Maio de 1937. (D.O. de 15-6-37).

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar terrenos na Ilha do Governador e a abrir o crédito especial de 3.295:095\$000 para atender às despesas dessa desapropriação.

Decreto n. 1.791, de 9 de Julho de 1937. (D.O. de 15-7-37).

Aprova a planta da ampliação das obras para construção da nova estação de D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil, e declara a urgência da desapropriação dos imóveis necessários à execução da referida ampliação.

Decreto n. 1.789, de 9 de Julho de 1937. (D.O. de 17-7-37).

Aprova as plantas dos serviços a serem executados no pátio da estação de Calçada, da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, e declara desapropriados os imóveis necessários à execução dos referidos serviços.

Decreto n. 1.842, de 31 de Julho de 1937. (D.O. de 7-8-37).

Desapropria o prédio sito à rua Nabuco de Freitas n. 109, nesta capital, e respetivo terreno, necessários à ampliação das linhas da estação D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Decreto n. 1.997, de 1 de Outubro de 1937. (D.O. de 14-10-37).

Desapropria o terreno em que se encontra o manancial que abastece uma instalação hidráulica da Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 21.106, de 5 de Novembro de 1937. (D.O. de 10-11-37).

Desapropria terreno necessário à construção do prolongamento do ramal de Lima Duarte, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

DEVEDORES DA UNIÃO

Lei n. 302, de 13 de Fevereiro de 1937. (D.O. de 17-2-37).

Dispõe sobre o pagamento da dívida da União proveniente da execução de serviços de utilidade pública.

Decreto-lei n. 2.134, de 13 de Novembro de 1937. (D.O. de 19-11-37).

Estabelece medidas contra os devedores à Fazenda Nacional.

Decreto-lei n. 5, de 13 de Novembro de 1937. (D.O. de 22-11-37).

Estabelece medidas contra os devedores à Fazenda Nacional.

DOAÇÕES

Lei n. 554, de 22 de Outubro de 1937. (D.O. de 30-10-37).

Autoriza o Poder Executivo a receber em doação um terreno na cidade de Jaú, em São Paulo.

Lei n. 558, de 28 de Outubro de 1937. (D.O. de 6-11-37).

Manda publicar, como patrimônio do Estado, documentos inéditos de Benjamin Constant.

FUNÇÃO PÚBLICA

Decreto n. 1.414, de 23 de Janeiro de 1937. (D.O. de 25-1-37).

Estabelece normas para o pagamento de vencimentos dos funcionários públicos civis e dá outras providências.

Lei n. 387, de 27 de Janeiro de 1937. (D.O. de 2-2-37).

Garante uma pensão à família do funcionário que falecer vítima de agressão no desempenho das funções do seu cargo. (Rep. D.O. 6-2-1937).

Decreto n. 1.422, de 26 de Janeiro de 1937. (D.O. de 28-1-37).

Corrige falhas encontradas nos quadros I, III e XII do Ministério da Fazenda, constantes das tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de Outubro de 1936. (Rep. D.O. 1-2-1937).

Decreto n. 1.836, de 28 de Julho de 1937. (D.O. de 16-8-37).

Declara sem efeito a autorização concedida a Sutter & Lessa para transigir com os funcionários públicos mediante consignação em folha.

Lei n. 528, de 5 de Outubro de 1937. (D.O. de 9-10-37).

Isenta o Hospital do Funcionário Público de impostos, taxas, quotas e emolumentos, cobrados pelo Governo Federal.

Lei n. 583, de 9 de Novembro de 1937. (D.O. de 18-11-37).

Dá direito à aposentadoria, com todos os vencimentos do cargo que estiver exercendo em comissão, ao funcionário público com mais de 35 anos de serviço.

Decreto-lei n. 24, de 29 de Novembro de 1937. (D.O. de 1-12-37).

Dispõe sobre a acumulação de funções e cargos públicos remunerados e dá outras providências.

Decreto-lei n. 70, de 16 de Dezembro de 1937. (D.O. de 18-12-37).

Suspende as consignações em folha do funcionalismo federal, relativas ao mês de Dezembro de 1937.

Decreto-lei n. 71, de 16 de Dezembro de 1937. (D.O. de 24-12-37).

Regula a remuneração dos cargos em comissão do Ministério da Fazenda.

Decreto-lei n. 74, de 16 de Dezembro de 1937. (D.O. de 18-12-37).

Regula a remuneração dos cargos em comissão do Ministério da Fazenda.

Decreto-lei n. 145, de 29 de Dezembro de 1937. (D.O. de 31-12-37).

Regula em caráter transitório o ingresso nas carreiras de "Oficial Administrativo", "Estatístico" e "Contínuo".

LEIS ORGANICAS

Lei n. 378, de 13 de Janeiro de 1937. (D.O. de 15-1-37).

Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

- Decreto n. 1.439, de 5 de Fevereiro de 1937. (D.O. de 5-2-37),
Aprova o regulamento que estabelece a zona de proteção
dos aeroportos.
- Lei n. 420, de 10 de Abril de 1937. (D.O. de 15-4-37).
Autoriza o Poder Executivo a assumir a responsabilidade
do ativo e passivo da sociedade anônima Companhia de Na-
vegação "Lloyd Brasileiro", incorporando todo o seu acêrvo
ao patrimônio da União. (Rep. D.O. 22-4-1937).
- Decreto n. 1.708, de 11 de Junho de 1937. (D.O. de 17-6-37).
Reorganiza o Lloyd Brasileiro e dá outras providências.
- Decreto n. 1.713, de 14 de Junho de 1937. (D.O. de 18-6-37).
Crêa o Parque Nacional de Itatiáia.
- Lei n. 452, de 5 de Julho de 1937. (D.O. de 4-8-37).
Organiza a Universidade do Brasil. .
- Decreto-lei n. 7, de 17 de Novembro de 1937. (D.O. de 22-11-37).
Dispõe sôbre o atual Tribunal de Contas. (Rep. D.O. 24-
11-1937).
- Decreto-lei n. 25, de 30 de Novembro de 1937. (D.O. de 6-12-37).
Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico
nacional. (Rep. D.O. 11-12-1937).
- Decreto-lei n. 43, de 6 de Dezembro de 1937. (D.O. de 6-12-37).
Dispõe sôbre a divisão territorial do Distrito Federal
para efeito do Registo Geral de Imóveis.
- Decreto-lei n. 96, de 22 de Dezembro de 1937. (D.O. de 24-12-37).
Dispõe sôbre a administração do Distrito Federal. (Rep.
D.O. 23-12-1937).
- Decreto-lei n. 98, de 23 de Dezembro de 1937. (D.O. de 29-12-37).
Incorpora à Universidade do Brasil o Instituto Nacional
de Puericultura
- Decreto-lei n. 155, de 31 de Dezembro de 1937. (D.O. de 14-1-38).
Cria na Diretoria da Receita da Secretaria Geral de Fi-
nanças da Prefeitura do Distrito Federal a Sub-Diretoria da
Renda Imobiliária e dá outras providências.

Decreto-lei n. 157, de 31 de Dezembro de 1937. (D.O. de 5-1-37).

Dispõe sobre a arrecadação dos impostos predial e territorial, na Prefeitura do Distrito Federal. (*Rep. D.O.* de 14-1-1938).

LOCAÇÕES

Dec. legisl. n. 95, de 19 de Agosto de 1937. (D.O. de 20-8-37).

Aprova o contrato celebrado entre a Imprensa Nacional e a Empresa de Propaganda Dick Limitada para locação de um muro destinado à afixação de anúncios, determinando o seu registo pelo Tribunal de Contas.

Dec. legisl. n. 112, de 27 de Setembro de 1937. (D.O. de 23-9-37).

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional do Trabalho e a S. A. "A Noite", para locação de um andar do edifício da "A Noite", desta capital.

MATERIAL INSERVIVEL

Lei n. 471, de 11 de Agosto de 1937. (D.O. de 17-8-37).

Autoriza o Poder Executivo a recolher ao Fundo Naval o produto da venda do material capitulado na letra "b" do artigo 2º do decreto n. 20.923, de 8 de Janeiro de 1932, inclusive o da venda do ex-cruzador "Barroso", e ex-encouraçado "Floriano".

MONUMENTOS

Decreto n. 1.796, de 12 de Julho de 1937. (D.O. de 23-7-37).

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito de 288:000\$000, para a conclusão das obras e instalação do monumento ao Marechal Deodoro da Fonseca.

Lei n. 472, de 12 de Agosto de 1937. (D.O. de 23-9-37).

Concede o auxílio de 30:000\$000 para ereção do monumento comemorativo do primeiro centenário do nascimento do general Tiburcio Ferreira, na cidade de Viçosa, no Estado do Ceará.

Lei n. 524, de 5 de Outubro de 1937. (D.O. de 26-10-37).

Autoriza a abrir os créditos necessários para a construção de um monumento a Francisco Manoel da Costa, autor do Hino Nacional Brasileiro.

OBRAS

- Decreto n. 1.344, de 4 de Janeiro de 1937. (D.O. de 19-1-37).
Aprova orçamento e especificações do edificio do hangar da "Pan American Airways, no Aeroporto "Santos Dumont".
- Decreto n. 1.355, de 8 de Janeiro de 1937. (D.O. de 23-1-37).
Aprova o orçamento definitivo, na importância de . . . 2.780:401\$673 da construção dos armazens externos ns. XIII, XXII e XXV, no porto de Santos.
- Decreto n. 1.387, de 18 de Janeiro de 1937. (D.O. de 16-2-37).
Aprova plantas, orçamento detalhado e especificações especiais relativas à construção de um edificio destinado à estação de rádio do aeroporto Bartolomeu de Gusmão. (Rep. D.O. 18-2-1937).
- Decreto n. 1.404, de 22 de Janeiro de 1937. (D.O. de 18-2-37).
Aprova o projeto e orçamento para construção de um armazem, na Rêde Mineira de Viação, e declara de nenhum efeito a alínea "c" do artigo do decreto n. 24.407, de 15 de Junho de 1934.
- Decreto n. 1.406, de 22 de Janeiro de 1937. (D.O. de 18-2-37).
Aprova projeto e orçamento para construção de uma estação, na Rêde Mineira de Viação.
- Decreto n. 1.410, de 22 de Janeiro de 1937. (D.O. de 8-3-37).
Aprova novos projetos e orçamento para construção do porto de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.
- Lei n. 398, de 2 de Março de 1937. (D.O. de 15-3-37).
Providencia para a instalação de estações radiotelegráficas em municípios amazonenses pelo Poder Executivo.
- Decreto n. 1.496, de 12 de Março de 1937. (D.O. de 30-3-37).
Aprova o projeto e orçamento para modificações no edificio da estação de Jaguará, na linha Catalão da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.
- Decreto n. 1.560, de 9 de Abril de 1937. (D.O. de 20-4-37).
Aprova o projeto e orçamento, na importância de . . . 760:000\$000, para construção de um terceiro armazem no porto de Paranaguá.

Decreto n. 1.561, de 9 de Abril de 1937. (D.O. de 27-3-37).

Aprova o projeto e orçamento para a construção do açude "Epitácio" no município de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 1.660, de 25 de Maio de 1937. (D.O. de 9-6-37).

Aprova novo orçamento para construção do porto de Fortaleza, bem como o resultado da concorrência realizada para o mesmo fim.

Decreto n. 1.706, de 11 de Junho de 1937. (D.O. de 22-6-37).

Aprova o projeto e orçamento de modificações feitas na estação "Martinho de Campos", da Estrada de Ferro Oeste de Minas, na Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 1.721, de 17 de Junho de 1937. (D.O. de 25-6-37).

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 500:000\$000, para a instalação e funcionamento de estações radiotelegráficas nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pernambuco e Alagoas. (Rep. D.O. 29-6-1937 e D.O. 2-7-1937).

Decreto n. 1.722, de 18 de Junho de 1937. (D.O. de 1-7-37).

Aprova projetos e orçamentos referentes a obras, na Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 1.723, de 18 de Junho de 1937. (D.O. de 1-7-37).

Aprova projeto e orçamento para transformação de desvio morto, na Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 1.726, de 18 de Junho de 1937. (D.O. de 1-7-37).

Aprova projeto e orçamento para construção de uma casa para guarda-chaves, na estação de "Livramento", da Estrada de Ferro Sul de Minas, na Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 1.727, de 18 de Junho de 1937. (D.O. de 3-7-37).

Aprova projeto e orçamento para reforço, montagem e pintura de três superestruturas metálicas na Rêde Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 1.746, de 25 de Junho de 1937. (D.O. de 7-7-37).

Aprova projeto e orçamento para a construção de novo prédio destinado à estação de Caxambú, na Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 1.758, de 2 de Julho de 1937. (D.O. de 8-7-37).

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quatrocentos e cinquenta contos de réis (450:000\$000) para atender às despesas do novo edifício do mesmo Ministério.

Decreto n. 1.761, de 3 de Julho de 1937. (D.O. de 8-7-37).

Aprova o projeto e orçamento, na importância de 4.837:715\$700, relativos aos melhoramentos do porto fluvial de Porto Esperança, no Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 1.788, de 9 de Julho de 1937. (D.O. de 22-7-37).

Aprova o projeto e orçamento para construção de muros de arrimo, na Rêde Mineira de Viação. (Rep. D.O. 27-7-1937).

Decreto n. 1.789, de 9 de Julho de 1937. (D.O. de 30-7-37).

Aprova projetos e orçamentos para a construção do edifício destinado ao dormitório do pessoal dos trens na Rêde de Viação Federal do Rio Grande do Sul. (Rep. D.O. 4-8-1937).

Decreto n. 1.795, de 12 de Julho de 1937. (D.O. de 22-7-37).

Aprova o plano geral dos edificios e instalações do aeroporto Santos Dumont e do traçado dos acessos ao mesmo aeroporto.

Lei n. 463, de 22 de Julho de 1937. (D.O. de 29-7-37).

Autoriza a abertura do crédito especial de 6.000:000\$000, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, para o serviço de dragagem do porto de São Luís.

Decreto n. 1.832, de 23 de Julho de 1937. (D.O. de 6-8-37).

Aprova o projeto e o orçamento provavel para execução do calçamento a paralelepípedos no pátio das oficinas, no porto de Santos.

Lei n. 466, de 23 de Julho de 1937. (D.O. de 13-8-37).

Autoriza o Poder Executivo a auxiliar com a importância de Rs. 120:000\$000 o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros para a realização de obras em sua séde.

Decreto n. 1.830, de 23 de Julho de 1937. (D.O. de 13-8-37).

Aprova o projeto e orçamento na importância de 14:374\$496, de uma instalação sanitária na estação de Passo Fundo, na linha de Santa Maria a Marcelino Ramos, na Rêde de Viação Férrea Federal, do Rio Grande do Sul.

Lei n. 465, de 23 de Julho de 1937.

(D.O. de 20-8-37).

Autoriza a abertura do crédito de 250:000\$000, destinado à conclusão do edificio para a agência postal-telegráfica de Pelotas.

Decreto n. 1.943, de 31 de Julho de 1937.

(D.O. de 14-8-37).

Aprova o projeto e orçamento relativos à construção de casa para residência do guarda-chaves da estação de "Carvalhos", na Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 1.844, de 31 de Julho de 1937.

(D.O. de 14-8-37).

Aprova o projeto e orçamento para construção de obras no edificio da estação de "Três Corações", na Rêde Mineira de Viação.

Lei n. 469, de 2 de Agosto de 1937.

(D.O. de 9-8-37).

Abre o crédito especial de 1.000:000\$000 para a continuação das obras do ramal ferroviário Coroatá-Pedreira, no Estado do Maranhão.

Decreto n. 1.864, de 6 de Agosto de 1937.

(D.O. de 20-8-37).

Aprova os projetos e orçamentos para a construção de novos edificios para o armazem e a estação de Carasinho, da linha Santa Maria a Marcelino Ramos, da Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 1.865, de 12 de Agosto de 1937.

(D.O. de 18-8-37).

Aprova projetos e orçamentos para execução de obras, na Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 1.882, de 13 de Agosto de 1937.

(D.O. de 27-8-37).

Aprova o projeto e orçamento para a construção de um muro de arrimo na Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 1.884, de 16 de Agosto de 1937.

(D.O. de 20-8-37).

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Rs. 3.000:000\$000, para atender ao pagamento das despesas com a construção do edificio do mesmo Ministério.

Dec. legisl. n. 96, de 19 de Agosto de 1937.

(D.O. de 20-8-37).

Aprova o ato do Tribunal de Contas que negou registo ao termo de aditamento ao contrato celebrado entre o Conselho Administrativo da Fábrica de Pólvora da Estrêla e o construtor André Giordano, para construção de 2 paiois de pólvora.

Dec. legisl. n. 98, de 19 de Agosto de 1937. (D.O. de 20-8-37).

Aprova o ato do Tribunal de Contas que negou registo ao contrato celebrado entre o Comando da 6ª Região Militar e o Dr. Emar do Prado Torres, para construção de um pavilhão destinado ao 28º Batalhão de Caçadores, em Aracajú.

Decreto n. 1.901, de 20 de Agosto de 1937. (D.O. de 27-8-37).

Aprova o projeto e orçamento para a ampliação e aparelhamento do trapiche de Porto Franco, da Estrada de Ferro Mossoró.

Decreto n. 1.903, de 20 de Agosto de 1937. (D.O. de 11-9-37).

Aprova projetos e orçamentos para construção de dois edifícios na Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

Lei n. 481, de 21 de Agosto de 1937. (D.O. de 2-9-37).

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 200:000\$000, para o complemento das obras de instalação da Estação Experimental de Plantas Textéis em Alagoinhas, no Estado da Paraíba.

Lei n. 489, de 27 de Agosto de 1937. (D.O. de 1-9-37).

Autoriza a abertura do crédito suplementar de 1.000:000\$000, pelo Ministério da Viação, para obras do aeroporto do Rio de Janeiro.

Decreto n. 1.919, de 27 de Agosto de 1937. (D.O. de 4-9-37).

Aprova o projeto e orçamento para a construção do novo edifício da estação de Vitória, da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, da "The Leopoldina Railway Company Limited". (Rep. D.O. 9-9-1937).

Decreto n. 1.922, de 27 de Agosto de 1937. (D.O. de 3-9-37).

Aprova o projeto e orçamento estimativo na importância de 2.635:125\$000, para aumento das instalações de inflamáveis, no porto de Belem do Pará.

Decreto n. 1.923, de 27 de Agosto de 1937. (D.O. de 1-9-37).

Aprova o projeto e orçamento para a construção do açude "Vaca Brava", no Município de Arêia, no Estado da Paraíba.

Decreto n. 1.920, de 27 de Agosto de 1937. (D.O. de 22-9-37).

Aprova projetos e orçamentos para execução de diversas obras e para aquisição, montagem e pintura de uma supers-

estrutura metálica, na Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 1.948, de 3 de Setembro de 1937. (D.O. de 10-9-37)

Approva o projeto e orçamento das obras de melhoramentos do porto de São Borja, à margem do Rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 1.954, de 10 de Setembro de 1937. (D.O. de 25-9-37).

Approva projetos e orçamentos para construção de dois mata-búrrros na Rêde Mineira de Viação.

Lei n. 500, de 10 de Setembro de 1937. (D.O. de 29-9-37).

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 17:000\$000, para atender ao pagamento devido à firma S. Fragelli & Comp. Ltda.

Decreto n. 1.978, de 25 de Setembro de 1937. (D.O. de 29-9-37).

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de 1.000:000\$000 para obras do aeroporto do Rio de Janeiro.

Decreto n. 1.995, de 1 de Outubro de 1937. (D.O. de 4-1-37).

Approva as cláusulas para a revisão do contrato celebrado com o Estado de Pernambuco para a realização de obras novas e serviços de melhoramentos no porto de Recife e para exploração do tráfego do mesmo porto. (*Rep. D.O.* 20-1-1938 e 24-1-1938).

Decreto n. 1.999, de 1 de Outubro de 1937. (D.O. de 8-10-37).

Approva o projeto e orçamento provavel, na importância de 119:023\$872, das despesas com a construção das novas dependências da oficina de carpintaria, no porto de Santos.

Decreto n. 2.002, de 1 de Outubro de 1937. (D.O. de 8-10-37).

Approva o projeto e orçamento definitivo, na importância de 2.605:229\$482 (dois mil seiscentos e cinco contos, duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos e oitenta e dois réis), da construção de dois grupos de armazens externos para exportadores, no porto de Santos.

Decreto n. 2.003, de 1 de Outubro de 1937. (D.O. de 9-10-37).

Approva o projeto e orçamento para reforma do armazem de mercadorias da estação de Cruzeiro, da Rêde Mineira de Viação.

- Lei n. 533, de 7 de Outubro de 1937. (D.O. de 16-10-37).
Autoriza a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 563:459\$000, afim de ocorrer às despesas necessárias às obras de adaptação e equipamento do edificio da respectiva Secretaria de Estado.
- Decreto n. 2.032, de 8 de Outubro de 1937. (D.O. de 13-11-37).
Aprova o projeto e orçamento para construção de um embarcadouro de gado e um desvio, na estação "Ibitimirim", da Rede Mineira de Viação. (Rep. D.O. 17-11-1938).
- Lei n. 539, de 11 de Outubro de 1937. (D.O. de 16-10-37).
Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, um crédito especial de 2.000:000\$000, para ocorrer às despesas com a instalação da nova séde da Escola Naval.
- Decreto n. 2.971, de 22 de Outubro de 1937. (D.O. de 28-10-37).
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 250:000\$000 (duzentos e cincoenta contos de réis), destinado à conclusão do edificio para a agência postal-telegráfica de Pelotas.
- Decreto n. 2.072, de 22 de Outubro de 1937. (D.O. de 10-11-37).
Aprova projetos e orçamentos para execução de diversas obras, no quadriênio 1935-1938, à conta da taxa adicional de 10 %, na Estrada de Ferro Santa Catarina.
- Decreto n. 2.073, de 23 de Outubro de 1937. (D.O. de 1-11-37).
Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Rs. 77.000:000\$000 para construção de sanatórios populares para tuberculosos.
- Decreto n. 2.103, de 3 de Novembro de 1937. (D.O. de 10-11-37).
Aprova o projeto para a construção do aeroporto de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.
- Decreto n. 2.109, de 5 de Novembro de 1937. (D.O. de 19-11-37).
Aprova o projeto e orçamento para captação de uma agua destinada ao abastecimento da caixa d'água da estação de Lima Duarte, da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- Decreto n. 2.142, de 26 de Novembro de 1937. (D.O. de 14-12-37).
Aprova o projeto e orçamento, na importância de 25:763\$950, relativos à construção de um edificio para a esta-

ção de "Arenito", no km. 115-800 da linha tronco da Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 2.143, de 26 de Novembro de 1937. (D.O. de 18-12-37).

Aprova o projeto e orçamento, na importância de
11:519\$785, para a construção de um armazem na parada "Borges", na linha de Santa Maria a Porto Alegre, da Rêde de Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 2.144, de 26 de Novembro de 1937. (D.O. de 24-12-37).

Aprova o projeto e orçamento, na importância de
40:746\$741, relativos à construção de um edifício para uma estação de 3ª classe, na linha de Itararé-Uruguaí, na Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

Decreto-lei n. 21, de 26 de Novembro de 1937. (D.O. de 1-12-37).

Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de 1.060:000\$000 às verbas que especifica.

Decreto-lei n. 22, de 29 de Novembro de 1937. (D.O. de 11-12-37).

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 592:000\$000, para despesas nos hospitais Estacio de Sá e Pedro II. (*Rep. D.O. 16-12-1937*).

Decreto-lei n. 32, de 1 de Dezembro de 1937. (D.O. de 6-12-37).

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de 800:000\$000, para conclusão dos trabalhos de terraplenagem necessários à instalação de fábrica de aviões.

Decreto n. 1.253, de 11 de Dezembro de 1936. (D.O. de 16-1-37).

Aprova orçamento e especificações de obras relativas ao aeroporto para dirigíveis, em Santa Cruz.

Decreto n. 2.183, de 17 de Dezembro de 1937. (D.O. de 12-1-37).

Aprova o projeto e o orçamento para construção de um embarcadouro e instalação de balança de pesar gado em Guasú-Boi, na Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto-lei n. 84, de 18 de Dezembro de 1937. (D.O. de 28-12-37).

Abre o crédito especial de 4.000:000\$000 para conclusão do edifício sede do Ministério do Trabalho.

Decreto-lei n. 51, de 21 de Dezembro de 1937. (D.O. de 21-12-37).

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de réis 2.000:000\$000, suplementar à sub-consignação n. 16, n. XVII, anexo 12, do orçamento para o exercício de 1937.

Decreto-lei n. 94, de 22 de Dezembro de 1937. (D.O. de 23-12-37).

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 674:300\$000 às verbas que especifica.

Decreto n. 2.201, de 23 de Dezembro de 1937. (D.O. de 31-12-37).

Aprova a planta das obras necessárias à ampliação das instalações da Aviação Naval, na parte ocidental da Ilha do Governador, e declara a urgência da desapropriação necessária à execução da referida ampliação.

Decreto-lei n. 148, de 30 de Dezembro de 1937. (D.O. de 4-1-37).

Aprova o plano de construção de um liceu profissional no Distrito Federal.

PERMUTA DE IMÓVEIS

Lei n. 504, de 17 de Setembro de 1937. (D.O. de 23-9-37).

Autoriza a permuta de imóveis em S. João d'El-Rey, Minas Gerais.

Decreto n. 2.004, de 1 de Outubro de 1937. (D.O. de 6-10-37).

Dispõe sobre a permuta de terrenos.

Lei n. 534, de 8 de Outubro de 1937. (D.O. de 20-10-37).

Autoriza a permuta de próprio nacional em Juiz de Fôra, no Estado de Minas Gerais, por outro de propriedade daquele Município.

RECEITA E DESPESA

Dec. legisl. n. 101, de 25 de Agosto de 1937. (D.O. de 27-9-37):

Aprova as contas do Governo relativas ao exercício financeiro de 1936.

Decreto-lei n. 107, de 27 de Dezembro de 1937. (D.O. de 28-12-37).

Orça a receita geral e fixa a Despesa da União para o exercício de 1938. (Rep. D.O. 5-2-1938).

REGISTO NO TRIBUNAL DE CONTAS

Dec. legisl. n. 65, de 2 de Março de 1937. (D.O. de 3-3-37).

Determina o arquivamento do processo relativo à recusa de registo, pelo Tribunal de Contas, do contrato celebrado entre a firma Alnorma, Sociedade de Máquinas, Ltda., e a Diretoria do Domínio da União. (Rep. D.O. 20-3-1937).

Dec. legisl. n. 72, de 7 de Abril de 1937. (D.O. de 8-4-37).

Autoriza o registo pelo Tribunal de Contas, do contrato de hipoteca celebrado entre a Fazenda Nacional e a Sociedade de Mineração do Morro do Fraga.

Dec. legisl. n. 82, de 7 de Julho de 1937. (D.O. de 9-7-37).

Aprova o ato do Tribunal de Contas que negou registo ao contrato celebrado entre a Polícia Civil do Distrito Federal e D. Jurema Rocha de Sousa Mendes, para arrendamento do prédio n. 114, da Rua Barão de São Felix, nesta Capital.

Dec. legisl. n. 83, de 7 de Julho de 1937. (D.O. de 9-7-37).

Aprova o ato do Tribunal de Contas que negou registo ao contrato celebrado entre a Fazenda Nacional e a Companhia de Cimento Portland S.A., no Estado da Paraíba, para arrendamento àquela Companhia de um armazem na Alfândega de João Pessoa.

Dec. legisl. n. 88, de 9 de Agosto de 1937. (D.O. de 11-8-37).

Aprova o contra de transferência de usufruto que entre si fazem a Imprensa Nacional e a Caixa Econômica do Rio de Janeiro, determinando seu registo pelo Tribunal de Contas.

Dec. legisl. n. 128, de 13 de Outubro de 1937. (D.O. de 14-10-37).

Aprova o ato do Tribunal de Contas que negou registo ao contrato de arrendamento de prédio celebrado entre a Polícia do Distrito Federal e Dona Jurema Rocha de Souza Mendes.

Dec. legisl. n. 132, de 21 de Outubro de 1937. (D.O. de 22-10-37).

Aprova o ato do Tribunal de Contas que negou registo ao contrato celebrado entre a Fazenda Nacional e a Companhia Paraíba de Cimento Portland S. A., para arrendamento de um armazem na Alfândega de João Pessoa.

Lei n. 573, de 8 de Novembro de 1937. (D.O. de 12-11-37).

Dispõe sobre a tomada de contas em atraso. (Rep. D.O. 18-11-1937).

TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEIS

Decreto n. 69, de 15 de Dezembro de 1937. (D.O. de 18-12-37).

Transfere, do Ministério da Guerra para o da Agricultura, a gestão da antiga fábrica de ferro de Ipanema, no Estado de São Paulo, com todas as bemfeitorias existentes, casas, baracões, linhas férreas, etc., e dá outras providências. (Rep. D.O. 20-12-1937 e D.O. 29-12-1937).

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO DOS ATOS DA DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO, BAIXA- DOS EM 1937

ARRECAÇÃO DE RENDAS

Portaria n. 119, de 20-9-37.

(D.O. de 22-9-37).

Providência no sentido de ser incrementada a arrecadação das taxas de fôros, alugueis e arrendamentos de terrenos federais no Cais do Porto.

CADASTRO

Circular n. 1, de 3-2-37.

(D.O. de 13-2-37).

Determina que sejam cadastrados e avaliados os terrenos e bemfeitorias dos Faróis e Farolêtes.

Teleg-Circular n. 204, de 9-9-37.

Providência sôbre a organização da relação dos próprios nacionais.

COBRANÇA DE ALUGUEIS

Portaria n. 81, de 15-6-37.

(D.O. de 16-6-37).

Regulariza os serviços de cobrança de alugueis de próprios nacionais.

DEFESA DA UNIÃO

Circular n. 6, de 16-8-37.

(D.O. de 18-8-37).

Recomenda sejam consideradas "matéria urgente" as informações solicitadas pelos procuradores da República.

EXPEDIENTE

Portaria n. 77, de 11-6-37.

(D.O. de 14-6-37).

Recomenda que as horas de expediente sejam integralmente aproveitadas.

Portaria n. 99, de 22-6-37.

Recomenda a observância das portarias ns. 56, de 24-5-1937, e 64, de 3-6-1937.

Portaria n. 113, de 30-8-37

(D.O. de 1-9-37).

Providência sôbre a necessidade de ser apreciada a capacidade de produção de cada funcionário.

Circular n. 8, de 8-10-37.

Determina sejam recolhidos, diariamente, ao Gabinete do Diretor, por intermédio da Secretaria, os "Livros de Ponto".

FICHAS INDIVIDUAIS

Portaria n. 114, de 9-9-37.

(D.O. de 11-9-37).

Manda organizar fichas individuais sôbre os assentamentos dos funcionários da Diretoria.

FOLHAS DE PAGAMENTO

Portaria n. 116, de 13-9-37.

(D.O. de 15-9-37).

Recomenda providências no sentido de serem organizadas de acôrdo com as instruções da Diretoria da Despesa Publica, as folhas de pagamento do pessoal da Diretoria do Domínio da União.

FUNCIONARIOS AFASTADOS

Teleg-Circular n. 99, de 8-6-37.

Solicita informações sôbre os funcionários afastados dos respectivos cargos e quais os motivos do afastamento.

Portaria n. 85, de 18-6-37.

(D.O. de 21-6-37).

Determina a observância da resolução do exmo. sr. ministro da Fazenda sôbre funcionários afastados de seus cargos.

Teleg-Circular n. 109, de 21-6-37.

Comunica que, em virtude de despacho ministerial, todos os funcionários afastados deverão voltar ao exercício de seus respectivos cargos.

Circular n. 3, de 30-6-37.

(D.O. de 1-7-37).

Determina que todos os funcionários voltem imediatamente ao exercício de suas funções.

HIERARQUIA ADMINISTRATIVA

Teleg-Circular n. 4, de 2-2-37.

Avisa que, de acôrdo com o art. 3º, § 1º, do Decreto n. 22.250, de 23 de Dezembro de 1932, as administrações do Domínio da União nos Estados são subordinados hierarquicamente aos respectivos delegados fiscais.

LICENÇAS

Teleg-Circular n. 143, de 30-7-37.

Recomenda o cumprimento do disposto no art. 5º do Decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, sôbre licença de funcionários.

MATERIAL PERMANENTE

Teleg-Circular n. 210, de 13-7-37.

Recomenda providências no sentido de ser relacionado o material permanente pertencente às administrações do Domínio da União, nos Estados.

OBRAS

Portaria n. 62, de 2-6-37.

(D.O. de 8-6-37).

Determina que as únicas obras dispensadas de aprovação prévia na Prefeitura do Distrito Federal são as enquadradas na classificação de *reforma*.

OBSERVANCIA DE ORDENS

Circular n. 4, de 1-7-37.

(D.O. de 5-7-37).

Recomenda a observação das Portarias 56, de 24-5-1937; 77, de 11-6-1937, e 99, de 22-6-1937.

PESSOAL CONTRATADO

Circular n. 9, de 9-10-37.

(D.O. de 18-8-37).

Solicita informações acêrca do pessoal contratado e sôbre a conveniência ou não da renovação dos contratos.

PROCESSOS

Portaria n. 56, de 24-5-37.

(D.O. de 26-5-37).

Determina que os funcionários consignem, nos processos, a data em que os receberam e a em que os encaminharam.

Portaria n. 64, de 3-6-37.

(D.O. de 8-6-37).

Dá instruções sôbre a fôrma por que devem ser instruidos os processos da Diretoria.

Portaria n. 112, de 16-8-37.

(D.O. de 18-8-37).

Providência sôbre a melhor articulação e verificação dos serviços de protocolo e andamento dos processos nas diversas seções da Diretoria.

PROVA DE IDADE

Circular n. 7, de 30-7-37.

Recomenda providências para que os srs. funcionários façam a prova de idade e que a mesma seja remetida à Diretoria no prazo máximo de 60 dias.

REGISTO

Circular n. 2, de 7-6-37.

(D.O. de 17-6-37).

Remete quadros-modêlo para a escrituração do serviço mensal.

Circular n. 5, de 6-7-37.

(D.O. de 10-7-37).

Remete quadros-modêlo para o registro das diversas propriedades da União, terrenos de marinha e interiores, aforados ou ocupados.

Circular n. 11, de 23-12-37.

(D.O. de 11-10-37).

Solicita a organização de fichas-registo concernentes aos imóveis onde funcionam as diversas repartições dos diferentes Ministérios.

Teleg-Circular n. 301, de 23-12-37.

Solicita a organização de fichas-registo concernentes a imóveis onde funcionam as diversas repartições do Ministério da Fazenda.

REGISTO NO TRIBUNAL DE CONTAS

Circular n. 10, de 16-12-37.

Declara que os contratos de enfiteuse não mais estão sujeitos a registo no Tribunal de Contas; e recomenda que os termos lavrados e ainda não submetidos ao Tribunal de Contas deverão ser cancelados, lavrando-se outros, com exclusão daquelas cláusulas.

RELATÓRIO

Portaria n. 127, de 15-10-37.

(D.O. de 18-10-37).

Solicita elementos necessários ao relatório da Diretoria, referente ao ano de 1937.

Teleg-Circular n. 247, de 23-10-37.

Solicita sejam remetidos à Diretoria os elementos necessários ao relatório de 1937.

Teleg-Circular n. 298, de 16-12-37.

Recomenda sejam remetidos à Diretoria os relatórios de serviços executados pelas Administrações.

TERRENOS DE MARINHA

Teleg-Circular n. 211, de 13-11-37.

Reitera o pedido sobre o fornecimento de registo de terrenos de marinha ou interiores, aforados ou ocupados.

MINISTERIO DA FAZENDA
RELAÇÃO DO PESSOAL DO QUADRO I DO TESOURO NACIONAL, COM EXERCICIO NA DIRETORIA DO DOMINIO DA UNIÃO

N.º	CARGO	CLASSE	NOME	Tempo de serviço no Ministerio da Fazenda		OBSERVAÇÕES
				1ª nomeação	2ª nomeação	
1	Diretor		Ulpiano de Barros	14- 5-1937	—	
2	Assistente Jurídico	K	Vasco de Lacerda Gama	17- 3-1933	—	Extinto, quando se vagar.
3	Inspetor Regional	K	Alexandre Plemont	10- 4-1924	17- 3-1933	> > > >
4	Inspetor Regional	K	Milton Ramos	29- 3-1933	—	> > > >
5	Secretário (em comissão)	—	Camilo Ferrara	5- 8-1937	—	
6	Intendente	L	Ayres Ferreira Barrozo Junior	17- 2-1922	17- 3-1933	
7	Intendente	K	Felippe Nery Lins	1-10-1920	30- 3-1933	
8	Intendente	K	Lourival Telles de Menezes	20- 1-1931	26-11-1933	
9	Intendente	K	Euzebio Naylor	19- 6-1920	17- 3-1933	
10	Intendente	K	Arquimedes Trajano	20- 1-1910	17- 3-1933	
11	Intendente	J	V A G O	—	—	
12	Escrivão	K	Humberto Gomes de Almeida	17- 3-1933	—	
13	Escrivão	K	Arnaldo Fé Pinto	17- 3-1933	—	
14	Arquivista	I	Frederico Mauro Moore	18- 2-1928	17- 3-1933	
15	Arquivista	F	Jayme de Carvalho	13- 6-1932	7- 6-1933	
16	Auxiliar de escrita	H	Alvaro Mondaini	12- 7-1921	17- 3-1933	Carreira extinta. Feitas as promoções serão suprimidos os cargos de menor vencimentos.
17	Auxiliar de escrita	H	Nestor Augusto de Melo e Albuquerque	15-10-1922	17- 3-1933	
18	Auxiliar de escrita	H	Gilberto Corrêa	1- 2-1925	17- 3-1933	
19	Auxiliar de escrita	H	João Cerqueira Reis e Silva	17- 3-1933	—	
20	Auxiliar de escrita	H	Sylvio Frôes	11- 6-1920	30- 3-1933	
21	Auxiliar de escrita	G	Maria da Gloria Gareau de França	22- 6-1920	17- 3-1933	
22	Auxiliar de escrita	G	Ruth Teixeira Martins	1- 9-1932	17- 3-1933	
23	Auxiliar de escrita	G	Dolores Uchôa de Campos	21- 3-1932	17- 3-1933	
24	Auxiliar de escrita	G	Elviro Paiva Silva	10- 9-1924	17- 3-1933	
25	Auxiliar de escrita	G	Noemia de Mello Lins	6-10-1932	17- 3-1933	
26	Auxiliar de escrita	G	Mauricio da Rocha Miranda	17- 3-1933	—	
27	Auxiliar de escrita	G	Oswaldo Bello Amorim	17- 3-1933	—	
28	Auxiliar de escrita	G	Felix da Cunha Vasconcellos	18- 7-1932	17- 3-1933	
29	Auxiliar de escrita	G	Yvonne de Carvalho Bressani	1-10-1933	7- 1-1936	
30	Auxiliar de escrita	G	Gabriel Coutinho	1- 1-1930	17- 3-1933	
31	Auxiliar de escrita	G	Armenia da Silva Araujo	7-10-1932	17- 3-1933	
32	Auxiliar de escrita	E	Duley Nogueira	23- 2-1932	17- 3-1933	
33	Auxiliar de escrita	E	Adelia Duarte Lisboa	29- 4-1932	17- 3-1933	
34	Engenheiro	L	Afonso Celso Marchand	13- 2-1932	17- 3-1933	
35	Engenheiro	K	Bento Fleury da Rocha	11- 9-1922	17- 3-1933	
36	Engenheiro	K	Jair Vieira de Resende	18- 7-1932	17- 3-1933	
37	Engenheiro	K	Petronio Barcellos	17- 3-1933	—	
38	Engenheiro	K	Sindolpho da Silva Faria	29- 6-1932	17- 3-1933	
39	Engenheiro	K	Luiz Cavalcanti Coelho Cintra	15- 2-1922	17- 3-1933	
40	Engenheiro	K	Aristides Ferreira de Figueiredo	20- 6-1924	17- 3-1933	
41	Engenheiro	J	Homero Duarte	17-10-1932	17- 3-1933	
42	Engenheiro	J	Luiz Nogueira de Paula	28- 8-1928	17- 3-1933	
43	Engenheiro	I	Benedicto de Oliveira Leite	16- 2-1921	17- 3-1933	
44	Engenheiro	I	Luiz Guedes de Carvalho	4- 5-1932	17- 3-1933	
45	Desenhista	J	Paulo Marino Pacca	1- 3-1917	17- 3-1933	
46	Desenhista	J	Francisco Isidro Monteiro	13-10-1920	17- 3-1933	
47	Desenhista	J	Augusto Gadelha Borges	1- 6-1923	17- 3-1933	
48	Desenhista	I	Henrique Salvio da Floresta Cintra	26- 5-1923	17- 3-1933	

N.º	CARGO	CLASSE	NOME	Tempo de serviço no Ministerio da Fazenda		OBSERVAÇÕES
				1ª nomeação	2ª nomeação	
49	Desenhista	I	Edison Nicoll	29- 4-1932	17- 3-1933	
50	Desenhista	H	Euclides Rego Lopes	12- 3-1932	17- 3-1933	
51	Fotografo	G	Clotilde Garibaldi Pereira	27- 2-1935	7-10-1936	
52	Almoxarife	H	Odorico Correia de Faria	19- 3-1933	10- 5-1933	
53	Cobrador	F	Accacio Pereira Ferreira	20- 2-1929	17- 3-1933	
54	Datlografa	G	Adelaide Vila Lobo Azevedo	1- 6-1926	17- 3-1933	
55	Datlografa	G	Esther Saldanha Delduque de Macedo	8- 9-1932	17- 3-1933	
56	Datlografa	G	Beatriz Luiza Beltrão dos Santos Dias	22-11-1933	—	
57	Datlografa	G	Elvira Eugenia Xavier do Prado	3-11-1927	17- 3-1933	
58	Datlografa	F	Alzira Moreira Penna	17- 6-1932	17- 3-1933	
59	Continuo	F	Antonio Figueiredo Reis	17- 3-1933	—	
60	Continuo	G	João Baptista de Sant'Anna	12- 6-1928	17- 3-1933	
61	Continuo	F	Sebastião do Nascimento	21- 7-1932	17- 3-1933	Exercicio nos Palacios Presidenciais.
62	Continuo	G	Amancio José dos Santos	26- 1-1933	—	> > > >
63	Continuo	G	Antonio Tavares da Silva	26- 1-1933	—	> > > >
64	Continuo	G	Adão Feliciano	26- 1-1933	—	> > > >
65	Continuo	G	Alvaro de Souza Medeiros	26- 1-1933	—	> > > >
66	Continuo	G	Antonio de Souza Gomes	26- 1-1933	—	> > > >
67	Continuo	G	Manoel da Silva Gomes	26- 1-1933	—	> > > >
68	Continuo	G	Manoel Vianna da Cunha	26- 1-1933	—	> > > >
69	Servente	H	Rosendo Marques	26- 1-1933	—	
70	Servente	H	Sylvio Dias de Sant'Anna	26-10-1928	17- 3-1933	
71	Servente	E	Jeremias Fortes	15-12-1921	17- 3-1933	Exercicio nos Palacios Presidenciais.
72	Servente	E	Manoel Figueiredo de Almeida	26- 1-1933	—	> > > >
73	Servente	E	Orestes Rafanelli	26- 1-1933	—	> > > >
74	Servente	E	José Maria Gravinha	26- 1-1933	—	> > > >
75	Servente	E	Joaquim Paulino Alves	26- 1-1933	—	> > > >
76	Servente	E	José Francisco Telles	26- 1-1933	—	> > > >
77	Servente	E	José Marcellino	26- 1-1933	—	> > > >
78	Servente	E	Waldomiro da Silva Agra	26- 1-1933	—	> > > >
79	Servente	E	Germano Rodrigues Giroto	26- 1-1933	—	> > > >
80	Servente	E	Angelo Escarlato	26- 1-1933	—	> > > >
81	Servente	E	Domingos Barreiros Filho	30-10-1934	18- 9-1936	> > > >
82	Servente	E	Aureo Ferreira Fernandes	19-10-1934	18- 9-1936	> > > >
83	Servente	E	Manoel Resende	16- 4-1935	—	> > > >
84	Servente	E	José Rufino da Rosa	27- 6-1935	18- 9-1936	> > > >
85	Servente	E	Irineu Conceição	25- 5-1936	—	> > > >
86	Servente	E	João José Gonçalves	1- 5-1923	14- 6-1933	
87	Servente	E	Norival Vieira	15- 5-1924	26-12-1934	
88	Servente	D	José Felipe Braga	23- 4-1935	—	
89	Servente	D	Ernani Rosas	1- 6-1921	17- 3-1933	
90	Servente	D	Marcos Francisco Corrêa	21- 1-1920	17- 3-1933	Extinto. Quando se vagar será admitido extranumerario.
91	Encarregado da Oficina	E	Accacio Antonio da Cunha Ramos	12- 6-1928	17- 3-1933	> > > >
92	Marcineiro	E	Chripiniano Custodio Ramos	10- 9-1932	14- 6-1933	Carreira extinta. Quando se vagar será admitido extranumerario.
93	Eletricista	G	Henrique Schiller de Oliveira	5- 7-1926	29- 5-1934	> > > >
94	Eletricista	F	Bartholomeu Pinto Salgado de Carvalho	27- 3-1933	8- 4-1936	> > > >
95	Eletricista	E	Caetano Esmeraldo dos Santos	14- 6-1933	—	Carreira extinta. Exercício nos Palacios Presidenciais.
96	Eletricista	E	Manoel Cardoso dos Santos	26- 1-1933	—	> > > >
97	Eletricista	E	Annibal Candido Vianna	26- 1-1933	—	> > > >
98	Eletricista	D	José Gregorio de Oliveira	13- 9-1927	17- 3-1933	> > > >
99	Bombeiro hidraulico	E	Pedro Baptista Pinto	12- 6-1928	17- 3-1933	Carreira extinta. Quando se vagar será admitido extranumerario.
100	Bombeiro	D	V A G O	—	—	Pela Lei 284, de 28-10-36, deve ser admitido um extranumerario.
101	Carpinteiro	D	Alberto Octavio Moore	26-10-1928	17- 3-1933	Extinto. Quando se vagar será admitido extranumerario.
102	Pedreiro	D	Americo Ramos de Oliveira	18- 9-1932	17- 3-1933	> > > >
103	Pedreiro	C	Paulo Custodio da Cunha	12- 9-1932	17- 3-1933	> > > >
104	Pintor	D	Albino Lopes de Amorim	23- 2-1932	17- 3-1933	> > > >
105	Lustrador	D	João Ribeiro Guimarães	26-10-1928	17- 3-1933	> > > >
106	Empalhador	D	Adolpho do Patrocinio	26-10-1928	17- 3-1933	> > > >
107	Empalhador	D	Augusto Gomes dos Santos	15- 4-1921	26-12-1934	> > > >
108	Encerador	D	Humberto Silva	29- 4-1932	17- 3-1933	> > > >
109	Aprendiz	A	José Gomes dos Santos	21-11-1934	—	Carreira extinta.

N.º	CARGO	CLASSE	NOME	Tempo de serviço no Ministerio da Fazenda		OBSERVAÇÕES
				1ª nomeação	2ª nomeação	
110	Aprendiz	A	Nicio da Silva Esteves			Carreira extinta.
111	Aprendiz	A	Antonio Elias de Sá	21-11-1934	—	»
112	Zelador	E	Albino José Fernandes	25-3-1936	—	»
113	Zelador	E	Henrique Cabral Botelho	3-7-1937	—	»
114	Zelador	D	Antonio Joaquim Fernandes	26-1-1933	—	»
115	Jardineiro	D	José de Almeida Ambrosio	26-1-1933	—	»
116	Jardineiro	D	José Joaquim de Souza	26-1-1933	—	»
117	Jardineiro	C	Messias de Mello	26-1-1933	—	»
118	Jardineiro	C	José Luiz do Rego	26-1-1933	—	»
119	Jardineiro	C	Sergio Nascimento	10-9-1935	—	»
120	Motorista	G	Pedro Bernardo de Araujo	26-1-1933		»
121	Motorista	G	Caetano Ribas Pontes	26-1-1933		»
122	Motorista	G	Assis Farinchon	26-1-1933		»
123	Motorista	G	João Marcellino de Souza Filho	26-1-1933		»
124	Motorista	G	José Moreira da Silva Filho	26-1-1933		»
125	Motorista	G	Presciliano Weltri	26-1-1933		»
126	Motorista	G	Arlindo Medina de Oliveira	26-1-1933		»
127	Motorista	E	José da Costa Doria	26-1-1933		»
128	Motorista	E	Manoel da Silva	26-1-1933		»
129	Empregado de garage	C	Euclides Moreira da Silva	26-1-1933		»
130	Empregado de garage	C	Antonio Cardoso dos Santos	24-1-1933		»
131	Empregado de garage	C	Adhemar Augusto da Silva Borges	24-1-1933		»
132	Empregado de garage	C	Mario de Oliveira Santos	24-1-1933		»
133	Lavadeira	B	Pulcheria Costa	26-1-1933		»
PESSOAL EXTRANUMERARIO						
BAIXADA FLUMINENSE						
134	Sub-ajudante tecnico	2ª	Uriuz Cordeiro	1-10-1933		»
135	Assistente Tecnico de	5ª	José Bonifacio Gonçalves de Andrade	16-11-1937		»
136	Sub-ajudante de	5ª	Oswaldo Lima de Oliveira	1-8-1933		»
137	Sub-ajudante de	5ª	Miguel Tavora	19-7-1934		»
138	Auxiliar tecnico	3ª	José Affonso Soares	1-10-1933		»
139	Auxiliar tecnico	3ª	Eugenio Graça	11-3-1935		»
140	Auxiliar de escrita	5ª	Hilda Beltrão	5-8-1933		»
141	Auxiliar de escrita	5ª	V A G O			»
142	Auxiliar	1ª	José de Souza Nunes	1-10-1923	1-8-1933	»
143	Auxiliar	1ª	Raul de Oliveira Roxo	19-9-1933		»
144	Auxiliar	1ª	Arlindo Augusto Passos	25-5-1933		»
145	Auxiliar	1ª	Nilton Carrilho de Macedo	5-8-1933		»
146	Auxiliar	1ª	Clovis Medeiros Coelho	5-8-1933		»
147	Auxiliar	1ª	João Rossi	24-8-1933		»
148	Auxiliar	1ª	Plauto Ribeiro do Val	16-9-1933		»
149	Auxiliar	1ª	Archelau Moraes	3-11-1933		»
150	Auxiliar	1ª	Emilio Belli	1-9-1933		»
151	Auxiliar	1ª	Felicio Figueiredo Lima	13-7-1934		»
152	Auxiliar	1ª	V A G O			»
153	Auxiliar	3ª	José Brum da Silva	1-8-1933		»
154	Auxiliar	3ª	Almira Spandonari	1-8-1933		»
155	Auxiliar	3ª	Alvaro de Oliveira Góes	1-8-1933		»
156	Auxiliar	3ª	Avelino Pires Filho	5-8-1933		»
157	Auxiliar	3ª	Napoleão Moreira	1-8-1933		»
158	Auxiliar	3ª	Gecy Lannes Rosas	19-9-1933		»
159	Auxiliar	3ª	Deolinda Medeiros Monte	20-10-1933		»
160	Auxiliar	3ª	Bonifacio Ferreira de Moura	23-10-1933		»
161	Auxiliar	3ª	Aracy Penna Firme	24-10-1933		»
162	Auxiliar	3ª	Joaquim Ferrelra de Paiva Jr.	4-8-1933		»
163	Auxiliar	3ª	Edgard de Paiva e Mello	12-12-1934		»

N.º	CARGO	CLASSE	NOME	Tempo de serviço no Ministerio da Fazenda		OBSERVAÇÕES
				1ª nomeação	2ª nomeação	
164	Auxiliar	3ª	Carlos de Carvalho			
165	Auxiliar	3ª	Elio da Fonseca Barros	1- 9-1934		
166	Auxiliar	3ª	Galdeck Garcia de Goffredo	2- 1-1935		
167	Auxiliar	3ª	Mario Cardoso Franco	2- 1-1935		
168	Auxiliar	3ª	Edyr Silva Lacerda	5- 1-1935		
169	Auxiliar	3ª	Maria José de Araujo	5- 1-1935		
170	Auxiliar	3ª	Maria Clara São Paulo	2- 1-1936		
171	Auxiliar	3ª	Maria Ilma Carvalho Souza	2- 1-1936		
172	Auxiliar	3ª	Agenor dos Santos Leal	2- 1-1936		
173	Trabalhador	1ª	Pacifico Porfirio da Silva	7- 1-1936		
174	Trabalhador	1ª	Grivaldo Dias	12- 6-1933		
175	Trabalhador	1ª	Candido Lapa	1- 8-1933		
176	Trabalhador	2ª	Herotides Costa	1- 8-1933		
177	Trabalhador	2ª	Mario de Souza	1- 8-1933		
178	Trabalhador	2ª	Antonio José	1- 8-1933		
179	Trabalhador	2ª	Euclides Delphino	1- 8-1933		
180	Trabalhador	2ª	Zeferino França	1- 8-1933		
181	Trabalhador	2ª	Jose Onofre	1- 8-1933		
182	Trabalhador	2ª	Pedro Domingos	1- 8-1933		
183	Trabalhador	2ª	João Alves da Silva	1- 8-1933		
184	Auxiliar	4ª	Luiz Santos	1- 8-1933		
			PESSOAL DO PROPRIO NACIONAL DA RUA AQUEDUTO 1632			
185	Guarda	1ª	João Machado	10- 5-1933		
186	Trabalhador	2ª	V A G O			
			VIGIAS DE PROPRIOS NACIONAIS			
187	Guarda	1ª	Felicio Antonio Giudice	29- 4-1932		
188	Guarda	1ª	Cleber Ferreira Flores	31-12-1934		
189	Guarda	1ª	Geraldo Acunha	2- 5-1933		
			TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL			
190	Trabalhador	1ª	Manoel Anselmo Pereira	1- 1-1922		
191	Trabalhador	1ª	Manoel Lopes Teixeira	18-12-1921		
192	Trabalhador	1ª	Everaldo Lisboa de Faria	16-12-1922		
193	Trabalhador	1ª	José Conrado Guimarães	30- 9-1933		
194	Trabalhador	1ª	Antonio Gilberto Rios	13- 9-1923		
195	Trabalhador	1ª	Domingos Trindade	1- 2-1923		
196	Trabalhador	1ª	José Victorino	1- 8-1933		
197	Trabalhador	1ª	Francisco Saise	16-11-1937		
198	Trabalhador	1ª	V A G O			

MINISTERIO DA FAZENDA
ADMINISTRAÇÕES DO DOMINIO DA UNIÃO
Quadro XIV

N.º	CARGO	CLASSE	ADMINISTRAÇÕES	NOMES	Tempo de serviço no Ministerio da Fazenda		OBSERVAÇÕES
					1ª nomeação	2ª nomeação	
199	Intendente	L	São Paulo	Genesio de Sá Sotomaior	1-4-1932	31-3-1933	Em comissão.
200	Intendente	LL	Rio de Janeiro	V A G O	—	—	> >
201	Intendente	LL	Pernambuco	Fernando Cesar de Andrade	5-10-1932	30-3-1933	> >
202	Intendente	LL	Bahia	Gastão Fernandes Camara	1-10-1928	27-3-1933	> >
203	Intendente	LL	Rio Grande do Sul	Ary Azambuja	3-5-1932	27-4-1933	> >
204	Intendente	KK	Minas Gerais	Luiz Flores Abbott	13-2-1922	31-3-1933	> >
205	Intendente	KK	Amazonas	Humberto de Oliveira Lima	29-4-1932	31-3-1933	> >
206	Intendente	KK	Pará	Eduardo Chermont	27-3-1933	—	> >
207	Intendente	KK	Ceará	V A G O	—	—	> >
208	Intendente	KK	Espirito Santo	Carlos de Morais Niemeyer	31-3-1933	—	> >
209	Intendente	KK	Paraná	Gilberto Fontoura Rey	27-3-1933	—	> >
210	Intendente	KK	Santa Catarina	Luiz Gonzaga Bernhauss de Lima	31-3-1933	—	> >
211	Datilografo	K	Rio de Janeiro	Nair Aguirre Moreira	18-10-1933	—	> >
	Datilografo	D	Pernambuco	Maria Hyeda Lins e Silva	6-5-1936	—	
212	Datilografo	D	Bahia	Stella Gaborggini de Paiva	12-7-1933	—	
213	Datilografo	D	São Paulo	Irene Toledo Caldas	18-7-1935	—	
214	Datilografo	D	Rio Grande do Sul	Spir Eivaldo	31-10-1933	—	
215	Datilografo	D	Minas Gerais	Octavio Dutra Meirelles	2-10-1935	—	
216	Desenhista	I	São Paulo	Hermillo Alves Junior	1-10-1927	31-3-1933	
217	Desenhista	H	Minas Gerais	Floriano Peixoto de Faria	16-12-1921	31-3-1933	
218	Desenhista	H	São Paulo	Hugo Leal	12-5-1923	24-4-1933	
219	Desenhista	H	São Paulo	Eduardo Loureiro	18-7-1932	31-3-1933	
220	Desenhista	H	Rio de Janeiro	Paulo Guaraná Guia	1-10-1933	11-4-1934	
221	Desenhista	G	Rio Grande do Sul	Adhemar Campos Campomar	25-8-1932	31-3-1933	
222	Desenhista	G	Bahia	Alberto Walsh	21-12-1929	27-3-1933	
223	Desenhista	G	Pernambuco	Walter Severiano de Oliveira	26-10-1928	30-3-1933	
224	Desenhista	F	Pará	Leopoldo de Carvalho Ribeiro	11-6-1928	27-3-1935	
225	Desenhista	F	Amazonas	Balgaad Agular de Azevedo	22-11-1933	—	
226	Desenhista	F	Ceará	Aristes Duncan	29-4-1932	10-5-1933	
227	Desenhista	F	Espirito Santo	V A G O	—	—	
228	Desenhista	F	Paraná	Jorge Teixeira Campos	3-11-1932	31-3-1933	
229	Desenhista	F	Santa Catarina	Agapito Velloso Rodrigues	27-3-1933	—	
230	Engenheiro	K	São Paulo	Gastão de Castro Cunha	1-4-1920	31-3-1933	
231	Engenheiro	K	Rio Grande do Sul	Lauro Prates	31-3-1933	—	
232	Engenheiro	K	Minas Gerais	Paulo Beltrão Rodrigues	30-3-1933	—	
233	Engenheiro	J	Pará	V A G O	—	—	
234	Engenheiro	J	Pernambuco	Clovis Cavalcanti	31-3-1933	—	
235	Engenheiro	J	Bahia	Bertholdo Gurgel	1-11-1928	27-3-1933	
236	Engenheiro	J	Espirito Santo	Nilson Carvalho Resende	8-7-1932	30-3-1933	
237	Engenheiro	J	Rio de Janeiro	Orlando Ventura	8-7-1932	30-3-1933	
238	Engenheiro	J	São Paulo	Jorge Batalha	3-1-1920	31-3-1933	
239	Engenheiro	I	Amazonas	Murillo Amorim Castello Branco	12-4-1933	—	
240	Engenheiro	I	Ceará	Ary O'Leary Paes Leme	15-4-1933	—	
241	Engenheiro	I	Rio de Janeiro	Miguel Pernambuco de Campos	29-4-1932	31-3-1933	
242	Engenheiro	I	São Paulo	Carlos de Oliveira Canto	5-4-1932	31-3-1933	
243	Engenheiro	I	Paraná	Adhemar Barbosa de Almeida Portugal	28-3-1933	—	
244	Engenheiro	I	Santa Catarina	V A G O	—	—	
245	Engenheiro	H	Mato Grosso	Benedicto Santa Luoci	13-12-1933	—	
246	Engenheiro	H	Pernambuco	Antonio da Cruz Ribeiro	3-11-1930	10-5-1933	
247	Engenheiro	H	Bahia	Alcebiades Gurgel	1-11-1928	14-6-1933	
248	Engenheiro	H	Rio de Janeiro	José Geraldo Navarro	23-5-1927	31-3-1933	

N.º	CARGO	CLASSE	ADMINISTRAÇÕES	NOMES	Tempo de serviço no Ministerio da Fazenda		OBSERVAÇÕES
					1ª nomeação	2ª nomeação	
249	Engenheiro	H	Rio de Janeiro	Emilio Nunes	1- 4-1921	31- 3-1933	
250	Engenheiro	H	Paraná	Ayram Pessoa	31- 3-1933	—	
251	Engenheiro	H	Santa Catarina	Luiz Mario de Sá Freire Sobriaho	2- 9-1933	27- 3-1935	
252	Engenheiro	H	Rio Grande do Sul	Francisco Bherensdorf	31- 3-1933	—	
253	Engenheiro	H	Minas Gerais	Mario da Costa Carvalho	2- 1-1918	31- 3-1933	
254	Engenheiro	G	Maranhão	Luiz Brito Pinheiro Passos	18- 4-1934	—	
255	Engenheiro	G	Piauí	V A G O	—	—	
256	Engenheiro	G	Goiás	Christiano de Moraes Junior	30- 3-1933	—	
257	Engenheiro	G	Rio Grande do Norte	Alvaro Nogueira de Mello	28- 3-1934	—	
258	Engenheiro	G	Paraíba	Antonio Gomes Vieira de Souza	30- 3-1933	—	
259	Engenheiro	G	Alagoas	Carlos Herbster Menescal	18-12-1935	—	
260	Engenheiro	G	Sergipe	Clovis Mozart Teixeira	1- 4-1936	—	
261	Engenheiro	G	Espirito Santo	Quintino Barbosa Figueiredo	20-12-1933	—	
262	Engenheiro	G	Pará	Adhemar Gadelha	27-11-1923	27- 3-1933	
263	Escriturario	H	São Paulo	Julio Pinto de Cerqueira	29- 4-1932	31- 3-1933	
264	Escriturario	G	São Paulo	Alvaro de Miranda Souza Gomes	11- 9-1924	31- 3-1933	
265	Escriturario	G	São Paulo	Yvette Valença Batalha	1- 3-1932	31- 3-1933	
266	Escriturario	G	Pernambuco	Paulo Aurelio Cavalcanti de Assumpção	—	—	
267	Escriturario	G	Bahia	Apolinario Bustamante Maciel	28- 6-1932	27- 3-1933	
268	Escriturario	G	Rio Grande do Sul	Daniel Coelho Schimidt	8- 7-1932	31- 3-1933	
269	Escriturario	F	Pará	José Fleury da Fonseca	16-10-1935	—	
270	Escriturario	F	Ceará	José Pereira de Andrade	10-11-1932	17- 3-1933	
271	Escriturario	F	Espirito Santo	Hermes Jorge Simões	22- 3-1933	—	
272	Escriturario	F	Rio de Janeiro	Carlos Gomes Pereira de Oliveira	26-10-1928	31- 3-1933	
273	Escriturario	F	Paraná	Luiz Medrado	6- 4-1932	31- 3-1933	
274	Escriturario	F	Minas Gerais	Sylvio Fonseca Horta	31- 3-1933	—	
275	Escriturario	E	Rio de Janeiro	Waldir de Sant'Anna	24- 4-1935	—	
276	Escrivão	I	Mato Grosso	Ary Kerner Pena Firme	2- 7-1920	17- 3-1933	
277	Escrivão	I	São Paulo	Herculano Freitas Filho	10- 5-1934	—	
278	Escrivão	I	Rio de Janeiro	Manoel Ansberto Gregorio de Oliveira Lopes	20 9-1923	31- 3-1933	
279	Escrivão	H	Pará	José Sanz Cibelli	27- 3-1933	—	
280	Escrivão	H	Pernambuco	Manoel Roque do Nascimento	1- 2-1921	31- 3-1933	
281	Escrivão	H	Bahia	Alvaro Geraldo Conrado da Veiga	27- 4-1933	—	
282	Escrivão	H	Santa Catarina	Sylvio Dias Fernandes	18-10-1933	—	
283	Escrivão	H	Rio Grande do Sul	Amadeu Rodrigues Antunes	31- 3-1933	—	
284	Escrivão	H	Minas Gerais	José Carlos Machado	30- 3-1933	—	
285	Escrivão	G	Amazonas	Agencor Augusto da Matta	12- 4-1933	—	
286	Escrivão	G	Ceará	Afronio Poggi de Mello Santos	28- 3-1933	—	
287	Escrivão	G	Espirito Santo	José Maria Maggessi Pereira	19- 6-1920	31- 3-1933	
288	Escrivão	G	Paraná	Guilherme Xavier de Miranda	7- 8-1935	—	
289	Escrivão	G	Maranhão	João Gabriel do Nascimento	16-12-1921	28- 3-1933	
290	Escrivão	G	Piauí	Joel Genuino de Oliveira	28- 3-1933	—	
291	Escrivão	G	Rio Grande do Norte	Baroncio Guerra	4- 5-1935	—	
292	Escrivão	G	Paraíba	Sabino Barbosa de Campos	15- 9-1922	30- 3-1933	
293	Escrivão	G	Alagoas	Joaquim Gaffré	28- 3-1933	—	
294	Escrivão	G	Sergipe	José Ollivio do Nascimento	1-10-1923	30- 3-1933	
295	Escrivão	G	Goiás	Regulo Macedo de Carvalho	29- 1-1936	—	
296	Servente	D	Rio de Janeiro	Lahire Magalhães	14- 9-1932	31- 3-1933	
297	Servente	C	Pernambuco	João Nogueira	1-11-1928	31- 3-1933	
298	Servente	C	Bahia	Manoel Barreto	1- 7-1932	19- 6-1935	
299	Servente	C	São Paulo	Amaro Britto	15- 5-1935	—	
300	Servente	C	Rio Grande do Sul	Jorge Maciel	4- 4-1934	—	
301	Servente	C	Minas Gerais	Virgilio de Cerqueira	11- 2-1935	—	
302	Servente	C	Rio de Janeiro	Waldomiro Correia de Jesus	31- 3-1933	—	
PESSOAL EXTRANUMERARIO							
303	Trabalhador	4ª	Amazonas	Evaristo Meirelles Pucu	8-11-1935	—	
304	Trabalhador	4ª	Amazonas	Abinathar Bento de Lima	28- 9-1933	—	
305	Trabalhador	4ª	Amazonas	V A G O	—	—	
306	Trabalhador	4ª	Pará	Adhelard Lima Horacio e Silva	24- 3-1935	—	

N.º	CARGO	CLASSE	ADMINISTRAÇÕES	NOMES	Tempo de serviço no Ministerio da Fazenda		OBSERVAÇÕES
					1ª nomeação	2ª nomeação	
307	Trabalhador	4ª	Pará	Petronio Carlos da Rocha Santos	1-10-1934	—	Cargo que deve ser creado, em virtude de ter se vagado o Trabalhador classe D, conforme determina a Lei 284, 28-10-36.
308	Trabalhador	4ª	Pará	Theodosio de Miranda Figueira	29-9-1933	—	
309	Trabalhador	4ª	Pará	Antonio Oliveira	29-9-1933	—	
310	Trabalhador	4ª	Pará	V A G O	—	—	
311	Trabalhador	4ª	Pará	Benedicto Bentes Cota	—	—	
312	Trabalhador	5ª	Maranhão	José Oliveira Valle Porto	17-10-1937	—	
313	Trabalhador	5ª	Maranhão	Domingos Caldas da Costa	20-6-1933	—	
314	Trabalhador	5ª	Maranhão	Damião Cosme da Silva	20-6-1933	—	
315	Trabalhador	5ª	Piauí	V A G O	1-7-1933	—	
316	Trabalhador	5ª	Piauí	V A G O	—	—	
317	Trabalhador	5ª	Piauí	Manoel Antonio dos Santos	—	—	
318	Trabalhador	4ª	Ceará	Francisco das Chagas Castro	16-8-1934	—	
319	Trabalhador	4ª	Ceará	Francisco Clementino Maia	8-6-1933	—	
320	Trabalhador	4ª	Ceará	Raymundo Bezerra Filho	8-6-1933	—	
321	Trabalhador	4ª	Ceará	Umbelino Cordeiro	8-6-1933	—	
322	Trabalhador	4ª	Ceará	José Alves Barata	8-6-1933	—	
323	Trabalhador	4ª	Ceará	Rufino Barbosa da Silva	9-8-1933	—	
324	Trabalhador	—	Ceará	V A G O	9-8-1933	—	
325	Trabalhador	5ª	Rio Grande do Norte	Basilio dos Anjos	5-6-1933	—	
326	Trabalhador	5ª	Rio Grande do Norte	Joaquim Diomedes de Moraes	5-6-1933	—	
327	Trabalhador	5ª	Rio Grande do Norte	V A G O	—	—	
328	Trabalhador	5ª	Paraíba	Fausto do Porto Neves	29-7-1933	—	
329	Trabalhador	5ª	Paraíba	Romildo Toscano de Brito	16-1-1934	—	
330	Trabalhador	5ª	Paraíba	Pedro Guedes da Silva	19-6-1935	—	
331	Trabalhador	4ª	Pernambuco	Alvaro Adalberto Torres de Menezes	23-6-1933	—	
332	Trabalhador	4ª	Pernambuco	Evilasio Tenorio da Silva	23-6-1933	—	
333	Trabalhador	4ª	Pernambuco	Manoel Torquato Estevam	20-7-1933	—	
334	Trabalhador	4ª	Pernambuco	José Amaro Bomfim	24-3-1934	—	
335	Trabalhador	4ª	Pernambuco	Gilberto Alves de França Camara	16-8-1934	—	
336	Trabalhador	4ª	Pernambuco	Eurico Lins Leitão	12-2-1938	—	
337	Trabalhador	5ª	Pernambuco	Clysson Leal de Pinho	9-8-1934	—	
338	Trabalhador	5ª	Alagoas	José Lins de Barros	25-10-1933	—	
339	Trabalhador	5ª	Alagoas	João Lins de Barros	6-6-1936	—	
340	Trabalhador	5ª	Sergipe	Manoel Corumbá dos Santos	26-7-1936	—	
341	Trabalhador	5ª	Sergipe	V A G O	—	—	
342	Trabalhador	5ª	Sergipe	V A G O	—	—	
343	Trabalhador	4ª	Bahia	Aurelino Barreto	15-5-1933	—	
344	Trabalhador	4ª	Bahia	José Sifronio de Jesus	8-7-1933	—	
345	Trabalhador	4ª	Bahia	Manoel Cardoso Evangelista	7-9-1933	—	
346	Trabalhador	4ª	Bahia	Nicomedes Menezes	17-7-1935	—	
347	Trabalhador	4ª	Bahia	Altamirando Fernando Copello	15-7-1935	—	
348	Trabalhador	4ª	Bahia	Antonio Molinari	11-12-1935	—	
349	Trabalhador	4ª	Espirito Santo	Edwaldo do Cunha Mello	30-6-1933	—	
350	Trabalhador	4ª	Espirito Santo	Alfredo Sarmento	8-7-1933	—	
351	Trabalhador	4ª	Espirito Santo	João Luciano de Siqueira	8-7-1933	—	
352	Trabalhador	4ª	Espirito Santo	Jovino Santarém	8-7-1933	—	
353	Trabalhador	4ª	Espirito Santo	Nathael Pedro dos Santos	14-8-1936	—	
354	Trabalhador	4ª	Espirito Santo	José Rodrigues dos Santos	14-8-1936	—	
355	Trabalhador	2ª	Rio de Janeiro	Renato Perelra	10-12-1926	10-5-1933	
356	Trabalhador	2ª	Rio de Janeiro	Luiz Antonio Pochetini	1-2-1926	10-5-1933	
357	Trabalhador	2ª	Rio de Janeiro	Armando Horacio Fernandes Costa	1-6-1924	10-5-1933	
358	Trabalhador	2ª	Rio de Janeiro	Antonio Francisco dos Santos	10-5-1933	—	
359	Trabalhador	2ª	Rio de Janeiro	Aylton Pinheiro Gonçalves	28-12-1934	—	
360	Trabalhador	2ª	Rio de Janeiro	V A G O	—	—	
361	Trabalhador	12ª	São Paulo	Sebastião Januarlo	20-5-1933	—	
362	Trabalhador	12ª	São Paulo	Paulo Olympio Seabra Azamor	20-5-1933	—	
363	Trabalhador	12ª	São Paulo	Benedicto Pires	25-7-1933	—	

N.º	CARGO	CLASSE	ADMINISTRAÇÕES	NOMES	Tempo de serviço no Ministerio da Fazenda		OBSERVAÇÕES
					1ª nomeação	2ª nomeação	
364	Trabalhador	12ª	São Paulo	Braz Frugoli da Cruz	19-11-1933	—	
365	Trabalhador	12ª	São Paulo	Antonio de Souza Góes	19-11-1933	—	
366	Trabalhador	12ª	São Paulo	V A G O	—	—	
367	Trabalhador	3ª	Paraná	Carlos Antonio Recaldo	18- 7-1933	—	
368	Trabalhador	3ª	Paraná	Joaquim Gonçalves de Freitas	18- 7-1933	—	
369	Trabalhador	3ª	Paraná	Sebastião Ribeiro de Freitas	26- 8-1933	—	
370	Trabalhador	3ª	Paraná	Leonidas Camargo de Oliveira	12- 2-1935	—	
371	Trabalhador	3ª	Paraná	Arlovaldo José de Oliveira	14- 4-1935	—	
372	Trabalhador	3ª	Paraná	V A G O	—	—	
373	Trabalhador	4ª	Santa Catarina	Fernando Nunes de Freitas	10-10-1933	—	
374	Trabalhador	4ª	Santa Catarina	Sebastião Eleuterio da Silva	10-10-1933	—	
375	Trabalhador	4ª	Santa Catarina	Orlando Ivo Luz	10-10-1933	—	
376	Trabalhador	4ª	Santa Catarina	Oswaldo Caetano da Silva	13-10-1933	—	
377	Trabalhador	4ª	Santa Catarina	Euclides Francisco de Souza	10-11-1936	—	
378	Trabalhador	4ª	Santa Catarina	V A G O	—	—	
379	Trabalhador	4ª	Rio Grande do Sul	Erwin Brandt	21- 6-1933	—	
380	Trabalhador	4ª	Rio Grande do Sul	Novembrino Garcia	23- 8-1933	—	
381	Trabalhador	4ª	Rio Grande do Sul	Plinio Rodrigues Antunes	30- 6-1934	—	
382	Trabalhador	4ª	Rio Grande do Sul	João Francisco Gonçalves	8- 3-1934	—	
383	Trabalhador	4ª	Rio Grande do Sul	Walter Maursell	8- 4-1936	—	
384	Trabalhador	4ª	Rio Grande do Sul	V A G O	—	—	
385	Trabalhador	5ª	Mato Grosso	Estevão de Cerqueira Caldas	14- 6-1933	—	
386	Trabalhador	5ª	Mato Grosso	Manoel José da Silva	14- 6-1933	—	
387	Trabalhador	5ª	Mato Grosso	Manoel da Silva Tavares	24- 4-1936	—	
388	Trabalhador	5ª	Goiás	Veriano Dias Doca	28-10-1933	—	
389	Trabalhador	5ª	Goiás	José Simon	28-10-1933	—	
390	Trabalhador	5ª	Goiás	V A G O	—	—	
391	Trabalhador	4ª	Minas Gerais	Domingos de Paula Ferreira	5- 5-1933	—	
392	Trabalhador	4ª	Minas Gerais	João Rosa	5- 5-1933	—	
393	Trabalhador	4ª	Minas Gerais	João Pereira de Souza	12- 6-1933	—	
394	Trabalhador	4ª	Minas Gerais	Antonio do Espírito Santo	12- 6-1933	—	
395	Trabalhador	4ª	Minas Gerais	Benedicto Alves do Valle	7- 6-1933	—	
396	Trabalhador	4ª	Minas Gerais	V A G O	—	—	

RESUMO:

Quadro I — Pessoal titulado da Diretoria do Dominio da União	133
Pessoal extranumerario da Diretoria do Dominio da União	65
Quadro XIV — Pessoal titulado das Administrações do Dominio da União	104
Pessoal extranumerario das Administrações do Dominio da União ..	94

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
NOMEAÇÕES

NOMES	CARGOS	DADA DO DECRETO
Ulpiano de Barros	Diretor	14- 5-37
Albino José Fernandes	Zelador Palacio Catete.	8- 7-37

ADMISSÕES DE PESSOAL CONTRATADO

NOMES	CARGOS	PORTARIA	
		N.º	Data
José Bonifacio G. de Andrade	Ass. Tec. Baixada Fluminense	652	31-10-37
Alfredo Silveira Corrêa	Trab. 1ª classe (E. Rio)	653	31-10-37
Adauto Santos Lima	Trab. 1ª classe (Distrito Federal)	654	31-10-37
Francisco Salse	Trab. 1ª classe (Distrito Federal)	655	31-10-37
Benedito Bentes Costa	Trab. 4ª classe (Pará).	656	31-10-37

FALECIMENTOS

NOMES	CARGOS	DATAS
Octavio de Souza	Trab. 1ª classe (Distrito Federal)	7- 2-37
João Ribello Sobrinho	Trab. 1ª classe (Distrito Federal)	26- 3-37
Romeu Rodrigues Pires	Bombeiro, classe D ...	19- 4-37
João Pereira Sena	Trab., classe D (Ceará)	13- 9-37

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
EXONERAÇÃO

NOMES	CARGOS	DATA DO DECRETO
Manoel Hollanda Cavalcanti	Desenhista Administra- dor (Ceará)	7- 7-37

RESCISÃO DE CONTRATO

NOMES	CARGOS	DATAS
Manoel Antonio da Silva	Aux. escr. 5ª classe ..	31- 8-37
Annita Loredó	Aux. de 1ª classe	8-11-37
Alvaro de Oliveira Góes	Aux. de 3ª classe	31-12-37
Antonio Juruema Guimarães	Aux. de 3ª classe	27- 2-37
Adauto Santos	Trab., 1ª classe	31-12-37
Mario Barros Sobrinho	Trab., 3ª classe (Pa- raná)	14- 1-37

TRANSFERENCIAS

NOMES	CARGOS	DATAS
Aristes Duncan	Desenhista, classe F ..	11- 8-37
Manoel Roque do Nascimento	Escrivão, classe H	25- 8-37
Carlos Machado	Escrivão, classe H	25- 8-37

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

ELOGIOS E OUTROS ATOS

NOMES	CARGOS	PORTARIA		ASSUNTO
		N.º	Data	
Sylvio Fróes	Aux. esc., classe H	1	1- 3-37	(Agradecendo a assiduidade ao serviço, durante o tempo que serviu na Secretaria).
Gilberto Corrêa	Aux. esc., classe H	34	4- 5-37	(Agradecendo serviços prestados como Secretário onde revelou capacidade pela causa pública).
Luiz Nogueira de Paula	Eng., classe J	38	14- 5-37	(Dispensando a pedido da Comissão de Concorrença agradecendo a eficaz colaboração).
Homero Duarte	Eng., classe J	39	18- 5-37	(Dispensando a pedido das funções de Secretário o agradecendo a dedicada e eficiente colaboração aos serviços da Diretoria).
Luiz Nogueira de Paula	Eng., classe J	43	18- 5-37	(Agradecendo a dedicada e eficiente colaboração aos serviços da Diretoria).
Hilton Jesus Gadret	Eng., classe J	44	18- 5-37	(Agradecendo a dedicada e eficiente colaboração aos serviços da Diretoria).
Odorico Correia de Faria	Almox., classe H	45	18- 5-37	(Agradecendo a dedicada e eficiente colaboração aos serviços da Diretoria).
Aos Protocolistas	—	46	18- 5-37	(Agradecendo a dedicada e eficiente colaboração aos serviços da Diretoria).
Eugenio Graça	Aux. Tec. 5ª	121	1-10-37	(Agradecendo os bons serviços prestados á sua administração).

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
DESIGNAÇÕES

PORTARIA		NOMES	CARGOS	HISTORICO
N.º	Data			
5	19- 3-37	Petronio Barcellos	Eng., classe K	Para organizar o serviço das oficinas da Imprensa Nacional, ficando á disposição do Ministerio da Justiça.
25	28- 4-37	Adhemar Barbosa Almeida Portugal	Eng., classe (Paraná) {	Para fazerem parte da Comissão encarregada de vistoriar o fórnio da Caixa de Amortização.
26	28- 4-37	Aristides F. Figueiredo	Eng., classe K	
26	28- 4-37	Urius Cordeiro	Sub-Ajud. 2ª	
27	4- 5-37	Homero Duarte	Eng., classe J	Para servir de secretario.
30	4- 5-37	Gilberto Corrêa	Aux. esc., classe H	Para substituir o Intendente Euzébio Naylor na Subdiretoria dos Serviços Administrativos e do Registo.
31	4- 5-37	Felippe Nery Lins	Intendente K	Para substituir o Int. AYRES BARROSO na Administração do Distrito Federal.
32	4- 5-37	Sylvio Fróes	Aux. esc., classe H	Para substituir o Int. FELIPPE NERY LINS na Secção Adm. do Dist. Federal.
35	14- 5-37	Sindolpho da Silva Faria	Eng., classe K	Para presidir a comissão de concorrência.
35	14- 5-37	Augusto Gadelha Borges	Desenhista	
35	14- 5-37	Dolores Uchôa de Campos	Aux. esc., classe G	
49	22- 5-37	Urius Cordeiro	Sub-Ajud. 2ª	Para fazer o cadastro de terras, na ilha do Governador, a pedido da Diretoria Geral de Aeronautica do Ministerio da Marinha.
50	24- 5-37	João Maria Broxado Filho	Intendente K	Para organizar norma de relatório mensal a ser apresentado pelo Administradores desta Diretoria nos Estados.
		Humberto Gomes de Almeida ...	Escrivão K	
		Jair Vieira de Rezende	Eng., classe K	
60	26- 5-37	Ruth Teixeira Martins	Aux. esc., classe G ..	Para servirem na Subdiretoria dos Serviços Administrativos e do Registo.
		Beatriz Santos Dias	Datilografa	
		Nestor A. Mello Albuquerque ..	Aux. esc., classe H ..	
		Adelaide Vila Lobo Azevedo	Datilografa	Para servirem na Secretaria.
63	3- 6-37	Milton Ramos	Insp. Regional	Para empreender junto á Del. Fiscal no Estado do Rio, entendimentos capazes de solucionar a deficiência de instalação da Administração no referido Estado.

PORTARIA		NOMES	CARGOS	HISTORICO
N.º	Data			
68	5- 6-37	Oswaldo Lima de Oliveira	Sub-Ajud. 5ª	Para ter exercicio na Administração do D. Federal.
69	5- 6-37	Nilton Carrilho Macedo	Aux. 1ª classe	Para servir na Superintendencia da B. Fluminense.
71	7- 6-37	Emilio Belli	Aux. 1ª classe	Para servir na Superintendencia da B. Fluminense.
73	8- 6-37	Eugenio Graça	Sub-Ajud. 5ª	Para servir no Gabinete do Sr. Diretor.
84	16- 6-37	João Maria Broxado Filho	Intendente L	Para promover entendimento com os locatarios dos imoveis da Baixada Fluminense, em atrazo com o pagamento de alugueis.
88 a 91	18- 6-37	João Maria Broxado Filho	Intendente K	Mandando voltar ás suas repartições.
		Hilton Jesus Gadret	Eng., classe	
		Adhemar Barbosa A. Portugal ..	Eng., classe	
		José Maria Maggesi Pereira	Escrivão G	
93	18- 6-37	Nestor Augusto Mello Albuquerque	Aux. esc., classe H	Para servir no Gabinete do Sr. Diretor.
95	18- 6-37	Alexandre Plemont	Insp. Regional	Para servir de Superintendente da B. Fluminense.
96	21- 6-37	Augusto Gadelha Borges	Desenhista	Dispensando da Comissão de Concorrença.
96	21- 6-37	Odorico Correia de Faria	Almoxarife	Designado para servir na Comissão de Concorrença.
104	29- 6-37	Maria José de Araujo	Aux. 3ª classe	Para servir na Secretaria.
105	29- 6-37	Milton Ramos	Insp. Regional	Designado para promover o entendimento com a Companhia Imobiliaria de Petropolis e o Banco do Brasil, afim de ser regularizada a situação dos bens federais em Petropolis.
106	12- 7-37	Armenia Silva Araujo	Aux. esc., classe G	Para servir na Secretaria.
107	15- 7-37	Bartholomeu P. Salgado	Eletricista	Servir na Superintendencia da Faz. Nac. Sta. Cruz.
109	30- 7-37	Benedicto Oliveira Leite	Cond. Tec.	Para servir na 1ª Subdiretoria dos S. Adm.
110	5- 8-37	Camilo Ferrara	Conf. da Caixa de Amortização	Designado para as funções de Secretario.

PORTARIA		NOMES	CARGOS	HISTORICO
N.º	Data			
111	5- 8-37	Homero Duarte	Eng., classe J	Dispensando das funções de Secretário e designando para servir no Gabinete, em virtude de serem necessários os seus serviços técnicos, pelo zelo e excepcional dedicação manifestado no desempenho daquela comissão.
118	18- 8-37	Dolores Uchôa de Campos	Aux. esc., classe G	Designada, por conveniencia do serviço, para ter exercicio na Secretaria.
119	20- 9-37	Alexandre Piemont	Insp. Regional	Designado para superintender os serviços relativos aos terrenos do Cais do Porto.
120	9-10-37	Benedicto de Oliveira Leite	Cond. Tec.	Para servir na Administração.
122	1-10-37	Eugenio Graça	Sub-Ajud. Tec.	Para servir na 1ª Sub-Diretoria Administrativa.
124	4-10-37	Vasco de Lacerda Gama	Ass. Jurid.	Designados para emitirem parecer sobre a utilidade e conveniencia de se mandar imprimir o "Dicionario de Marinhas", do Dr. A. Barbosa Lima.
125	9-10-37	Luiz Nogueira de Paula	Eng., classe J	
		Luiz Nogueira de Paula	Eng., classe J	Designados para procederem vistoria local em lotes da quadra 4, do Cais do Porto.
		Homero Duarte	Eng., classe J	
		Eugenio Graça	Sub-Ajud. Tec.	
126	9-10-37	Accacio Pereira Ferreira	Cobrador	Transferindo o cobrador, bem como todo o serviço de cobrança, para a Superintendencia da Baixada Fluminense.
133	20-10-37	João Machado	Guarda Fisc.	Servir na Baixada Fluminense.
135	20-10 37	Aristides F. Figueiredo	Eng., classe K	Designando para estudar <i>in loc</i> a melhor e mais conveniente maneira de soluconar a instalação da D. Fiscal na Baía.
136	22-10-37	Cecy Lannes Rosa	Aux. 3ª classe	Servir na Baixada Fluminense.
		Dulcy Nogueira	Aux., classe E	Servir na Secção de Engenharia.
137	10-11-37	Raymundo Conte Leal	Esc. D. Fiscal (R. G. do Sul)	Servir na Administração do Distrito Federal.
138	10-11-37	Themistocles B. Carvalho	Esc. D. Fiscal (Baía) ..	Servir na 1ª Subdiretoria Administrativa.
139	22-11-37	José Bonifacio G. Andrade	Ass. Tec.	Designado para chefiar em comissão, os serviços da Faz. Nac. Sta. Cruz.

PORTARIA		NOMES	CARGOS	HISTORICO
N.º	Data			
140	26-11-37	Alzira Moreira Penna	Datilografa	Por conveniencia do serviço para a 1ª Subdiretoria Administr.
141	20-11-37	Beatriz Santos Dias	Datilografa	Para servir na Administração.
142	26-11-37	Dulcy Nogueira	Aux., classe E	Para servir na 1ª Subdiretoria.
143	26-11-37	Ruth Teixeira Martins	Aux. esc., classe G	Para servir na Subdiretoria de Engenharia.
145	26-11-37	Adella Duarte Lisboa	Aux., classe E	Para servir na Secretaria.
148	1-12-37	Armenia Silva Araujo	Aux. esc., classe G	Servir na Baixada Fluminense.
149	23-12-37	Sindolpho da Silva Faria	Eng., classe K	Designado para fiscalizar oficinas.
150	23-12-37	Archimedes Trajano	Eng., classe K	Servir na Secção de Engenharia.

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
ADIÇÕES

NOMES	CARGOS	DELEGAÇÕES	OBSERVAÇÕES
José Sanz Cibelli	Escrivão — Pará	Adm. do Domínio no Estado da Baía	27-10-37
Murillo Castello Branco	Eng. — Amazonas ...	Adm. do Domínio no Estado do Pará	14-11-35
Celina Moreira Sampaio	Aux. esc. clas. F (Casa da Moeda)	Diretoria do Domínio da União	3-11-37
Themistocles B. Carvalho	Esc. F (Del. Baía) ..	Diretoria do Domínio da União	8-10-37
Ramundo Conte Leal	Esc. F (Del. Rio Grande do Sul)	Diretoria do Domínio da União	3-11-37
Zilda Marcondes	Esc. (C. Economica).	Diretoria do Domínio da União	20-10-37

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
LICENÇAS CONCEDIDAS PELO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DATA DA PORTARIA	NOMES	CARGOS	DIAS
30- 3-37	Joaquim Gafrée	Esc. — Estado de Alagoas	60
21- 6-37	Joaquim Gafrée	Esc. — Estado de Alagoas	45
23- 7-37	Luiz Flôres Abbott	Administrador — Minas	180
4-8-37	Joaquim Gafrée	Esc. — Estado de Alagoas	120
9- 8-37	Carlos H. Menescal	Eng. — Estado de Alagoas	60
10- 8-37	Luiz Brito P. Passos	Eng. — Estado de Maranhão	60
17- 8-37	Gilberto F. Camara	Trab. — Estado de Pernambuco	60
13- 9-37	Stella Gaborgini Paiva	Datilografa — Estado da Baía	90
23- 9-37	Hermes J. Simões	Aux. 1ª — Estado do Espirito Santo ..	90
14-10-37	Eugenio Graça	Sub-Ajud. Tec.	60
19-10-37	Yvonne Carvalho Bressane	Aux. classe G	60
19-10-37	Basilio dos Anjos	Trab. — Est. Rio Grande do Norte ..	60
20-10-37	João Pereira Souza	Trab. — Estado de Minas Geraes	30
20-10-37	Galdeck Garcia Goffredo	Aux. 3ª classe	60
20-10-37	Deolinda Medeiros Monte	Aux. 3ª classe	90
8-11-37	Armenia Silva Araujo	Aux. esc. classe G	60
16-11-37	Luiz Brito P. Passos	Eng. — Estado do Maranhão	90
16-11-37	João Machado	Guarda Fiscal	60
6-12-37	Gilberto F. Camara	Trab. — Estado de Pernambuco	45
9-12-37	Pacifico Porfirio da Silva	Trab. — Distrito Federal	60
9-12-37	João Rossi	Aux. 1ª classe	180
21-12-37	Francisco Antonio Santos	Erab. — Estado do Rio	60
30-12-37	Jorge Hermes Simões	Aux. 1ª classe — Est. Espirito Santo	90

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

LICENÇAS CONCEDIDAS PELO SR. DIRETOR DO DOMÍNIO DA UNIÃO PELO PRAZO DE 30 DIAS

PORTARIA	NOMES	CARGOS
14- 9-37	Armenia Silva Araujo	Aux. esc. classe G
11- 9-37	Eugenia Graça	Sub-Ajud. Tec.
4- 8-37	Odorico Correia de Faria	Almoxarife classe H

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
DISPENSAS

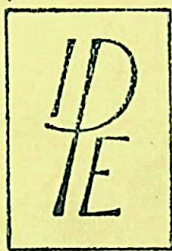
DATA	NOMES	CARGOS	HISTORICO
24- 2-37	Adella Machado	Zeladora interina	do cargo de zelador do proprio nacional, por se ter apresentado o funcionario efetivo.
18- 6-37	Humberto de Oliveira Lima ...	Adm. — Amazonas ..	da comissão de Adm. no Ceará, de acôrdo com a decisão do sr. ministro da Fazenda determinando a volta dos funcionarios que se achavam afastados de suas sédes.
18- 6-37	Hilton Jesus Gadret	Eng. — Pará	dos serviços desta Diretoria, de acôrdo com a decisão do sr. ministro da Fazenda determinando a volta dos funcionarios que se achavam afastados de suas sédes.
18- 6-37	João Maria Broxado Filho	Adm. — Ceará	idem.
18- 6-37	José M. C. Maggessi P. Pereira.	Esc. — Esp. Santo ..	idem.
18- 6-37	Carlos de O. Canto	Eng. — S. Paulo	dos serviços da Adm. no Estado do Rio, de acôrdo com a decisão do sr. ministro que deteminou a volta dos funcionarios afastados de suas sédes.
18- 6-37	Alvaro M. Souza Gomes	Esc. — S. Paulo	idem.
20- 5-37	Hugo Leal	Des. — S. Paulo	desligado dos serviços junto á comissão de finanças da Camara dos Deputados.
18- 6-37	Adhemar A. B. Portugal	Eng. — Paraná	da comissão de fiscal da construção da Casa do Jornalista, em vista da decisão do sr. ministro da Fazenda que determinou a volta dos funcionarios afastados de suas sédes.
18- 6-37	Orlando Ventura	Eng. — Est. Rio	dos serviços desta Diretoria de acôrdo com a decisão do sr. ministro da Fazenda que determinou a volta dos funcionarios afastados de suas sédes.

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
FUNCIONARIOS A' DISPOSIÇÃO DE OUTRAS AUTORIDADES E REPARTIÇÕES

DATA	NOMES	CARGOS	REPARTIÇÕES
23-11-36	Norival Vieira	Servente	Secção E. E. Financeiros.
23-11-36	Domingos Trindade	Trab. 1ª classe	Secção E. E. Financeiros.
25-11-36	Octavio Dutra Meirelles	Datilografo — Estado de Minas Geraes ...	Secção E. E. Financeiros.
6- 5-35	José Felipe Braga	Servente	Palacio Presidencial.
1-11-37	Nair Aguirre Moreira	Datilografra — Estado do Rio	Conselho Fed. S. P. Civil.
31-12-37	Avelino Pires Filho	Aux. 3ª cont.	Gab. Ministro da Fazenda.

ERRATA

<i>Pags.:</i>		<i>Em vez de:</i>	<i>Leia-se:</i>
14 linha	5	uma repartição	repartição
22 "	30	construido	construidos
33 "	35	solicitado	solicitada
36 "	16	\$200 e \$300	\$300 a \$550
36 "	17	\$300 a \$500	\$200 e \$300
60 "	8	ocupado	ocupada
61 "	27	um acrescimo	acrescimo
69 "	9	fiscalizados	fiscalizadas
69 "	33	necessário	necessária



IRMAOS PONGETTI imprimam